

UNESP 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANA CAROLINA FERRAZ DA CONCEIÇÃO DINIZ

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO



ARARAQUARA – S.P.
2023

ANA CAROLINA FERRAZ DA CONCEIÇÃO DINIZ

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura, e educação sexual

Orientador: Andreza Marques de Castro Leão

ARARAQUARA – S.P.
2023

D585v

Diniz, Ana Carolina Ferraz da Conceição

A violência contra mulher em universidades do estado de São Paulo / Ana Carolina Ferraz da Conceição Diniz. -- Araraquara, 2023.

114 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Andreza Marques de Castro Leão

1. Violência de gênero. 2. Violência contra mulher. 3. Universidades. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ANA CAROLINA FERRAZ DA CONCEIÇÃO DINIZ

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Sexualidade, cultura, e educação sexual

Orientador: Andreza Marques de Castro Leão

Data de defesa: 27/11/2023.

MEMBRAS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão

Departamento de Psicologia da Educação/ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara- UNESP

Membra Titular: Profa. Dra. Graziela Raupp Pereira

Departamento de Licenciatura em Química/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Membra Titular: Profa. Dra. Yalin Brizola Yared

Instituto de Recursos Naturais/IRN/Universidade Federal de Itajubá/UNIFEI

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Às alunas que aceitaram participar da minha
pesquisa.
Sem elas nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, Jesus e a Maria, por sua intercessão junto ao seu filho, por me guiarem, iluminarem e abençoarem nessa caminhada.

À minha orientadora Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão por todos os ensinamentos, escuta em momentos difíceis, amizade, orientação e incentivo.

Aos meus pais, Iracema Ferraz e José Edilson Diniz, pelo amor incondicional, apoio, sacrifício e preocupações. Sem eles nada disso seria possível.

Ao Lucas Rocha de Oliveira por todo amor, carinho, cumplicidade, amizade e apoio incondicional ao longo desses anos. Fico feliz pela história que estamos construindo.

À minha tia Marcelina pelo apoio, torcida e cuidado. Por sempre ter sido muito mais que uma tia.

Aos meus tios e colegas de profissão Maria José, Carlos Aguiar e Wellington, por dividirem comigo seus ensinamentos e me inspirarem com seu amor à docência.

Aos meus queridos familiares pelo apoio, incentivo e orações.

Aos meus amigos Geovana, Thaynary, Caroline e Rafael, por todos esses anos de amizade.

À minha amiga Mariana, por seu imenso apoio, companheirismo, cuidado, atenção, carinho e escuta.

Aos amigos e companheiros de pesquisa Denise e Igor, por toda acolhida, escuta e auxílio.

Às amigas do Coletivo Chama Elas, por toda partilha e incentivo.

Aos colegas da Escola Estadual Professora Maria Isabel Rodrigues Orso, especialmente aos meus amigos Ana Paula, Maria Julia, Nilma, Lorenzo e Rafael, pela partilha, amizade e suporte.

À amiga e colega de trabalho Nádia, por suas orações em momentos difíceis.

Às minhas amigas da Escola Estadual Professora Jandyra Nery Gatti pelo companheirismo e aprendizagem.

À minha amiga Larissa Sassaki, por seus ensinamentos, apoio e escuta.

À Izabel e a Cristiane, pela atenção e por muitas vezes cuidarem de mim.

Aos meus alunos da Escola Estadual Professora Maria Isabel Rodrigues Orso, em especial do Oitavos anos C e D, por serem atenciosos, curiosos e carinhosos. Tenho imenso orgulho de vocês.

Aos docentes e funcionários do Instituto Nossa Senhora do Carmo, em especial a Lenita, Marcelo, Neide, Antônio e Roseli, por me acolherem, incentivarem e por serem minha referência de educadores.

Às minhas coordenadoras Damar, Joana e Mariana, e a minha vice-diretora Cátia, por me inspirarem ao transmitirem seu amor e dedicação pela educação.

Às participantes do estudo, por aceitarem dividir comigo suas histórias e lutas.

Aos coletivos feministas pelo auxílio na divulgação da pesquisa.

Aos docentes do PPG em Educação Escolar, por todos os ensinamentos e partilhas ao longo desses anos.

Aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação, pela prontidão e competência.

-Nonada.

João Guimarães Rosa (1968, p.9).

RESUMO

Considerando os achados de pesquisas recentes, constata-se que o espaço universitário, embora comumente associado ao conhecimento, à emancipação e ao progresso social, também se revela como um ambiente onde a violência contra a mulher pode ser perpetuada. Assim, estudantes do gênero feminino que frequentam instituições de ensino superior tornam-se suscetíveis a diferentes formas de agressão motivadas por questões de gênero, como assédio moral e sexual, abusos psicológicos, exclusões simbólicas e outras formas de opressão cotidiana. Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo central compreender a violência contra a mulher no ambiente universitário, buscando identificar e sistematizar dados que evidenciem os tipos de violência mais recorrentes, os locais mais propensos à ocorrência desses atos, os sentimentos e impactos emocionais experimentados pelas vítimas, a frequência e motivação da busca por serviços de apoio, bem como as medidas institucionais de enfrentamento adotadas pelas universidades. Trata-se de um estudo de natureza exploratória, cuja metodologia baseou-se na realização de entrevistas semiestruturadas com alunas de universidades públicas e privadas localizadas no estado de São Paulo. A análise dos dados foi realizada a partir do método de Análise de Conteúdo, conforme proposto por Laurence Bardin, permitindo a categorização temática dos relatos obtidos. A partir das narrativas das entrevistadas, a pesquisa busca lançar luz sobre a complexidade do fenômeno da violência de gênero no espaço universitário, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico e para a formulação de estratégias mais eficazes de enfrentamento por parte das instituições de ensino superior. Dessa forma, espera-se que os resultados desta investigação sirvam como subsídio para a construção de políticas públicas e ações institucionais que promovam ambientes universitários mais seguros, igualitários e acolhedores para todas as mulheres.

Palavras – chave: Violência de Gênero; Universidade; Violência Contra Mulher.

ABSTRACT

Considering the findings of recent research, it is clear that the university environment, although commonly associated with knowledge, emancipation and social progress, is also an environment where violence against women can be perpetuated. Thus, female students who attend higher education institutions become susceptible to different forms of aggression motivated by gender issues, such as moral and sexual harassment, psychological abuse, symbolic exclusion and other forms of daily oppression. In this context, the main objective of this research is to understand violence against women in the university environment, seeking to identify and systematize data that highlight the most recurrent types of violence, the places most likely to occur such acts, the feelings and emotional impacts experienced by victims, the frequency and motivation for seeking support services, as well as the institutional measures adopted by universities to address this issue. This is an exploratory study, whose methodology was based on semi-structured interviews with female students from public and private universities located in the state of São Paulo. Data analysis was performed using the Content Analysis method, as proposed by Laurence Bardin, allowing the thematic categorization of the reports obtained. Based on the narratives of the interviewees, the research seeks to shed light on the complexity of the phenomenon of gender violence in the university environment, contributing to the deepening of the academic debate and to the formulation of more effective strategies for confronting it by higher education institutions. Thus, it is expected that the results of this investigation will serve as a subsidy for the construction of public policies and institutional actions that promote safer, more egalitarian and welcoming university environments for all women.

Keywords: Gender Violence; Violence Against Women; University.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por faixa etária. .	39
Tabela 2: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade.	40
Tabela 3: Evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017-2023.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	93
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação das participantes	54
Quadro 2: Caracterização das participantes no contexto das agressões.....	55
Quadro 3: Caracterização do contexto das agressões	56
Quadro 4: Caracterização dos agressores	57
Quadro 5: Conceito de violência segundo as participantes	59
Quadro 6: Compreensão do conceito de violência de gênero pelas entrevistadas.....	63
Quadro 7: Percepção da violência no relacionamento afetivo	66
Quadro 8: Início da violência no relacionamento.....	68
Quadro 9: Sentimento de culpa das entrevistadas	72
Quadro 10: Culpabilização das entrevistadas pelos agressores	74
Quadro 11: Motivação para a ausência da denúncia	80
Quadro 12: Motivação para a ausência da denúncia	85
Quadro 13: Relação entre as agressões e a universidade.....	88
Quadro 14: Papel das universidades frente aos casos de violência.....	89
Quadro 15: Ações de enfrentamento a serem adotadas pelas universidades.....	94
Quadro 16: Compreensão das participantes acerca da violência em seus relacionamentos	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência das agressões.....	71
Gráfico 2: Constatação da violência por terceiros	76
Gráfico 3: Incentivo para denunciar as agressões.....	78
Gráfico 4: Procura por atendimento junto aos serviços de saúde	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BO	Registro de Ocorrência Policial
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM	Centro de Referência da mulher
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
FCLAR	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
MP	Ministério Público
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PEP	Profilaxia Pós-Exposição ao HIV
RTI	Research Triangle Institute
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNGEI	United Nations Girls’ Education Initiative
VD	Violência Doméstica
VI	Violência Intrafamiliar

Sumário

APRESENTAÇÃO	17
SEÇÃO 1	19
INTRODUÇÃO	19
SEÇÃO 2	21
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA.....	21
SEÇÃO 3	29
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: QUESTÃO DE GÊNERO	29
3.1 A violência contra mulher.....	32
SEÇÃO 4	44
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO	44
SEÇÃO 5	48
PROCEDIMENTOS E TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	48
5.1 Pesquisa exploratória	48
5.2 Cuidados éticos	48
5.3 Participantes	49
5.4 Local.....	51
5.5 Instrumento de coleta de dados.....	51
5.6 Procedimento de análise de dados.....	52
SEÇÃO 6	54
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: análise e discussão sobre relatos de alunas de universidades paulistas	54
APONTAMENTOS FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	110
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113

APRESENTAÇÃO

Me chamo Ana, tenho 26 anos, sou professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa na rede estadual de São Paulo, na cidade de Araraquara e possuo formação em Letras. Desde sempre a curiosidade foi minha força motriz. Lembro-me de ainda na infância querer aprender a ler logo, pois tinha curiosidade em saber o que estava escrito nas páginas dos livros e no mundo. Desde então, ler se transformou em minha paixão e depois de alguns anos aflorou em mim a paixão por aprender outras línguas, ambas motivadas pela curiosidade de conhecer o mundo e as pessoas em minha volta.

Tais paixões me levaram a optar pelo curso de Letras e pela profissão de professora. Entretanto, sempre fui muito teimosa e quis seguir meu sonho de cursar Letras na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara- Unesp, instituição que atraiu meu interesse por suas disciplinas e docentes. Passei no vestibular aos 17 anos e sai da minha cidade de origem, Guaratinguetá-SP e residir em Araraquara-SP.

Meu envolvimento com a temática da violência contra mulher dentro da universidade surgiu ao longo do ensino médio, pois uma amiga tinha uma prima que havia acabado de entrar em uma universidade federal e havia sido agredida dentro deste contexto. Este fato me causou muita indignação, não conseguia compreender como um locus privilegiado de informações e aprendizagem poderia ser um espaço de perpetração desta violência.

Ao longo da graduação me causava agrura a forma como os veteranos falavam com as ingressantes, e me revoltava saber dos casos de violência e ver pouca ou nenhuma ação institucional com o intento de tentar mudar este cenário. Foi neste contexto que em 2017, durante uma disciplina da graduação, conheci a Profa. Andreza Marques de Castro Leão. Em suas aulas pude aprender sobre a caracterização da violência e as causas para a conservação de tais fenômenos, e vi nessa professora um exemplo de como era possível e necessário lutar contra a naturalização da violência.

Dessa forma, em 2017 comecei minha Iniciação Científica sob sua orientação, já na temática da violência contra mulher dentro do contexto universitário. Nela desenvolvemos uma pesquisa que procurou caracterizar a violência contra mulher nos relacionamentos não estáveis de alunas de uma universidade estadual. Os achados desta pesquisa foram muito ricos e mostraram a dura realidade deste fenômeno. Ao final, logramos o encaminhamento de uma das participantes aos serviços de segurança e a denúncia de seu agressor através do Boletim de Ocorrência.

Neste contexto, tendo por intuito me aprofundar no tema de minha pesquisa de Iniciação Científica, ingressei no programa de Mestrado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP), mais especificamente na linha ‘Sexualidade, Cultura e Educação Sexual’. Assim sendo empreendi, sob orientação da Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão, uma pesquisa que objetivou caracterizar como se dá a violência contra mulher dentro da universidade, de modo tentar a compreender os impasses que impedem que os casos sejam denunciados e, concomitante a isso, verificar qual o papel que as instituições apresentam no enfrentamento de tal problemática.

À vista disso, durante o mestrado pude entrar em contato com os ideais do Coletivo Chama Elas’, coletivo feminista que atua na da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr-UNESP), que visa promover a conscientização dos discentes acerca da violência contra mulher, ofertar uma rede sólida de apoio às mulheres vitimadas e traçar ações de enfrentamento à violência. Fiquei encantada com o trabalho realizado pelas membras do coletivo e me juntei a elas no final do ano de 2022, onde tenho atuado no Eixo de Acolhimento e Rede de Apoio, desenvolvendo ações que promovam o acolhimento de discentes agredidas e direcionando-as para os serviços de segurança e saúde.

Entrar para o Coletivo ‘Chama Elas’ me motivou muito a seguir a pesquisa dentro da temática da violência contra mulher na universidade. Vejo que temos um longo caminho a prosseguir, mas dentro do Coletivo encontrei uma rede de apoio e companheiras que seguem na luta por uma universidade livre de violência.

Neste interim, concomitante ao mestrado, ingressei na rede estadual de ensino como professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa em escolas estaduais da região de Araraquara, desde então tenho realizado minhas atividades laborais em simultâneo ao mestrado, tarefa que por vezes é custosa e fatigante. Hoje, vejo a docência como uma função que desempenho com muito prazer e alegria, e é através dos meus alunos que transmito para a sociedade parte do que aprendo ao longo destes 8 anos dentro da universidade pública, e são eles que me motivam a lutar cada vez mais por uma sociedade melhor. Neles enxergo a esperança de um futuro de paz e igualdade.

Por fim, espero que esta dissertação reflita a potência que a problemática da violência contra mulher no âmbito universitário tem para mim, e que daqui seja possível logarmos direções que nos aproximem do real objetivo de tudo isso: garantir que as futuras alunas encontrem uma universidade segura para seu pleno desenvolvimento.

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação versa acerca da violência contra mulher no âmbito da universidade. O objetivo geral da pesquisa foi traçar uma caracterização de como se constituem os casos de violência de gênero dentro das instituições de ensino, ademais, estabelece-se como objetivos específicos: analisar os tipos de violência mais incidentes relatado pelas vítimas bem como os locais com maior ocorrência; verificar a compreensão das alunas destes episódios de agressão; averiguar o entendimento das vítimas acerca do papel das universidades no enfrentamento a violência de gênero.

Considerando estes aspectos a pesquisa foi pautada nas seguintes questões:

- Qual a incidência da violência contra mulher no âmbito universitário?
- Como são caracterizadas estas agressões: quais os tipos de violência mais incidentes nos relatos, em quais espaços estes abusos ocorrem?
- No tocante aos serviços de segurança e de saúde, há uma procura por eles? Os casos são denunciados? As vítimas procuram tratamento na rede de saúde, seja ela pública ou privada?
- Quais ações de enfrentamento a este fenômeno estão sendo desenvolvidas?

Tendo por intento uma melhor apresentação dos assuntos que versa, o trabalho foi dividido em algumas seções.

Principiando, na seção 1, foi apresentado o conceito de violência à luz do pensamento da socióloga Maria Cecília de Souza Minayo, onde procurou-se refletir sobre sua concepção a partir do ponto de vista histórico, sociológico, filosófico e da área da saúde.

Na seção 2 adentrou-se na temática da violência contra mulher como uma agressão pautada em gênero, para tanto, analisou-se brevemente o conceito de gênero e como a nossa construção social induz a relações baseadas na dominação e violência. Ademais, apresentou-se dados recentes que desvelam a amplitude da violência contra mulher no Brasil, traçando um paralelo com as legislações vigentes.

Na seção 3, findando a fundamentação teórica que serviu de base para o estudo, desvelou-se o fenômeno da violência contra mulher no âmbito universitário, refletindo sobre a caracterização destas agressões e dados que corroboram para sua incidência.

Já a seção 4 dispõe do percurso metodológico, cuidados éticos e dos percalços encontrados durante a coleta de dados do estudo.

A quinta e última seção é composta pela análise qualitativa dos relatos à luz do método Análise de Conteúdo, desvelando a compreensão e caracterização dos episódios de violência vivenciados pelas discentes de universidades paulistas, bem como o amplo leque de agravos acarretado para as vítimas e seu ciclo social.

Ademais, nesta seção buscou-se estabelecer a relação entre as agressões e a universidade, além de vislumbrar ações de enfrentamento que podem ser adotadas pelas instituições, na opinião das próprias alunas, na esperança de tornar as universidades um lócus de desenvolvimento, seguro e igualitário, onde o corpo estudantil, possa usufruir de seus benefícios.

SEÇÃO 2 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

Em conformidade ao enunciado por Sorel (1992, p.60) “os problemas da violência permanecem muito obscuros”, definir o conceito de violência é uma árdua e complexa tarefa a ser empenhada, já que podemos compreendê-la como um fenômeno social, fruto dos acelerados processo de industrialização e urbanização; mas, também, podemos entendê-la como um fenômeno extraclassista e a-histórico.

Almejando a conceitualização da violência, recorreu-se Maria Cecília de Souza Minayo, socióloga brasileira, que dedicou esforços para definir o conceito de a violência a partir da ótica social e histórica, concebendo-a como um problema social e de preocupação da saúde pública. Neste referencial teórico, recorreu-se a múltiplas obras da autora, em especial ao seu livro *Violência e Saúde* (2006).

Neste interim, abre-se um parêntese onde eu me dirijo ao leitor para explicar a escolha de apenas uma autora para compor a presente seção deste trabalho. Durante extensa pesquisa e leitura, observei que de fato conceitualizar a violência, assim como expresso por Sorel (1992), é uma tarefa árdua e extensa. Ao ler e me aprofundar em diferentes autores apercebi diferentes linhas de compreensão do fenômeno e conclui que para abarcá-las em sua totalidade seria preciso muito mais do que uma seção dentro desta dissertação. Vislumbrando o foco de nossa pesquisa, a definição de violência mais pertinente para essa empreitada foi encontrada a luz dos estudos de Minayo, porquanto, optou-se por dedicar toda essa seção as suas reflexões.

Minayo (1994) expressa que a palavra violência vem de *vis*, palavra latina que significa força e adere noções do uso da superioridade física sobre o outro, de forma a gerar constrangimento e dano. Segundo disserta, a violência é um dos grandes problemas sociais e da prática política da humanidade, já que não há uma sociedade que não comprove a existência deste fenômeno. Em consequente, a preocupação humana com a compreensão da essência da violência é inata.

O termo violência pode parecer neutro, mas nele residem conflitos de autoridade, lutas por poder e desejo de domínio, bens e aniquilamento de outrem. Neste diapasão, reside a mutabilidade da violência, já que, segundo as normas sociais vigentes e os aparatos legais da sociedade, as manifestações da violência podem ser aprovadas ou desaprovadas, consideradas lícitas ou ilícitas, para tanto será o contexto histórico e local que estabelecerá quais violências serão toleradas e quais serão condenadas por cada sociedade (Minayo, 2006).

A socióloga, apoiada nas teorias de Chenais (1981), orchestra três conceitualizações para violência: no centro a violência física, que refere a integridade física, configurada nos homicídios, agressões, violações, torturas e roubos a mão armada; em seguida, a violência econômica, que é o desrespeito e apropriação de forma agressiva de sua propriedade e bens; por fim, a violência moral e simbólica, a partir da dominação cultural, ofensas, desrespeito e violação da dignidade (Minayo, 2006).

Minayo (2006) delimita três fontes que explicam a violência a partir do viés filosófico e sociológico:

- A primeira define a violência como expressão das crises sociais que levam os cidadãos a uma resposta mais agressiva contra o Estado que não lhe provem o necessário. A autora cita como exemplo a Revolução Francesa como reação a uma situação extrema.
- A segunda perfaz a violência de caráter racional e instrumental, que seria usada para atingir fins específicos. Considera a pessoa violenta como um ser plenamente consciente que usa da agressão dentro das interações. Ressalta ainda que só existe violência quando não há a capacidade de convencer através de argumentação e convencimento. Exemplificando, a partir de Engels, ao pontuar a violência como um método de aceleração de desenvolvimento econômico.
- A terceira, por sua vez, corrobora a violência com uma forte influência dela dentro da sociedade, situando a articulação entre violência e cultura.

Dessa forma, reflete-se que a violência é múltipla, residindo em conflitos físicos por poder e domínio, como também apresenta-se na forma de violência moral e psicológica. Por ser um fenômeno de ordem social, evidencia-se que há formas de agressão que são aceitas por determinadas sociedades e condenadas por outras, portanto, a violência precisa ser analisada e tratada dentro da sociedade que a produz (Minayo, 2003).

À vista disso, alude-se a necessidade compreender a violência dentro do contexto que a produz, pois suas expressões mudam, alterando as percepções e comportamentos diante dela. Recorrendo a Wieviorka (2006), a autora confabula que o advento da globalização trouxe a queda no número de conflitos com número substancial de vítimas e golpes de estado, porém, nota-se o ritmo crescente da criminalidade organizada, guerras por questões étnicas, o terrorismo e a utilização de armas de guerra cada vez mais modernas, com o envolvimento de novas áreas de estudo, como a bacteriológica, química e física nuclear. Sendo assim, a violência pós-industrial reverbera em novos tipos de vitimização e de subjetividade, servindo-se da maciça revolução no campo da comunicação, informação e informática (Minayo, 2006).

Em conformidade a autora reflete acerca da realidade social e a violência, expressando que

O foco da discussão para Wievioka, com relação à reestruturação produtiva e ao declínio do movimento operário, com o qual compartilho, é que no mundo contemporâneo, diferentemente da era industrial, faltam mecanismos de expressão de conflitos. A violência encontra espaço muito mais propício para se exprimir quando a realidade social não está estruturada por tipos de conflitos passíveis de serem tratados pelos atores. Por isso, considero que a violência é o contrário do conflito institucionalizado. Ela traduz a existência de problemas sociais que não se transformam em tema de debate e busca de solução pela sociedade (Minayo, 2006, p.21)

Prosseguindo, Minayo (2006) adentra a ótica da violência no Brasil ao estabelecer que nosso histórico com ela remonta o período de colonização, concebendo, à luz de Dias e Gambini (1999), que o nascimento do Brasil, enquanto país, é fruto de um estupro. A autora argumenta que com a chegada das caravelas de Cabral, os navegantes que aqui abarcaram não buscaram pela cultura ou sabedoria dos povos originários, mas, apoiados pela crença de que tais indivíduos não tinham alma, recorreram aos corpos das mulheres indígenas como fonte de prazer.

De forma semelhante, o mesmo aconteceu ao longo dos mais de 300 anos de tráfico negreiro e escravidão no Brasil. Neste período, as mulheres escravas eram usadas para satisfação sexual dos senhores e de seus filhos, originando uma geração de crianças órfãs de pai, em virtude de não serem registrados como filhos dos senhores, e de mães, já que eram separados e vendidos (Minayo, 2006).

Seguindo a retomada histórica, a autora evidencia a Ditadura Militar como um momento de avanço da perpetração da violência em nosso país, em especial incidida contra as mulheres. Segundo versa, a população civil, em especial os jovens, sofreu anos de repressão, aprisionamento e tortura, praticadas em prol do aniquilamento das vontades individuais e coletivas. Alguns dos exemplos trazidos são o ‘pau de arara’, afogamentos, ‘geladeira’, introdução de objetos e animais nos órgãos sexuais, palmatória, enforcamento, estiramento do corpo, ‘churrasquinho’ e ameaças sexuais (Minayo, 2006).

Neste contexto, as mulheres experienciaram diversas formas de violência, tendo em vista que eram usadas como estratégia de tortura e de humilhação aos homens, ao serem estupradas, torturadas e violentadas enquanto seus familiares e parceiros eram forçados a assistir (Minayo, 2006).

Na atualidade, a violência está manifesta de formas múltiplas, especialmente em suas formas criminais e delinquenciais, portanto a violência de cunho coletivo, configura-se como manutenção de negócios ilegais, com base econômica.

As formas de gestão dos negócios criminosos ou violentos são, ao mesmo tempo, internacionalizadas, capilarizadas e em rede, funcionais à promoção de uma veloz circulação financeira, de produtos e de pessoas, à sombra da desregulamentação dos Estados nacionais e nos interstícios da ausência de regulação internacional. Elas possuem estratégias ao mesmo tempo internacionalizadas e culturalizadas pelos contextos locais (Minayo, 2006, p. 31)

Por conseguinte, a relação dúbia entre a legalidade e a ilegalidade, a rede intrínseca do crime organizado e alta lucratividade dos crimes são fatores determinantes que reforçam as formas contemporâneas de violência observadas no Brasil, sendo responsáveis pela elevação no número de homicídios e na taxa de criminalidade. Para a socióloga, uma das faces mais perversas desse contexto é a inclusão de jovens e pobres em tais práticas, considerando que a entrada desse público no mundo do crime é decorrente da extrema desigualdade social, falta de oportunidades e da descrença na possibilidade de ascensão social por outra via, assim sendo, uma parcela da população vulnerável engaja-se em atividades criminosas buscando status, acesso a bens econômicos e ao consumo (Minayo, 2006).

Minayo (2006) pontua a relação entre a violência e a economia, ao asseverar a lucratividade advinda da comercialização de armas de fogo, drogas, tráfico de seres humanos e de animais. Ademais, a autora indica que para além dessas práticas, indivíduos que comercializam o sentimento de insegurança vislumbram a violência como uma importante atividade comercial, como é o caso de empresas de segurança privada e patrimonial, além de companhias que vendem artigos de segurança, como câmeras, fechaduras, cerca elétrica e porteiro eletrônico.

Prosseguindo, a pesquisadora estabelece a relação entre a violência e a saúde pública, endossando que, por ser uma questão sócio-histórica, a violência não é um problema de saúde pública, mas tem afetado fortemente essa área, na medida em que

1) provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. Nos últimos anos, o setor saúde

introduziu o tema em sua pauta, consciente de que pode contribuir para sua discussão e prevenção. (Minayo, 2006, p. 45)

Portanto, dentro de nossa sociedade atual, pode-se entender a violência como um problema de saúde pública, concebida como um ato intencional que causa danos de ordem física, psicológica, patrimonial, moral, sexual e espiritual, que podem ser praticadas por um indivíduo, instituição, classes ou nações (Minayo; Souza, 1998).

A autora pontua que a inclusão da violência na área da saúde vem ocorrendo lentamente, ganhando forças na década de 60 através da inclusão da pauta da violência contra crianças e adolescentes nos debates da área da saúde, bem como as consequências negativas para o crescimento e desenvolvimento das vítimas.

Já a introdução da violência contra mulher na área da saúde se deu pela ação do movimento feminista, ao empenhar estratégias direcionadas a criação da consciência de gênero nos distintos âmbitos e instituições da sociedade, reverberando em uma pressão no setor de saúde para uma atuação ativa e concreta em resposta as agressões sofridas pelas mulheres (Minayo, 2006).

Minayo (2006) versa que a importância de compreender a violência dentro da área da saúde não tem o objetivo de empenhar ações que vislumbrem a criminalização de agressores, mas entender como as agressões causam danos à saúde populacional. Dessa forma, defende que a violência tornou-se um problema de saúde pública em muitos países, em virtude do aumentado número de vítimas e o amplo leque de agravos, discorrendo que

É preciso que neste contexto fique clara a ideia de que o setor saúde quando assume a violência como um dos mais importantes agravos à saúde da população mundial o faz num tom diferente da lógica com que trabalham os cientistas políticos e as forças de segurança pública. A saúde pública está preocupada com as vítimas e não com a repressão, não no sentido de inocentar ninguém, mas de atuar na promoção da vida e da qualidade de vida. (Minayo, 2006, p. 50)

A autora entreve que dentro do âmbito da saúde existem duas vertentes para o trato da violência: a explicativa, partindo da reflexão teórica e de cunho filosófico; e a operacional, que é baseada na verificação dos transtornos físicos e emocionais e no que eles acarretam para o bem-estar e a qualidade de vida do indivíduo.

Considerando essa discussão, ressalta-se, na dimensão explicativa, a intencionalidade nas agressões, situando a violência no âmbito eminentemente humano, ao considerar que apenas os humanos, do ponto de vista antropológico e convencionalmente, são dotados de

intencionalidade dentro de seus atos ou omissões, demonstrando a racionalidade da violência e a possibilidade de responsabilização dos sujeitos. Nas palavras da autora tem-se que

Ressaltando o seu lugar nas relações sociais, desde o nível subjetivo, a microesfera da família até o âmbito macrossocial e global, a ideia de intencionalidade mostra que a violência é um fenômeno sobre o qual existe responsabilidade dos sujeitos individuais e coletivos, uma vez que as ações violentas se realizam por meio das pessoas dentro de sua cultura. Essa historicidade cultural fundada na necessidade (as determinações) e na liberdade (o protagonismo) nos dá a esperança de que a violência pode e deve ser analisada, compreendida, objeto de intervenção direta e indireta e, ainda, superada (Minayo, 2006, p.70).

Considerando a intencionalidade da violência, Minayo (2006) debruça-se no tema apresentando as três teorias que imperam na área da saúde: na primeira vertente, os teóricos acreditam que ela é produto das necessidades biológicas dos indivíduos; na segunda, a violência é resultado do arbítrio da pessoa, ou seja, são fruto de comportamentos individuais, determinações morais e religiosas ou resultado de doenças mentais; por fim, na terceira, a violência é manifestada como um fenômeno eminentemente social, com vínculo indissociável da predisposição genética e de traços de personalidade.

Dentro das explicações biológicas, os preconizadores consideram o comportamento violento resultado dos condicionamentos biogenéticos, concebem a violência como um fenômeno inerente e indissociável da natureza humana. Entretanto, Minayo (2006) defende que tais concepções são aceitas apenas em casos patológicos, nas outras vertentes é necessário considerar as dimensões sociais e históricas.

Prosseguindo, a autora estabelece a tipologia da violência, considerando a existência de algumas formas de manifestação da violência, sendo elas: a violência auto-inflingidas, ou seja, ações direcionadas a própria pessoa, como auto abusos e comportamentos suicidas; a violência interpessoal, classificadas no âmbito intrafamiliar como a que ocorre entre parceiros íntimos e membros da família, e a comunitária, que se dá no ambiente social, entre conhecidos e desconhecidos. Por fim, tem-se as violências coletivas, que são agressões que ocorrem nos contextos macrossociais, políticos e econômicos, em especial através da dominação de grupos e do Estado (Minayo, 2006).

Adentrando a questão da violência contra mulher, Minayo (2006) confabula que a violência de gênero diz respeito a uma forma de dominação, opressão e crueldade construída nas relações entre homens e mulheres, que são reproduzidas e subjetivamente assumidas, perpassando classes sociais, raças, etnias e faixas etárias.

Em sua análise a autora alude sobre as diferentes formas de violência que incidem sobre as mulheres, conforme descreve

- Violência sexual: Forçar relações sexuais quando a mulher está com alguma doença, colocando sua saúde em risco; Forçar relações sexuais, em geral; Estuprar e assediar sexualmente; Produzir gestos e atitudes obscenas nas relações com as mulheres; Discriminar a mulher por sua opção sexual.
- Violência física: Agredir deixando marcas como hematomas, cortes, arranhões, manchas e fraturas; Quebrar seus objetos, utensílios e móveis; Rasgar suas roupas; Esconder ou rasgar seus pertences e documentos; Trancar a mulher em casa.
- Violência emocional e psicológica: Humilhar e ameaçar sobretudo diante de filhos e filhas; Impedir de trabalhar fora, de ter sua liberdade financeira e de sair; Deixar o cuidado e a responsabilidade do cuidado e da educação dos filhos e das filhas só para a mulher; Ameaçar de espancamento e de morte; Privar de afeto, de assistência e de cuidados quando a mulher está doente ou grávida.
- Violência psicológica: Ignorar e criticar por meio de ironias e piadas; Ofender e menosprezar o seu corpo; Insinuar que tem amante para demonstrar desprezo; Ofender a moral de sua família; Desrespeitar seu trabalho de cuidado com a família ou fora de casa; Criticar de forma depreciativa e permanentemente sua atuação como mãe e mulher; Usar linguagem ofensiva.
- Violência social: Oferecer menor salário que ao homem, para o mesmo trabalho; Discriminar por atributos de gênero ou por aparência; Assediar sexualmente ou moralmente; Exigir atestado de laqueadura ou negativo de gravidez para emprego; Promover e explorar a prostituição e o turismo sexual de meninas e de adultas (Minayo, 2006, p. 96-99).

Neste ponto, abre-se um parêntese para comentar que as informações trazidas por Minayo (2006) no que tange a tipificação das agressões são extremamente válidas, entretanto, algumas tiveram suas nomenclaturas mudadas, já que os escritos da autora datam de 2006, ou seja, anteriores a criação de leis que versam acerca dos abusos que acometem mulheres.

Por fim, a autora salienta ainda que é imprescindível a realização de estudos que versem acerca da violência, em especial que procurem desvelar o fenômeno em sua totalidade, o que é proporcionado por pesquisas qualitativas, ao procurarem estabelecer um panorama do contexto histórico e social das agressões, a articulação entre os dados e as pesquisas vigentes, e a integração entre os atores cidadãos e institucionais, na busca da superação da violência.

Findado a análise, diante do panorama de reflexão acerca da violência apresentado, observa-se que este fenômeno pode ser compreendido dentro de diferentes óticas e com múltiplas roupagens. Entretanto, há uma unanimidade em considerar seu cerne na vida em

sociedade, é de caráter complexo, envolve aspectos biopsicossociais e acarreta agravos às vítimas e agressores.

SEÇÃO 3

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: QUESTÃO DE GÊNERO

Ao adentrarmos o fenômeno da violência contra mulher, é necessário compreender que trata-se de uma violência de gênero, ou seja, as agressões contra as mulheres têm em sua origem as relações desiguais entre os gêneros.

Para Scott (1995) a expressão gênero começou a ser utilizada pelas feministas americanas para advertir sobre as desigualdades e a relação de poder baseadas no sexo biológico. A autora ressalta que a palavra gênero implica as relações desiguais dentro dos papéis socialmente atribuídos as mulheres e homens, assegurando que o vocábulo é definido em duas partes interrelacionadas, conforme versa “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOOT, 1995, p.86).

Adentrando ao debate, Barreda (2012) defende que o gênero é uma construção social e histórica, de caráter relacional, constituída a partir da significação e simbolização das figuras da mulher e do homem dentro de determinada sociedade. Desse modo, gênero implica estabelecer diferenças nos papéis e identidades desempenhados por homens e mulheres, o que reverbera em desigualdades dentro das relações, dominação e subordinação.

Nesta mesma linha, Beauvoir (1967) argumenta que dentro de nossa sociedade não se nasce mulher, mas torna-se mulher, já que não é o aspecto biologizante que estabelece quem é uma mulher, mas sim a cultura pautada no machismo, o desdém das políticas públicas e a dominação masculina.

Adentrando o aspecto histórico, Engels (1975) consolida a relação entre o surgimento do Estado e o fim das sociedades centradas na figura da mulher com o incremento das desigualdades nos papéis de gênero, corroborando que a partir da constituição do Estado, da propriedade privada e da família com laços sanguíneos, tem-se a concretização do patriarcado e, conseqüentemente, a perda de direitos e inferioridade das mulheres.

O autor defende que a partir do advento do Estado emerge a prática da domesticação dos animais, o plantio e a propriedade de terras, ocasionando no acúmulo de riquezas que, por conseguinte, precisavam ser repassadas para as futuras gerações. Dessa forma, intensifica-se a necessidade da descendência masculina ascender sob a descendência feminina já que dentro da nova ordem o filho homem passaria a dispor de toda a herança da família (Engels, 1975).

Frente ao estabelecimento de uma nova ordem social, a mulher passa a ser ‘trancafiada’ no ambiente privado, tornando-se um mero instrumento de subserviência e reprodução da força

de trabalho, efetivando a dominação do homem e o seu papel de chefe da família. Nas palavras do autor tem-se que

(...) não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. Famulos quer dizer escravos domésticos e família é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles. (Engels, 1975, p. 61, grifos do autor)

Neste interim, a monogamia surge como uma forma de assegurar o direito do homem sobre a propriedade privada. Sem embargo, trata-se de uma monogamia unilateral, com a obrigatoriedade a fidelidade sendo outorgada apenas a mulher, reservando ao homem o direito a infidelidade sem nenhuma forma de penalização.

Para além disso, o marido passa a dispor do direito de devolver sua esposa, como uma mercadoria, caso fosse comprovada a perda da virgindade antes do matrimônio, e a possibilidade de matá-la em caso de traição, conforme discorre o autor “(...) a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito” (Engels, 1975, p.62).

Endossando o debate, Saffioti (2001) pontua que a violência contra mulher é provida pela adesão da sociedade aos papéis desiguais entre os gêneros, na medida em que são considerados padrões culturais de comportamento adotados por determinadas sociedades, em aprazadas épocas, que ditam o que é esperado de homens e mulheres, valorando maior poder ao homem.

Neste diapasão, compreende-se que para a autora o poder deve ser interpretado enquanto uma relação de forças, logo toda relação de forças é uma relação de poder. Saffioti (1997) usa da alegoria do galinheiro para aclarar suas ideias, explicando que, assim como em nossa sociedade, um galinheiro sempre se organiza segundo uma hierarquia, com o galo no poder e uma “ordem das bicadas”.

Em um galinheiro com dez galinhas o galo tem a posse sexual de todas elas, e ainda tem a anuência de bicá-las, ou seja, praticar violência. Dessa forma, a galinha número 1, sua favorita, é bicada pelo galo de igual forma a todas as galinhas, porém tem o direito de bicar as outras nove. A de número 2 é bicada pelo galo e pela galinha 1, mas ainda pode bicar as outras 8. Já a galinha de número 3 é bicada pelo galo e pelas galinhas 1 e 2, e de igual modo pode bicar outras 7 galinhas. E assim transcorre a lógica do galinheiro, até chegar à galinha de

número 10, que é bicada pelo galo e por todas as outras galinhas, e não tem direito, por sua vez, de bicar ninguém (Saffioti, 1997).

Neste diapasão, a alegoria do galinheiro é um reflexo de nossa sociedade, nela o homem branco e heterossexual assume a posição de galo, colocando a todos como seus dominados, mas mesmo entre os dominados há uma ordem de poder, que implica na quantidade de violência recebida e praticada (Saffioti, 1997).

Dessa forma, a violência de gênero é constituída de três elementos principais: primeiramente, o alicerce na hierarquia e desigualdade social que subalternizam o feminino; a segunda consiste na constante ampliação e reatualização conforme o poder masculino é desafiado; por fim, a impotência do agressor. Esse fenômeno desconhece fronteiras de classe social, cultura, desenvolvimento econômico, escolaridade, âmbito público ou privado, além de poder ser praticado por estranhos, familiares, instituições e cônjuge (Saffioti; Almeida, 1995).

Em continuidade, Saffioti (1999) destaca alguns pontos sobre a violência de gênero: primeiramente ao relacionar gênero, raça e etnia, desvelando que ambos são estruturantes nas relações humanas e não há hierarquia entre eles; em segundo, a autora considera que ainda que a agressão seja no espaço privado, ela é um problema público; em terceiro, nota-se que a violência de gênero é normalizada e inscrita nas normas sociais, justificando-a e punindo apenas os excessos; em quarto, a autora versa que a vítima de violência possui uma negociação permanente com o agressor, o que configura a violência em uma forma de vício, com o agressor obedecendo a compulsão/impulso de agredir e a vítima através da dependência; e, por fim, a vítima não é passiva por permanecer na relação.

Quanto a vítima, é mister informar que ela não deve ser apercebida como uma figura passiva e à mercê dos desejos do agressor, mas como um sujeito que, conscientemente ou inconscientemente, delimita estratégias para conviver com as agressões, exercendo parte ativa no desenrolar dos abusos (Saffioti; Almeida, 1995).

Ampliando a discussão, Fernandes (2003) manifesta que

O fenômeno da violência de gênero, também chamada de violência contra a mulher, acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as idades, graus de instrução, classes sociais, raças etnias e orientação sexual. A violência de gênero é um problema que está ligado ao poder, onde seu lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres, e de outro lado, uma ideologia dominante que lhe dá sustentação (Fernandes, 2003, p.9)

Dessa forma, chama-se a atenção para o fato de que o nosso processo de socialização acaba por induzir a dominação, haja visto que desde cedo é cultivado a ideia de que o amor

inspira sofrimento, submissão e dependência. Ademais, o ideal de amor romântico atrela a paixão a irracionalidade e a romantização da perda de controle, validando a dependência e as relações violentas, configurando-se em um terreno fecundo para a persistência da violência (Flecha; Melgar; Oliver; Pulido, 2010).

Neste ponto, Portella (2009) considera que a violência contra mulher é a mais extrema manifestação das desigualdades de gênero entre os gêneros, pois ampara a subordinação feminina, atinge mulheres no mundo todo e em diversas sociedades, e não se atém apenas a espaços privados e pode ser praticada por instituições.

3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A justiça de gênero passa a entrar em voga após a promulgação do reconhecimento da igualdade de gênero na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a proclamação da Convenção para Eliminar todas as Formas de Discriminação (CEDAW, 1979) e o reconhecimento dos direitos das mulheres na Declaração de Viena (1993). A partir de então os países signatários comprometem-se a trabalhar em ações que objetivem a superação das desigualdades (Goetz, 2007).

Para Goetz (2007), a justiça de gênero baseia-se na tomada de medidas que objetivam reparar os danos que levam a dominação masculina e a subordinação das mulheres, como a detenção dos direitos reprodutivos, independência financeira e superação da violência contra mulher, para tanto, luta-se pela conquista de mecanismos de segurança, equiparação de salários e igualdade de direitos.

Neste contexto de movimentações pela justiça de gênero, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, realizada em Belém do Pará em 1994, estabeleceu a violência contra mulher como sendo qualquer conduta motivada por gênero, que cause agravo ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, podendo resultar em morte e que aconteça no âmbito privado ou público.

Dessa forma, considerando o contexto de dominação e naturalização da violência, as mulheres são vítimas de um amplo leque de agressões, que podem ser de cunho físico, psicológico, moral, sexual e patrimonial (Saltzman; Grenn; Mars; Thacker, 2000). No tocante as diversas formas de violência, tem-se que

As mulheres experimentam não só um tipo de violência, mas vários, como agressões ou abusos de ordem verbal, física e sexual, e que podem ser cometidos por parceiros ou ex-parceiros, familiares, amigos, conhecidos ou estranhos, e até por instituições públicas ou pelo Estado (Schraiber; Oliveira; Falcão; Figueiredo, 2005, p.14).

À vista disso, torna-se necessário debruçar-se nos tipos de violência que acometem as mulheres, empenhando a descrição das formas de violência e suas características. A violência física é disposta na Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, como uma forma de agressão visual (deixa uma marca que pode ser vista), motivada pelo ato de causar dano a integridade e saúde física da vítima, de maneira intencional, através de lesões internas ou externas, podendo ser por meio da força física do agressor ou com o uso de armas. Nela é clara a relação de hierarquia existente, já que a vítima é ofendida fisicamente por alguém que possui poder sobre ela (Brasil, 2006).

Em contraponto, a violência psicológica não pode ser apercebida pela marca física, porquanto seus danos são amplos e não visuais e/ou perceptíveis. É definida como a ocasião de submeter a vítima a situações que lhe causem humilhação, vergonha, medo e insegurança, reverberando em danos à saúde e ao bem-estar psicológico do agredido. Há diversas formas de praticar a violência psicológica, dentre elas destaca-se a proibição de relacionar-se com familiares e amigos, humilhações e comparações, inferiorização da vítima, levando a baixa autoestima, problemas de identidade e desenvolvimento (Brasil, 2006).

A violência patrimonial é uma forma de agressão material, compreendida como qualquer conduta que retenha, subtraia ou destrua objetos que pertencem à vítima sem seu consentimento. É assimilada na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 como “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (Brasil, 2006, p.15).

Já a violência moral, por sua vez, é uma forma de violência em que o objetivo é causar dano permanente a imagem da vítima, utilizando a prática da calúnia, difamação, injúria e ofensa. Esses crimes podem ser praticados de forma anônima pela Internet e redes sociais, o que possibilita seu êxito e dificulta a punição do agressor (Brasil, 2006).

Por fim, a violência sexual é concebida como qualquer conduta que obrigue a vítima a manter, presenciar ou participar de ato sexual sem desejar, ademais, a violência sexual pode envolver relações heterossexuais ou homossexuais e incluir outras formas de violência, como a física, psicológica e moral.

O Caderno de Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher (São Paulo, 2007) versa sobre outras formas de violência sexual, onde destaca-se:

- Abuso incestuoso: qual a agressão sexual envolver o pai ou algum familiar próximo, nele há uma relação de hierarquia entre agressor e vítima;

- Estupro marital: prática do sexo forçado dentro do casamento, nele a mulher é constrangida a manter ou presenciar atos sexuais como parte de suas obrigações enquanto esposa;
- Assédio sexual no trabalho/escola: ocorre em situações em que há uma hierarquia e desigualdade de poder, como trabalho, escolas, empresas e outras instituições. Caracteriza-se como atitudes de conotação sexual que levam ao constrangimento de uma das partes;
- Estupro: quando a vítima é obrigada a manter relações sexuais sob ameaça ou violência;
- Estupro de incapaz: caracterizado pela prática de manter relações sexuais com pessoas que não possuem ou não estão em condições de consentir, como menores de 14 anos, pessoas com deficiências cognitivas e indivíduos que estejam sob efeito de álcool ou drogas;
- Atentado violento ao pudor: definido como quando a vítima é obrigada a manter relação sexual anal ou oral, qualquer contato íntimo que não seja a relação sexual vaginal, além de englobar o ato de forçar o agredido a presenciar outras pessoas tendo relações.

Ademais, considera-se violência sexual tentar interferir de forma violenta na contracepção da vítima, como coagir a vítima a utilizar anticoncepcional ou a realizar aborto, a recusa em fazer uso de preservativo ou a retirado do mesmo durante o ato sexual e forçar a vítima a se prostituir (São Paulo, 2007).

Neste interim, salienta-se a amplitude da violência sexual e consequentemente o leque de agravos é extenso. Destaca-se que alguns dos impactos negativos da violência sexual são: gravidez indesejada e abortos inseguros; casamento na adolescência; baixo desempenho e evasão escolar; impactos psicológicos negativos; risco alto de contrair infecções sexualmente transmissíveis; cerceamento do desenvolvimento físico e psíquico e problemas de ordem econômica e social (RTI, 2006).

Dessarte, as distintas formas de violência que podem acometer as mulheres atestam que o problema da violência de gênero incide fortemente em mulheres de todas as idades, classes sociais e grau de escolaridade. Dessa forma, considera-se que

(...) Dicha violencia adopta múltiples formas, a saber: actos u omisiones destinados a o que puedan causar o provocar la muerte u daño o sufrimiento físico, sexual, psicológico, económico para las mujeres, amenazas de tales actos, acoso, coacción y privación arbitraria de la libertad. La violencia por razón de género contra la mujer se ve afectada y a menudo agravada por factores culturales, económicos, ideológicos, tecnológicos, políticos,

religiosos, Sociales y ambientales, como se pone no manifiesto, entre otras cosas, en los contextos del desplazamiento, la migración, el aumento de la globalización de las actividades económicas, en particular de las cadenas mundiales de suministro, la industria extractiva y la deslocalización, la militarización, la ocupación extranjera, los conflictos armados, el extremismo violento y el terrorismo. La violencia por razón de género contra la mujer también se ve afectada por las crisis políticas, económicas y Sociales, los disturbios, las emergencias humanitarias, los desastres naturales y la destrucción de los recursos naturales. Las prácticas tradicionales nocivas e los delitos cometidos contra las defensoras de los derechos humanos, las políticas, las activistas o las periodistas constituyen también formas de violencia por razón de género contra las mujeres afectadas por tales factores culturales, ideológicos y políticos (ONU, 2017, p.6).

No intento de retratar o cenário das múltiplas formas de violência contra as mulheres, torna-se necessário pontuarmos alguns dados acerca dessa forma de violência no Brasil e no mundo.

Isto posto, é válido dispor a conceitualização da violência doméstica em cotejo a violência intrafamiliar. Azevedo e Guerra (2000) versam que a violência doméstica deve ser compreendida como todo comportamento agressivo que inflija sofrimento de ordem psicológica, física ou sexual à mulher. Porquanto, esta violência tende a ser praticada em local privado, costumeiramente no lar, porém as agressões podem ocorrer em qualquer lugar que deixe a mulher vulnerável, no qual ela esteja mais indefesa às agressividades impelidas pelo companheiro (Marinheiro, 2003).

Não obstante, a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 estabelece a violência doméstica como sendo qualquer conduta ou omissão baseada no gênero e que venha a resultar em danos, lesão, morte ou sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial ou moral, empreendida no âmbito da unidade doméstica, entendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive os agregados (Brasil, 2006).

Já a violência intrafamiliar é entendida na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 como qualquer conduta violenta que seja empenhada no âmbito da família, composta por uma comunidade formada de indivíduos que são ou se consideram aparentados, ligados por laços naturais, afinidades ou vontades expressas (Brasil, 2006).

Contudo, é mister informar que neste trabalho elegemos as definições de violência doméstica (VD) e violência intrafamiliar (VI) adotadas pelo Ministério da Saúde (2002), conforme aclarado que

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou

fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua. A violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados (Ministério da Saúde, 2002, p. 15).

Diante do quadro alarmante, é mister dissertar acerca de algumas das principais legislações que vigoram no Brasil e que versam acerca da violência contra mulher. Para tanto, principia-se a discussão analisando a Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Composta por 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela objetiva a criação de mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em cômruo com a Constituição Federal (art.266, §8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

Evidencia-se que a Lei Maria da Penha diz respeito a todas as pessoas que se identificam com o sexo feminino, ou seja, inclui as mulheres transexuais, não diferindo no que tange a orientação sexual do indivíduo (heterossexuais e homossexuais). No que tange a relação entre a vítima e o agressor, a lei procura romper com a ideia de que ele precisa ser necessariamente seu marido ou companheiro (Brasil, 2010).

Ademais, esta legislação conceitualiza e típica as formas de agressão que podem ser perpetradas contra as mulheres, compreendendo a violência de gênero como qualquer conduta ou ação desferida contra a mulher, que reverbere em morte, dano ou sofrimento, que possa ser de cunho físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial, no âmbito público ou privado. A Lei estabelece ainda a violência doméstica e familiar como apenas uma das formas de violência existente e conjectura que as agressões não se resguardam apenas a residência da vítima, mas podem ser perpetradas em qualquer local, contanto que tenham sua gênese na convivência familiar ou no afeto entre a vítima e o agressor (Brasil, 2010).

Frente ao exposto, pontua-se que a Lei Nº 11.340/ 2006 versa acerca da criação e manutenção de políticas públicas direcionadas a mulheres, bem como a elaboração de equipamentos, em âmbito nacional, estadual e municipal, tais como casas-abrigo, delegacias, centros de referência da mulher, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde, centros de educação e reabilitação para os agressores, que objetivem a consolidação de uma rede de enfrentamento a violência sólida e bem constituída (Brasil, 2010).

Neste contexto, a Lei Maria da Penha configura-se como um grande avanço no enfrentamento a violência contra mulher, em especial por assegurar a prisão do suspeito de agressão, inserir a violência doméstica como um agravante no aumento da pena, afiançar o afastamento do agressor à vítima e seus familiares, garantir assistência econômica em caso de dependência financeira do abusador (Brasil, 2010).

Prosseguindo, tem-se a Lei Nº 12.845/2013, conhecida popularmente como Lei do Minuto Seguinte, que torna o atendimento obrigatório, gratuito e emergencial as vítimas de violência sexual. Para tanto, a Lei assegura que hospitais que integram a rede pública devem ofertar às vítimas atendimento emergencial, em caráter de urgência, integral e multidisciplinar (Brasil, 2013).

A Lei do Minuto Seguinte representa um avanço por viabilizar o acesso da vítima ao controle e tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes do abuso sexual, além de lograr o encaminhamento a profilaxia da gravidez e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bastando apenas a palavra da vítima para o atendimento, dispensando a necessidade do Registro de Ocorrência Policial (BO) (Brasil, 2013).

Avançando, outra legislação que representa uma evolução na luta pelo recrudescimento das penas atribuídas aos agressores é a Lei Federal 13.104/2015, cunhada popularmente como Lei do Feminicídio, por criminalizar o feminicídio, ou seja, o homicídio de mulheres cometidos em virtude do gênero (Brasil, 2015).

Em virtude da criação da Lei 13.104/15, sobreveio a alteração no Código Penal brasileiro, onde o feminicídio foi disposto como um qualificador do crime de homicídio, colocando-o no hall dos crimes hediondos, com alteração na penalidade. Anteriormente, o crime de homicídio contra mulheres previa pena de seis a vinte anos de reclusão, com a alteração, quando for comprovada a caracterização do feminicídio, a punição parte de 12 anos de reclusão (Brasil, 2015).

Neste cenário de múltiplas formas de violência, evidencia-se a importunação sexual, definida como a prática de satisfazer o próprio prazer ou de outrem, sem o consentimento da vítima em lugares públicos ou privados. Os debates acerca desta forma de agressão foram avultados entre os anos de 2017 e 2018, após diversas mulheres denunciarem homens que se masturbavam e ejaculavam em transportes públicos de diversas cidades (Brasil, 2018).

As discussões sobre a prática e as punições cabíveis reverberaram na criação da Lei 13.718/2018, alterando o Código Penal, que passa a dispor que a realização de atos libidinosos pode resultar em até cinco anos de reclusão. É valido informar que são exemplos de

importunação sexual o ato de apalpar, beijar a força, tocar, masturbar-se e ejacular em público; anterior a Lei, tais práticas eram caracterizadas por “importunação ofensiva ao pudor”, porquanto, não eram consideradas crimes, mas uma contravenção penal, sem previsão de prisão por ter menor potencial ofensivo (Brasil, 2018).

Por fim, discorre-se acerca da Lei nº 13.827/2019, intitulada popularmente de Lei do Afastamento do Agressor, por permitir o afastamento imediato do agressor do lar em casos de violência sexual, moral ou patrimonial contra a mulher. Sua criação altera a Lei Maria da Penha, na medida em que inclui formas de violência moral ou patrimonial no hall de tipificações de violência que asseguram a aplicação de medida protetiva de urgência (Brasil, 2019).

A vista do exposto, observa-se um progresso nas duas últimas décadas no que concerne a criação e efetivação de leis que objetivam assegurar a integridade física, psicológica, moral, patrimonial e sexual das mulheres. A adoção dessas medidas é de extrema importância para salvaguardar os direitos das mulheres e mitigar a ação dos agressores. Entretanto, no que concerne aos números da violência contra mulher no Brasil, evidencia-se que há uma crescente na incidência da violência.

Porquanto, recorre-se aos dados apresentados no relatório intitulado *Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*, em sua 4ª edição, realizada pelo Data Folha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e publicado em 2023, trazendo à luz os dados apercebidos ao longo do ano de 2022, para estabelecer esse panorama.

A pesquisa demonstra que no ano de 2022, 35 mulheres foram agredidas fisicamente ou verbalmente por minuto no Brasil, desse número, 14 mulheres foram vitimadas através de tapas, socos ou chutes. Ao todo, 18,6 milhões de mulheres manifestaram terem sido vítimas de alguma forma de violência ou agressão, o maior percentual da série histórica do levantamento (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Desses números, tem-se que 51 mil vítimas padeceram de agressões diariamente em 2022, o que vale a um estádio de futebol lotado. Para além disso, o número em média de agressões sofridas neste período foi de 4 vezes, entretanto, entre as mulheres divorciadas, a média sobe para 9 agressões (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Adentrando ao perfil das vítimas, destaca-se a pouca idade delas, considerando que 38,5% das mulheres entre 16 e 24 anos manifestaram terem sido vitimadas por alguma forma de agressão ao longo da vida. Para além disso, 48,9% das respondentes entre 25 e 34 anos corroborarem o mesmo (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Tabela 1: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por faixa etária.

	IDADE				
	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA (Resposta afirmativa em um ou mais itens)	38,5	48,9	43,6	44,2	37,5
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	27,1	37,9	33,1	35,7	27,2
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,5	28,3	24,9	28,7	20,5
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	20,0	24,8	16,6	22,6	21,5
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	10,3	12,7	14,1	18,4	7,7
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/ marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	4,2	9,7	10,1	12,6	12,9
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	61,5	49,1	56,4	54,7	61,5

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023.

Quanto a escolaridade das vítimas, comprova-se que mulheres apenas com ensino fundamental configuram-se como as mais vulneráveis, já que praticamente metade deste grupo (49%) foram vitimadas por companheiros íntimos. Todavia, a preponderância da violência entre as mulheres com ensino médio (39,7%) e superior (43%) também chama a atenção, em especial ao considerar as formas de e a relação entre o grau de escolaridade e a dependência do agressor, conforme trazido pela Tabela 2 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Tabela 2: Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, por escolaridade.

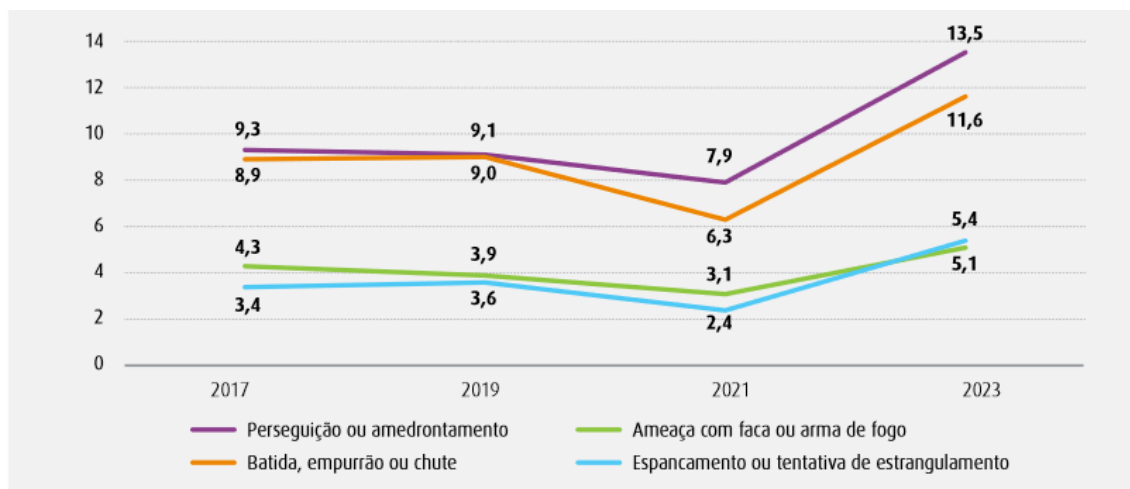
	Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Superior
FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO AO LONGO DA VIDA	49,0	39,7	43,0
Insulto, humilhação ou xingamento por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	35,6	31,1	32,6
Tapa, batida, empurrão ou chute por ação de algum namorado/ marido/ parceiro íntimo ou ex-parceiro	32,4	22,6	20,3
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual quando você não queria, por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	23,4	18,8	23,2
Foi forçada a ficar sozinha por um longo período ou impedida de se comunicar com amigos e familiares por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	18,7	11,1	10,8
Teve acesso negado a recursos básicos, como assistência médica, comida ou dinheiro por ação de algum namorado/marido/parceiro íntimo ou ex-parceiro	19,4	7,4	4,8
NÃO FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	50,4	59,4	56,0
RECUSA	0,5	0,9	1,0

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023.

Neste encadeamento, a pesquisa verificou as formas de violência que mais acometem as mulheres, constatando o predomínio das ofensas verbais, com a prevalência de 23,1%; na sequência a perseguição, com 13,5%; ameaças, com 12,4%; agressão física através de chutes, socos e empurrões, com 11,6%; ofensas sexuais, com 9%; espancamento ou tentativa de estrangulamento, com 5,4%; ameaça com faca ou arma de fogo, com 5,1%; lesão propiciada por atiramento de um objeto, com 4,2%; e, por fim, esfaqueamento ou tiro, com a preponderância de 1,6% (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Os dados angariados no estudo corroboram o crescimento de todas as formas de violência incididas contra as mulheres em comparação com as pesquisas anteriores. Destaca-se, em especial, o crescimento das formas graves de agressão, que podem reverberar no falecimento da vítima, como é o caso das formas físicas da violência, ameaças e episódios de perseguição, conforme o atestado pela Tabela 3 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Tabela 3: Evolução dos níveis de vitimização entre mulheres no Brasil. Série histórica, 2017-2023.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023.

No que tange ao perfil dos autores, a pesquisa indica que dentre as mulheres entrevistadas, 27,6 milhões foram vítimas de violência perpetrada por seus parceiros íntimos ao longo dos anos, dessa forma, mais de 31% afirmaram que o responsável pela violência mais crítica sofrida nos últimos 12 meses foram seus ex-cônjuges, ex-companheiros ou ex-namorados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Quanto a percepção da violência, 65,2% dos homens que participaram do estudo acreditam que a violência contra mulher aumentou nos últimos meses, já, entre as mulheres, 70% conceberam o aumento da violência de gênero neste mesmo período (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

Findando a discussão, ao indagar as possíveis ações de enfrentamento a violência contra as mulheres, a pesquisa retornou que 76,5% das mulheres respaldam a importância de se atribuir uma punição mais severa para o agressor; já 72,4% ressaltam a necessidade de ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro profissional da saúde mental; ademais, 69,4% das participantes consideram necessário um suporte legal ou serviço que orientem as vítimas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2023).

No contexto das violências vivenciadas pelas mulheres, uma pesquisa realizada pela ActionAid atestou que a violência não se restringe ao espaço familiar, demonstrando que 86% de suas participantes asseguraram terem sido vítimas de assédio sexual em espaços urbanos, onde 77% foram alvos de assobios enquanto andavam na rua; 74% seguidas por olhares indiscretos; 57% receberam, comentários de cunho sexual sobre seu corpo ou vestimenta; 44%

foram tocadas sem seu consentimento, 37% foram expostas a homens se exibindo e 8% foram estupradas em espaços públicos (Actionaid, 2016).

Esses dados são corroborados pela ONU Mujeres (2017), ao salientar que a desigualdade entre os gêneros é marcadamente presente na América Latina e Caribe, desvelando que as mulheres no Brasil ocupam a posição 110ª em empoderamento político, 167ª na participação feminina no executivo e 154ª na participação de mulheres no legislativo.

Além da baixa participação feminina na política, nota-se a crescente impunidade dos autores dos crimes, o que eleva os casos de violência. Bárcena (2010) alerta para alguns motivos que colocam tais regiões no âmbito das mais violências, alertando que a falta de tomada de decisão no âmbito público e administrativo também incide na capacidade de tomar decisões na própria vida, visto que para romper com o ciclo da violência as mulheres precisam de autonomia física, patrimonial e ideológica.

No que tange ao ciclo da violência, recorremos ao teorizado por Lenore Walker (1979) ao ouvir 1500 mulheres vítimas de violência e lograr o estabelecimento de um padrão no ciclo da agressão, denominado de “Ciclo da Violência”. Segundo a autora, conforme o ciclo transcorre há um escalonamento crescente da violência, ao mesmo tempo em que a vítima passa a ter sentimentos de constante desamparo e incapacidade de romper o ciclo.

A primeira fase do ciclo seria a **acumulação da tensão**, onde o abusador agride verbalmente a vítima, destrói objetos, tem crises de ciúmes exacerbado e culpabiliza a vítima por seu comportamento. Em seguida tem-se a **explosão**, onde há a materialização de toda agressividade que estava crescente em forma de violência psicológica, patrimonial, sexual, física ou moral, e, por fim, ocorre a **lua de mel**, onde o agressor assume um comportamento calmo, amável e gentil, procurando a reconciliação com a agredida através de promessas de que nunca mais assumirá tais comportamentos, contribuindo para que a vítima se sinta culpada e responsável pela agressão, aceitando prosseguir com a relação. A longo prazo a tensão passa a acumular e recobrando o ciclo da violência (Walker, 1979).

As diversas formas de violência aqui apresentadas versam a gravidade da problemática da violência contra mulher, e denotam a incidência dela em diversos âmbitos, em conformidade ao anunciado por Fernandes (2003) ao dispor que

(...) independentemente do tipo de violência praticada contra a mulher todas têm como base comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade. São muitas as formas de violência de gênero: as desigualdades salariais; o assédio sexual no trabalho; o uso do corpo da mulher como objeto, nas campanhas publicitárias; o tratamento desumano que muitas recebem nos

serviços de saúde. Todas representam uma violação aos direitos humanos e atingem a cidadania das mulheres. A violência de gênero, também conhecida como violência doméstica e sexual, aí incluídos o assédio moral e sexual e o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas, é ainda mal dimensionada, necessitando maiores investimentos em pesquisas e medidas legislativas e jurídicas adequadas (Fernandes, 2003, p. 9).

Em cômgruo ao exposto, ressalta-se a relação entre a desigualdade originadas nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e a violência, já que tais papéis implicam em distinções sociais aos gêneros, designando maior poder ao homem, e ressoam nas agressões desferidas contra as mulheres. Conforme o exposto nesta seção, é mister reforçar que os abusos dirigidos as mulheres apresentam-se em diferentes roupagens, o que pode dificultar a identificação, ademais, a presença do ciclo da violência torna a ruptura com o agressor uma tarefa árdua e difícil de ser alcançada pela vítima.

SEÇÃO 4

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Segundo Leão (2017), a violência contra mulher tem como marcador a questão de gênero, visto que a figura feminina é histórica e culturalmente concebida como subserviente ao homem. Dessa forma, a universidade é um espaço em que ocorre a alastramento e perpetuamento de preconceitos, sexismos, estigmas e com forte tendência a hierarquização dos sujeitos.

Neste contexto, nota-se que as instituições de ensino, além de serem espaços de aprendizado e convivência, podem configurar-se em locais inseguros, no qual os estudantes podem ser alvo de violência. Segundo a United Nations Girls' Education Initiative (2018), as escolas reproduzem a violência de gênero em forma de abuso físico, psicológico, verbal ou sexual. Porquanto, os dados apontam que no mundo aproximadamente 246 milhões de estudantes sofrem agressões dentro ou nos confins das escolas, o que impacta em sua presença, aprendizagem, assim como na evasão escolar.

No tocante a origem da violência de gênero dentro do âmbito escolar, UNESCO (2017) postula que as normas sociais pautadas em estereótipos e desigualdades de gênero adentram as escolas e reverberam em uma dinâmica desigual de poder, resultando em abusos que possuem como marcador a questão de gênero, que incidem sobre discentes, professores, funcionários e gestores.

Dessarte, Dias, Fabbro, Fusari, Montrone e Moreira (2020) corroboram que mulheres que frequentam ambientes vinculados a universidades estão expostas a diversas forma de agressão, já que a universidade pode ser considerada como um “armário”, que assevera normas sociais pautadas na subalternidade das mulheres e sustenta um silêncio institucional acerca das violências imputadas nestes espaços.

Para os autores, ainda que práticas de ensino transformadoras, inclusivas e politizadas sejam praticadas e incentivadas, questões de cunho histórico, econômico, político e cultural impõe limites a tais iniciativas, reverberando em desigualdade e violência pautada em gênero (DIAS et al., 2020).

Neste diapasão, uma arguição realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Segurança Pública, atestou que 51% das discentes de universidades federais já foram vítimas de alguma forma de assédio ou violência sexual (ANDIFES, 2019).

Outrossim, a vivência da violência foi apontada por 0,8% dos participantes como uma das dificuldades estudantis que impactam em seu desempenho acadêmico. Similarmente, a violência sexual foi pontuada como um empecilho para os estudos por 0,7% dos indivíduos, não obstante, entre as mulheres essa porcentagem sobe para 1,0%, enquanto se restringe em 0,3% para indivíduos do sexo masculino (ANDIFES, 2019)..

Por fim, o estudo indicou que, no que tange a violência psicológica (ou o assédio moral), 3,7% dos alunos apontaram tais agressões como um dos fatores para a queda em seu desempenho acadêmico; sendo que, 4,6% das estudantes do sexo feminino manifestaram serem afetadas, em face de 2,6% dos discentes homens (ANDIFES, 2019)..

Desvelando a realidade das instituições de ensino superior no Brasil, o Instituto Avon (2015) realizou uma pesquisa para dimensionar a ocorrência da violência contra as mulheres em universidades públicas e privadas, contando com um corpus de 1823 universitários, composto por 40% homens e 60% mulheres. Ressalta-se que 67% das estudantes universitárias mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de violência perpetrada por um homem no contexto universitário, seja dentro da própria universidade ou em festas.

Neste contexto, para Valls (2008) países como Estados Unidos da América e Canadá são pioneiros nas pesquisas sobre a violência contra mulher dentro do âmbito universitário, já que apresentam dados concretos sobre a incidência da violência o que possibilita a implementação de programas de prevenção e superação da violência dentro das universidades. A autora pontua que há diferenças entre a sociedade norte-americana e espanhola, entretanto, é claro que o fenômeno da violência perpassa questões como classes sociais, culturas, religiões, faixa etária e escolaridade.

Em sua pesquisa intitulada *Violencia de género en las universidades españolas* (2008), a autora versa que os entrevistados tinham facilidade em compreender episódios de violência física e sexual, porém demonstraram dificuldade em identificar a violência psicológica. Dessa forma, a pesquisa atestou que 65% dos discentes conhecem ou sofreram algum tipo de violência de gênero no âmbito da universidade, entretanto 66% optam por não denunciar e 24% preferiram não dizer nada a ninguém, já 85% dos entrevistados não souberam informar se a instituição possui algum serviço específico para atender as vítimas de agressões. Embora, 85% asseveraram que seria importante a existência de um mecanismo que atenda os alunos vitimados e 86% demonstraram serem favoráveis a tratar da temática em disciplinas, debates, seminários e eventos da universidade.

Prosseguindo, observa-se que a violência de gênero reproduzida dentro das universidades reflete em um ambiente hostil e violento para as mulheres, onde a misoginia, o assédio e a violência vitimam as mulheres diariamente. Ademais as agressões e a subordinação, expressa pelas relações hierárquicas existentes, são formas de controlar as alunas e a forçar o silenciamento. No tocante as relações de poder, Vals (et al., 2007) compreendem que “as relações de poder existentes nas universidades se manifestam de diferentes maneiras e repercutem nos tipos de relações que podem existir entre homens e mulheres, chegando, em alguns casos, a gerar situações abusivas e de violência” (p. 221).

Em consonância, Benatti, Bocchi e Leão (2022), versam acerca das consequências da violência para as vítimas, ao pontuar que a vivência das agressões dentro do âmbito universitário acarreta o sofrimento da vítima, aumenta a suscetibilidade a sofrer opressões, imposições, reverberando em um amplo impacto para a saúde mental da vítima.

Neste contexto de dominação e silenciamento, percebe-se que muitas alunas não apercebem a violência, mesmo em casos de abusos físicos ou sexuais, isso acontece porque alguns ‘abusos’ são considerados naturais e normalizados. Conceição e Leão (2020) asseguram que a demora das universitárias em identificar a violência é contraproducente, já que atrasa a procura por auxílio nos serviços de segurança e saúde, favorecendo o agressor. As autoras compreendem que “é comum as vítimas silenciarem e não encaminharem queixas contra seus algozes, seja por medo, culpa, vergonha, entre outros sentimentos experienciados, com isso, poucos são criminalizados por seus atos” (p.471).

Dias (et al., 2020), baseados em sua arguição, compreendem que urge o desenvolvimento de estratégias que objetivem a segurança dos discentes, para tanto, defendem que a gestão e coordenação das universidades responsabilizem-se pela promoção e direcionamento de ferramentas que conscientizem os alunos sobre a violência, criem um espaço seguro para denúncias e confabulem punições para os agressores. Dessa forma os autores problematizam que

Se almejamos uma universidade livre de violência, é crucial o reconhecimento da responsabilidade da instituição nas ações de promoção da não violência, proteção e acolhimento das vítimas e punição aos agressores, dado que educar para convivência implica uma instituição livre de violência, um ambiente saudável, com relações baseadas no respeito, liberdade, dignidade, solidariedade, tolerância e diálogo. Salientamos ainda que este estudo mostrou a importância de dar visibilidade à problemática e a urgência de se implementar políticas e legislações institucionais no âmbito universitário (p. 20).

Por fim, evidencia-se a extensão da presença da violência contra mulher em instituições de ensino superior, avivada pelas relações de poder entre veteranos e ingressantes e pela dificuldade na identificação dos abusos vivenciados pelas discentes. Por quanto, é necessária a promoção de ações afirmativas em prol da superação da violência em tais espaços, especialmente que sejam promovidas pelos responsáveis por tais instituições.

SEÇÃO 5

PROCEDIMENTOS E TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

5.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA

Para esta pesquisa analisou-se os relatos obtidos nas entrevistas, que tiveram por foco trazer à tona os relatos das participantes e, dentro disso, da incidência da violência no âmbito universitário. Desse modo, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória.

Segundo Gil (1999), a pesquisa de natureza exploratória tem por propósito desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, almejando a formulação de problemas de pesquisa mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores. O autor enfatiza seu uso ao discorrer que “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (Gil, 1999, p. 42).

Selltiz (1987) confabula que os estudos exploratórios ambicionam descobrir ideias e intuições, possibilitando que o pesquisador aumente seus conhecimentos sobre o objeto de pesquisa, adquirindo maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Quanto ao método de coleta de dados, na maioria dos casos, tais pesquisas envolvem o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que experienciaram práticas no que tange a temática e a análise de situações.

Outrossim, Zikmund (2000) finda a questão ao dispor que estudos dessa natureza são essenciais para diagnosticar fenômenos, examinar alternativas ou traçar novos parâmetros. Ademais, a pesquisa exploratória mostra-se útil quando o pesquisador já tem familiaridade com o assunto, na medida em que oferece visões diferentes e explicações alternativas para um fato, gerando informações para futuras pesquisas conclusivas.

5.2 CUIDADOS ÉTICOS

Por se tratar de um estudo que envolve seres humanos, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus Araraquara, sob o parecer número 6.180.682.

O estudo ofertou sigilo a identidade das participantes, assegurando que em nenhum momento seus nomes seriam divulgados, bem como não haveria, nas análises das entrevistas, nada que pudesse identificá-las. Porquanto, seus nomes foram substituídos e optou-se por não indicar o curso de cada respondente, evidenciando apenas sua área de estudo, bem como no caso dos agressores.

É mister informar que as entrevistadas participaram voluntariamente da pesquisa e que lhes foi garantido o direito de acessar os resultados do estudo, bem como a transcrição de suas entrevistas. Considerando o risco outorgado por sua participação, as respondentes foram alertadas, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Ap, acerca dos possíveis obstáculos da pesquisa, tendo em mente que seriam questionadas em questões pessoais, o que poderia reverberar em danos psicológicos e morais, além do risco de exposição. Dessa forma, foi garantido que caso houve algum sinal de desconforto a entrevista seria pausada e a participante acolhida, ademais, caso optasse por interromper a coleta de dados, sua escolha seria acatada e respeitada.

No que tange ao desconforto inerente a temática, o objeto de coleta de dados foi cuidadosamente pensado levando em consideração a delicadeza do tema. Para tanto, o roteiro de entrevistas foi analisado por profissionais da área da violência de gênero e foram realizados testes com mulheres que se enquadravam no perfil das entrevistadas, mas que não participaram do estudo. Em razão disso, algumas questões que concerniam a episódios de violência vivenciados em outros relacionamento foram retiradas, vislumbrando tentar minimizar o desconforto.

Salienta-se que caso houvesse a concretização do desconforto ou uma reação negativa, a pesquisadora estava disposta a acolher prontamente tais manifestações e encaminhar as participantes que desejassem para o acolhimento psicológico.

Avalia-se que a pesquisa retornou como benefício uma maior compreensão acerca do fenômeno da violência contra mulher dentro das universidades, oportunizando um espaço efetivo de fala para as participantes e aventou discussões sobre o papel das universidades frente a problemática e possíveis ações de enfrentamento que possam ser adotadas por tais instituições.

5.3 PARTICIPANTES

A pesquisa foi direcionada a alunas de graduação de universidades públicas e privadas do estado de São Paulo, vítimas de violência de gênero. No que diz respeito ao número de participantes, foram selecionadas 8 discentes para compor a amostragem do estudo, o perfil das participante será apresentado com detalhes no começo da Seção 5 do presente estudo. Neste interim, é mister citar que, como o escopo se volta para a compreensão do fenômeno da violência em si, optou-se por delimitar a amostra pelo ponto de saturação teórica, verificado através da repetição no relato das entrevistadas.

O contato inicial com as participantes se deu a partir de aplicativos de redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) em grupos e páginas de alunos de que se enquadram no

público-alvo do estudo. Salienta-se o apoio recebido por coletivos feministas de diferentes universidades, que tiveram o empenho e a gentileza de compartilhar o folder de divulgação da pesquisa em suas redes sociais e grupos de alunos, para tanto, a pesquisadora entrou em contato com os seguintes coletivos: Frente Feminista de Guaratinguetá, Coletivo Feminista Leonlinda Daltro, Coletivo Feminista Anna Néri, Coletivo Feminista Rita Lobato, Coletivo Feminista Dandara, PAGU- Coletivo Feminista, Coletivo Feminista Geni e Coletivo Feminista Enedina, solicitando a colaboração e, dentre eles, 4 coletivos se disponibilizaram a divulgar a pesquisa por meio do folder de divulgação, que foi compartilhado nos stories do Instagram e demais redes sociais das organizações.

Por intermédio dos coletivos e através da divulgação, a pesquisa logrou um corpus diverso, contando com a participação de alunas de diferentes universidades públicas e privadas, dos municípios de Araraquara, Campinas, Guaratinguetá, Lorena e São Paulo, todas cidades do estado de São Paulo. Procurando resguardar as participantes, optou-se por não identificar na análise dos dados qual participante pertence a cada universidade, entretanto, é mister mencionar que 3 das participantes frequentam cursos na cidade de Araraquara, 2 em Guaratinguetá, 1 em São Paulo, 1 em Campinas e 1 em Lorena. Observa-se ainda que das oito entrevistadas 5 são alunas de universidades públicas e 3 de universidades privadas. Por fim, no que diz respeito ao recorte cor/raça, das 8 participantes 5 eram brancas, 2 pardas e 1 negra.

Na ocasião do primeiro contato com as discentes, verificou-se se as interessadas se enquadravam no público-alvo do estudo, com perguntas sobre suas vivências dentro da universidade e a presença da violência em seus relacionamentos afetivos, confirmando ainda sua disponibilidade para participar da entrevista. Neste momento foram esclarecidas informações acerca da forma da coleta de dados, os meios disponíveis para realizá-la, os possíveis riscos do estudo, seus benefícios e retorno para a comunidade universitária.

Abre-se aqui um parêntese para discorrer que 13 mulheres entraram em contato com a pesquisadora demonstrando interesse em participar da pesquisa, entretanto, após o contato inicial, verificou-se que 2 delas não se encaixavam no público-alvo do estudo, já que as agressões por elas sofridas não estavam vinculadas com o âmbito universitário, e outras 3 participantes declinaram o convite após serem esclarecidas quanto aos riscos da pesquisa e o conteúdo que seria abordado nas entrevistas, em ambas as situações agradeceu-se pelo interesse pelo estudo e a pesquisadora acatou a decisão prontamente, sem nenhuma forma de julgamento ou prejuízo.

5.4 LOCAL

Marcuschi (2004) defende que na sociedade da informação a internet possui um grande potencial a ser explorado como ferramenta de pesquisa, em razão disso, o estudo foi realizado em ambiente virtual.

As participantes que foram selecionadas para participar do estudo tiveram suas possíveis dúvidas sanadas, riscos e benefícios pontuados através de uma primeira conversa estabelecida através de serviços de comunicação por vídeo. Neste ponto, abre-se um parêntese para indicar que a pesquisadora disponibilizou-se a realizar a coleta de dados de forma presencial em algumas localidades, entretanto, as participantes optaram pela realização via internet, por julgarem mais cômodo e seguro.

Na ocasião da coleta de dados, foi agendada uma videoconferência com as participantes por via de serviços de comunicação por vídeo, Google Meet, com a presença da pesquisadora e da entrevistada na reunião, não sendo admitidos terceiros no encontro. Para tanto, a pesquisadora criou um link para chamada, que foi compartilhado exclusivamente com a participante, que foi previamente orientada a procurar um ambiente confortável e acolhedor, de preferência sem a interferência de outrem.

As videoconferências realizadas tiveram a duração média de 45 minutos a 1 hora e 30 minutos, transcorreram sem nenhum tipo de interferência de terceiros, bem como sem problemas de instabilidade da conexão.

5.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de entrevista, concebida por Haguette (1996, p.86) como “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Optou-se pela entrevista semiestruturada (Apêndice A) pela combinação de questões abertas e fechadas, possibilitando que as participantes discorressem livremente sobre o assunto, narrando suas experiências e percepções. O contexto da entrevista foi semelhante ao de uma conversa informal, deixando o participante confortável para expressar suas vivências e opiniões, porém, o preparo da pesquisadora é essencial para dirigir a discussão ao assunto de interesse. Desta forma, realizou-se consulta prévia da literatura científica, para preparar o entrevistador, tornando-o capaz de nortear o entrevistado, como ressaltado por Selltitz (1987, p.644) “A arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas”.

De acordo com Flick (2013) as perguntas devem ser construídas de forma que consigam suprir as demandas do estudo, assim sendo, é preciso que o pesquisador compreenda a situação em que a pergunta será formulada e respondida, considerando o nível de informação do participante, a multidimensionalidade da questão, as características do contexto e a real importância daquele questionamento dentro da pesquisa.

Considerando que o estudo possui aporte no método história de vida, a entrevista semiestruturada auxiliou para que fosse atingida a profundidade almejada para que a interação entre pesquisador e participante tivesse fluidez, oportunizando que o entrevistado retomasse sua vivência de forma retrospectiva, oportunizando a liberação de pensamentos, fornecendo um material extremamente rico para a análise (Minayo, 1993).

Bourdieu (1999) aconselha que a proximidade social entre o pesquisador e o pesquisado é benéfica por possibilitar que os sujeitos se sintam mais seguros para colaborar. O autor aponta que o pesquisador deve falar a mesma língua do entrevistado, despendo-se de seu capital cultural para que haja entendimento entre as partes, de forma a diminuir a violência simbólica exercida através dele mesmo.

Considerando que as entrevistas foram realizadas em ambiente virtual, a pesquisadora procurou criar uma atmosfera confortável e acolhedora, principiando com uma conversa amigável, sobre temas para além do estudo, tentando romper barreiras e constrangimentos iniciais. Em seguida esclareceu-se sobre a forma como a entrevista seria conduzida, desvelando para as participantes como as questões foram pensadas e elaboradas, garantindo que elas poderiam discorrer livremente diante das perguntas apresentadas, reforçando que o roteiro seria apenas um guia. Ademais salientou-se que, caso alguma indagação causasse desconforto, ela poderia não respondê-la e solicitar o prosseguimento da entrevista, bem como a desistência na participação do estudo.

5.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Em posse das transcrições das entrevistas, as perguntas objetivas foram submetidas à análise estatística e sistematizadas em gráficos e quadros, objetivando a verificação de padrões nas respostas. Dessarte, as perguntas que objetivaram a caracterização das participantes, dos agressores e dos contextos dos abusos foram evidenciadas em quadros.

Os relatos foram analisados à luz da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, definida como um sistema baseado na dedução que oscila entre rigidez da objetividade e as diferentes possibilidades da subjetividade. Para a autora, toda mensagem deve ter seu conteúdo analisado para lograr uma maior compreensão de seus significados, porquanto, a

respectiva análise é um trabalho de averiguação de conteúdos, tendo o objetivo de apreender sentidos a partir de uma análise mais atenta e profunda do objeto de estudo, procurando verificar noções presentes entre o significante e o significado.

Dessa forma, a Análise de Conteúdo objetiva a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura, conforme versa a autora “Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou Análise Temática, é rápida e eficaz na condição de se ampliar a discursos diretos (significações manifestadas) e simples” (Bardin, 2011, p.153).

Para tanto, a aplicação da técnica de Análise de Conteúdo é constituída por três fases e suas divisões: a Pré-Análise, a Exploração do Material e o Tratamento dos Resultados e Interpretações. No primeiro momento, durante a Pré-Análise, realiza-se uma leitura superficial do corpus, que tem por objetivo formular hipóteses, objetivos e elaborar indicadores que nortearão a interpretação (Bardin, 2011).

Na segunda fase, ou seja, a Exploração do Material, são realizadas a codificação e a categorização do texto, onde instituem-se as unidades de registro, que podem ser uma palavra ou uma frase, a unidade de contexto, que podem ser as frases ou palavras, dependendo da unidade de registro escolhida, além da enumeração, para mensurar a frequência de aparições de uma categoria no objeto analisado (Bardin, 2011).

Nas palavras da autora as categorias são definidas como “(...) rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 2011, p.117).

Findando o processo, na fase do Tratamento dos Resultados e Interpretações serão realizadas as inferências que direcionam para as reflexões interpretativas e as inferências com o referencial teórico. Para tanto, foram elaborados quadros que possibilitam a sistematização e a visualização dos resultados obtidos através dos relatos das participantes da pesquisa.

SEÇÃO 6

A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE RELATOS DE ALUNAS DE UNIVERSIDADES PAULISTAS

Principiando a exposição dos dados resultantes da pesquisa e as discussões provenientes deste processo, é necessário informar que a exposição dos dados será realizada através da apresentação de quadros e gráficos. No primeiro momento, os dados acerca da caracterização das participantes, agressores e contexto da violência serão expostos em quadros, de forma a facilitar a visualização e compreensão, o mesmo se dará no tocante a análise de conteúdo contida nas questões abertas.

No que tange aos resultados obtidos a partir da Análise de Conteúdo, é necessário aclarar que a análise aqui empenhada foi dividida por tema, considerando como as perguntas foram elaboradas no roteiro de entrevistas, ou seja, cada assunto foi analisado de forma individual e apresentado em um quadro distinto.

Dessa forma, o Quadro 1 apresenta a descrição atual das participantes do estudo, no que diz respeito a caracterização. Retomando o que já foi discutido na seção anterior algumas informações não serão associadas ao sujeito específico por questões éticas e para assegurar o sigilo quanto a identidade das entrevistadas, assim sendo, a pesquisa foi realizada com 8 participantes de cursos de graduação, que estudam em universidades públicas e privadas de municípios do estado de São Paulo, sendo que 3 das participantes frequentam cursos na cidade de Araraquara, 2 em Guaratinguetá, 1 em São Paulo, 1 em Campinas e 1 em Lorena. Dentre as 8 entrevistadas 5 são alunas de universidades públicas e 3 de instituições de ensino privadas; 5 participantes são brancas, 2 pardas e 1 negra.

Quadro 1: Identificação das participantes

Identificação da participante	Idade	Profissão	Área de conhecimento do curso
Participante 1	19 anos	Estudante	Não informou
Participante 2	24 anos	Estudante e estagiária	Ciências Humanas
Participante 3	23 anos	Estudante e professora de educação básica	Ciências Humanas
Participante 4	22 anos	Estudante	Ciências Humanas
Participante 5	20 anos	Estudante e vendedora	Ciências Humanas
Participante 6	25 anos	Estudante	Ciências Exatas

Participante 7	19 anos	Estudante	Ciências Humanas
Participante 8	23 anos	Estudante e MEI	Ciências Biológicas

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do Quadro 1 pode-se observar que todas as participantes possuíam até 25 anos, ou seja, são jovens. Todas são estudantes, algumas desempenham atividades laborais conjuntamente com os estudos. Salienta-se que as respondentes frequentam, em sua maioria, cursos da área das ciências humanas, porém, duas delas frequentam cursos da área das ciências exatas e biológicas, atenta-se ainda que uma das respondentes optou por não responder essa questão, por preocupar-se com uma possível exposição, decisão que foi prontamente acolhida pela pesquisadora.

Outrossim, é mister informar que todas as participantes declararam espontaneamente que se reconhecem como vítimas de violência dentro de um relacionamento afetivo.

O Quadro 2 apresenta o contexto das participantes na ocasião das agressões, considerando os critérios de idade, profissão e semestre do curso.

Quadro 2: Caracterização das participantes no contexto das agressões

Identificação da participante	Idade	Profissão	Semestre do curso
Participante 1	18 anos	Estudante	Primeiro semestre
Participante 2	21 anos	Estudante	Terceiro semestre
Participante 3	19 anos	Estudante	Segundo semestre
Participante 4	21 anos	Estudante	Quarto semestre
Participante 5	19 anos	Estudante	Terceiro semestre
Participante 6	19 anos	Estudante	Primeiro semestre
Participante 7	18 anos	Estudante	Segundo semestre
Participante 8	20 anos	Estudante	Segundo semestre

Fonte: Elaborado pela autora.

Principiando a análise, verifica-se no Quadro 2 que no momento das agressões as vítimas tinham entre 18 e 21 anos, todas já eram estudantes universitárias e frequentavam entre

o primeiro e quarto semestre de suas graduações, tendo maior predominância da violência no primeiro e segundo ano de graduação.

Prosseguindo, o Quadro 3 expõe a caracterização das agressões, considerando as formas de violência vivenciadas pelas participantes, o relacionamento que era mantido com o agressor e a duração deste relacionamento.

Quadro 3: Caracterização do contexto das agressões

Identificação da participante	Formas de violência vivenciadas	Relacionamento mantido com o agressor	Duração do relacionamento
Participante 1	Violência sexual	Ficante	Poucas horas
Participante 2	Violência sexual e psicológica	Amiga e ficante	1 ano
Participante 3	Violência sexual, verbal, psicológica e física	Namorada	6 meses
Participante 4	Violência psicológica, moral, verbal e sexual	Namorada	Quase 1 ano
Participante 5	Violência sexual e moral	Ficante	Poucos encontros
Participante 6	Violência sexual	Desconhecido	Um encontro
Participante 7	Importunação sexual, perseguição, violência psicológica e sexual	Ficante	Alguns encontros
Participante 8	Violência sexual e psicológica	Colega	6 meses

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apresentados no Quadro 3 indicam que 100% das participantes manifestaram que foram vítimas de violência sexual, seguido de 62% de incidência da violência psicológica, 25% da violência moral e 12% das formas de violência física, patrimonial e importunação sexual. Portanto a violência sexual emerge como a agressão que mais incide, pensando nas participantes.

Ademais, nota-se que 25% das participantes namoravam com seus agressores, 50% eram ‘ficantes’ e tinham encontros ocasionais, 12% eram colegas e 12% desconheciam seus agressores. No que tange a duração dos relacionamentos evidenciados, 25% perduraram por aproximadamente 1 ano, 25% por 6 meses, 25% alguns encontros e 25% apenas um encontro. Estes dados demonstram que esta violência incide de forma considerável entre pessoas conhecidas, porquanto 25% tinham relacionamento afetivo, enquanto 50% eram ficantes, isto

é, mantinham encontros ocasionais. Estes dados se alinham a literatura científica que traz que a maioria dos agressores mantém relacionamento próximos com as vítimas.

Em concomitante, Engel (2020) discorre acerca da relação entre o local onde a violência é perpetrada e o perfil dos agressores, indicando que investigações recentes apontam que 48,9% das agressões perpetradas contra mulheres são praticadas em locais públicos, ademais, 43% foram agredidas dentro de seus lares e 6% na residência de terceiros. A autora observa ainda que os autores das agressões no contexto da residência costumam ser cônjuges, ex-cônjuges ou parentes das vítimas, outrossim, em 60% das agressões que ocorreram na rua, os abusos foram praticados por pessoas conhecidas, ou seja, que faziam parte do ciclo social da vítima. Os dados do presente estudo se alinham a esta realidade.

A autora estabelece ainda uma relação entre as agressões e a categoria raça/cor, dessa forma, no que tange as agressões direcionadas as mulheres brancas, 41,7% delas foram agredidas em suas residências e 51,6% em locais públicos, em contraponto, 44,1% das mulheres negras foram agredidas em seus lares e 46,7% em localidades públicas (Engel, 2020).

Outro ponto de atenção reside no fato de que 63,6% das mulheres brancas que foram agredidas em locais públicos tiveram suas agressões perpetradas por pessoas conhecidas, sendo que, dentre as mulheres negras, o percentual é de 57,8%. Por outro lado, as agressões ocorridas na rua por parceiros são mais frequentes em mulheres negras (13%) do que em brancas (7,9%). A autora finda afirmando que, observa-se que, independentemente da distribuição percentual, as mulheres negras são vitimadas em maior número do que as mulheres brancas (Engel, 2020). Neste ponto observa-se que a pesquisa apresenta um contraponto, considerando que a maior parte das participantes do estudo são mulheres brancas, entretanto, tal questão deve-se ao fato de que a maior parte das mulheres que tem acesso ao ensino superior são brancas.

Por fim, o Quadro 4 evidencia os dados acerca dos agressores, considerando também a idade, profissão, área do curso e o semestre.

Quadro 4: Caracterização dos agressores

Identificação da participante	Idade do agressor	Profissão	Área de conhecimento do curso	Semestre
Participante 1	Aproximadamente 20 anos	Estudante universitário	Ciências exatas	Não soube informar
Participante 2	22 anos	Estudante universitário	Ciências humanas	Quinto semestre
Participante 3	20 anos	Estudante universitário	Ciências humanas	Segundo semestre

Participante 4	24 anos	Estudante universitário	Ciências humanas	Sétimo semestre
Participante 5	Aproximadamente 25 anos	Estudante universitário	Ciências exatas	Sexto semestre
Participante 6	Aproximadamente 20 anos	Estudante universitário	Ciências humanas	Não soube informar
Participante 7	22 anos	Estudante universitário	Ciências exatas	Quinto semestre
Participante 8	Aproximadamente 24 anos	Estudante universitário	Ciências biológicas	Oitavo semestre

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se notar no Quadro 4, todos os agressores tinham entre 20 e 25 anos, também eram estudantes universitários, sendo que 4 da área das ciências humanas, 3 das ciências exatas e 1 das ciências biológicas, e frequentavam entre o segundo e oitavo semestre de suas graduações, ou seja, há o predomínio da metade em direção ao final do curso.

Observa-se que algumas informações não foram informadas com exatidão pelas entrevistadas, o que se justifica pela brevidade do relacionamento mantido com os agressores e o tempo transcorrido entre as agressões e as entrevistas. Ademais, por tratar-se de um episódio traumático, alguns fatos acabam por ser esquecidos, ou se tendo dificuldade de trazer à tona devido a carga emocional envolvida.

Dentro deste contexto, nota-se que a dificuldade manifesta pelas mulheres ao tentar externar os episódios de violência por elas sofridos tem origem em diversos aspectos, dentre eles, no estigma que as agressões trazem. O conceito de estigma, discutido pioneiramente por Goffman (1988), é um atributo considerado depreciativo por certo grupo social, que acaba por inferiorizar o indivíduo que possui tal condão. O autor aludia ainda que, partindo dos preceitos e costumes estabelecidos dentro de determinada sociedade, estabelece-se algumas expectativas, normas e exigências que devem ser seguidas pelos membros de tais grupos, bem como hábitos e ações que são rechaçadas por eles. Dessa forma, tudo que ‘destoa’ dessas predileções é tachado como digno de estranheza e preconceitos, fazendo com que este grupo estigmatize tais sujeitos.

Tais conceitos vinculam-se a violência contra mulher no ponto em que indivíduos estigmatizados passam a produzir grande esforço para ocultar seus estigmas, vindo a esconder da sociedade questões tão pesadas e relevantes, retinindo em um alto custo psicológico por manterem-se em constante estado de ansiedade e tensão, buscando a todo esforço manter uma imagem que pode vir por terra a qualquer momento. Destarte, muitas mulheres escondem que

são vítimas de violência para tentar fugir de tais estigmas e preconceitos imputados pela sociedade.

Principiando a Análise de Conteúdo empenhada a partir das questões discursivas, o Quadro 5 expõe que ao serem questionadas quanto a sua percepção da violência, as participantes apresentam respostas variadas, mas que convergem na violência ser descrita como atos que causam danos e violações, além de confluírem para a descrição de variados tipos de violência. Além do mais, algumas entrevistadas indicaram que a violência pode ser perpetrada por inúmeros autores contra múltiplas vítimas.

Quadro 5: Conceito de violência segundo as participantes

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Definição de violência	Ferir; Machucar; Força; Violação; Abuso; Agredir; Dano; Contra a liberdade; Difamar.	“(…) <i>ferir, machucar</i> (…)” “(…) <i>forte</i> (…)” “(…) <i>forma de agressão</i> (…)” “(…) <i>uma violação da natureza humana</i> (…)” “(…) <i>é um ato que causa dano</i> (…)” “(…) <i>contra a liberdade de alguém</i> (…)” <i>(…) machucar, abusar, humilhar, agredir e difamar</i> (…)”
Tipos de violência	Física; Psicológica; Sexual; Diversas formas; Moral.	“ <i>Mas não só fisicamente, também psicologicamente, sexualmente e moralmente.</i> ” “(…) <i>pode ser físico, sexual e psicológico também.</i> ” “(…) <i>não precisa ser só física</i> (…)” “(…) <i>a violência psicológica</i> (…)”
Agressores	Múltiplos agentes.	“(…) <i>praticada por um sujeito, grupo ou instituição.</i> ”

Vítimas	Outra pessoa; Uma pessoa; Múltiplas vítimas.	<i>“A violência é ferir, machucar outra pessoa (...)”</i> <i>“(...) que causa dano a outra pessoa (...)”</i> <i>“(...) agredir uma pessoa (...)”</i> <i>“(...) contra uma pessoa, comunidade ou estado.”</i>
Finalidade da violência	Causar dano; Controle.	<i>“(...) que causa um dano imenso (...)”</i> <i>“(...) a tentativa de controlar o outro (...)”</i>
Causas da violência	Direito; Sem motivação.	<i>“(...) achar no direito de te ferir (...)”</i> <i>“(...) sem nenhum tipo de motivo.”</i>
Danos	Violência psicológica; Sofrimento.	<i>“(...) foi a violência psicológica que mais me trouxe danos e eu vivo isso até hoje.”</i> <i>“(...) causam muito sofrimento na gente.”</i>
Marcadores de oralidade	Interjeições.	<i>“Então (...)”</i>
Marcadores de percepção	Entender; Considerar	<i>“Eu entendo (...)”</i> <i>“Para mim (...)”</i> <i>“Considero (...)”</i> <i>“(...) ainda estou tentando entender (...)”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Para as participantes da pesquisa, a violência se configura enquanto ferir, machucar, forçar, violar, abusar, agredir, perpetrar ações contra a liberdade, difamar e causar dano. Observa-se através dos relatos, que as participantes exteriorizam uma compreensão bastante robusta da conceitualização da violência, apercebendo-se que citam modalidades de violência que extrapolam a violência física e sexual, que costumeiramente são as mais apercebidas.

Partindo da fala das próprias, tem-se que muitas delas compreendem a violência em sua totalidade, considerando formas de agressão que se sobressaem as constatadas visualmente.

Partindo da fala da Participante 7, tem-se que: *“A violência é toda forma de agressão, não precisa ser só física, na verdade, eu acho que tem formas de violência que machucam mais do que a física, porque causam muito sofrimento na gente.”*

Em concomitante a esse relato, nota-se a enunciação do dano da violência, em especial a psicológica, julgada por uma das vítimas como a que trouxe maior dano em sua vivência, com prejuízos que se estendem até os dias de hoje, assim como relata a Entrevistada 2: *“Eu entendo a violência como uma coisa muito forte, porque existem diversas formas de agredir uma pessoa, não só a física e os seus danos podem ser muito extensos. Para mim, a violência psicológica foi a que mais trouxe danos e eu vivo isso até hoje. Então, tentando resumir, acho que é isso, a violência é uma coisa muito forte, que causa um dano imenso e tem várias formas de se manifestar.”*

Ademais, dentre o discorrido, uma das respondentes cita a existência de um leque amplo de agressões, corroborando a existência de 4 delas, conforme nota-se no relato da Participante 1: *“A violência é ferir, machucar outra pessoa, quando você tem a intenção de fazer isso. Mas não é só fisicamente, também psicologicamente, sexualmente e moralmente.”* Em cômruo, evidencia-se o relato da Participante 8, que coincide com o exposto, ao atestar que: *“Acho que a violência é um ato que causa dano a outra pessoa, que acaba ferindo, daí pode ser físico, sexual e psicológico também.”* Não obstante, elas não mencionam a existência da violência patrimonial, crê-se que tal desconhecimento seja em virtude da pouca compreensão e falta de percepção desta forma agressão.

No que tange aos perpetradores da violência, observa-se uma das participantes apresenta uma compreensão significativa de que as agressões podem ser praticadas por múltiplos autores já que corrobora que a violência pode ser efetuada por um indivíduo, por um conjunto de pessoas e por instituições, como o próprio Estado, o que é apercebido ao sinalizar, conforme sua interlocução, que: *“Para mim, a violência se manifesta de diversas formas, nisso eu entendo que ela pode ser praticada contra uma pessoa, comunidade ou estado. Além disso, ela pode ser praticada por um sujeito, grupo ou instituição”* - participante 5.

Neste ponto, o relato da Participante 5 chama a atenção ainda para a multiplicidade de vítimas da violência, ao considerar que as agressões podem ser desferidas contra uma pessoa, o que será observado nos relatos aqui trazidos, como também contra uma comunidade ou estado.

No processo analítico, evidencia-se que duas entrevistadas preconizam a violência como atos que vão contra a liberdade de outrem, concluindo que o agressor dispõe de controle no que

diz respeito a vítima. Esse achado está exposto na fala da Participante 6, ao declarar que: *“Considero violência qualquer ato que vá contra a liberdade de alguém, de qualquer forma.”*

Ao mesmo tempo que a Participe 3 avulta semelhante discussão, mas de forma mais pujante, confabulando que: *“Eu entendo a violência como uma violação da natureza humana, uma grande violação na realidade, já que quem agride entende que tem tanto poder sobre você a ponto de se achar no direito de te ferir de diversas formas. Para mim ela é isso, a tentativa de controlar o outro, ainda que de uma forma absurda e sem limites.”*

Dessa forma, a explanação apresentada pela Participante 3 é de grande riqueza para discussão, considerando que o conceito de violência discorrido por ela indica que as agressões são uma forma de violação da natureza humana. Além do mais, a entrevistada compreende que o algoz acredita ter poder o suficiente e controle sob a vítima, ao passo em que se torna aceitável valer-se da violência enquanto forma de manutenção de seu controle, de concretizar suas vontades e opiniões.

Frente as definições mais robustas, destaca-se que a Participante 4 revela que ainda está buscando estruturar sua ideia de violência, mas que, por hora, já consegue depreender as distintas tipificações pelas quais as vítimas são subjugadas, refletindo que: *“Acho que ainda estou tentando entender o que é a violência. Ainda é muito recente, mas se eu tiver que responder, diria que a violência é machucar, abusar, humilhar, agredir e difamar outra pessoa, sem nenhum tipo de motivo.”*

Neste relato, vale-se que a narradora cita a existência de motivação para as agressões, ao considerar que entende que violência diz respeito ao ato de machucar, abusar, humilhar, agredir e difamar outra pessoa, sem nenhum tipo de motivação. Essa fala chama a atenção por ater-se a razão das agressões, tópico que não foi alvitado por nenhuma outra participante. Entretanto, esse fragmento pode ter interpretação dúbia, já que pode-se considerar que a participante interpreta que os abusos são considerados violência apenas caso haja a comprovação da ausência de uma motivação para a perpetração da violência, contrariando a concepção vigente de qualquer forma de agressão é injustificável.

A partir da análise dos dados, nota-se que conceito de violência depreendido a partir das respostas das participantes, como pode ser verificado no quando 5, é compatível com o utilizado neste trabalho, em que se considera a violência o uso intencional da força física ou poder com a finalidade de causar dano a um sujeito, grupo ou comunidade (Krug et al. 2002).

Neste contexto, percebe-se que as partícipes depreendem a existência de variados formas de violência, em cômgruo ao exposto pela Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, ao

atestar e caracterizar a existência de 5 tipos de agressões que vitimizam mulheres, sendo elas: física, compreendida como qualquer conduta que ofenda a integridade e corpo da mulher; psicológica, ou seja, ação que cause dano emocional e prejudique o pleno desenvolvimento; sexual, pratica que ofenda ou constranja a sexualidade da vítima; patrimonial, conduta que configure dano, retenção ou subtração de seus bens; e, por fim, moral, compreendida como atitudes que configurem calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

É interessante constatar que as participantes têm ciência do que seja a violência e as diferentes modalidades de se apresentar, o que é um dado de pesquisa, uma vez que muitas mulheres sequer têm ciência disso, o que implica que sofrem sem ter a noção de que são vítimas.

Avançando, ao serem questionadas sobre a violência de gênero, as participantes evidenciam que a violência de gênero tem origem nos papéis desiguais entre homens e mulheres, retomam conceitos como gênero, machismo e masculinidade tóxica, contexto histórico e social, uso de força e a anuência da sociedade. Em conformidade com o apercebido na fala da Entrevistada 5: *“Entendo que a violência de gênero tem origem nos papéis sociais desiguais entre homens e mulheres.* Tal compreensão está exposta no Quadro 6.

Quadro 6: Compreensão do conceito de violência de gênero pelas entrevistadas

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Origem da violência de gênero	Desigualdades; Histórico e cultural; Machismo; Masculinidade tóxica; Papéis sociais.	<i>“(…) tem base nas desigualdades que as mulheres sofrem.”</i> <i>“(…) várias questões históricas e culturais (…)”</i> <i>“(…) ela acontece por conta do machismo (…)”</i> <i>“(…) papéis sociais desiguais entre homens e mulheres.”</i>
Causas da violência de gênero	Gênero feminino; Poder; Homofobia; Anuência.	<i>“(…) por conta da vítima ser mulher (…)”</i> <i>“(…) acontece quando a vítima é uma mulher.”</i> <i>“(…)pode mandar nela (…)”</i> <i>“(…) é quando a vítima é uma mulher ou em caso de homofobia.”</i>

		<i>“(...)direito de controlar a mulher (...)”</i>
Formas de violência	Física.	<i>“(...) usando de força para isso.”</i>
Marcador temporal	Atualidade.	<i>“Hoje eu entendo (...)”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange a compreensão da violência de gênero, as participantes, quase em sua totalidade, exteriorizam uma compreensão técnica acerca do assunto, o que pode ser apercebido na utilização de conceitos próprios aos estudos da área. Um ponto de destaque está no fato das entrevistadas diferenciarem a violência contra mulher de formas genéricas de violência, compreendendo que um dos marcadores da violência direcionada as mulheres reside no fato dela ser perpetrada por parceiros íntimos em relações de afeto e dispor de diferentes tipificações das agressões, compreendendo abusos de ordem física, psicológica, sexual, moral e patrimonial (Krug et al, 2002).

Dentre as entrevistas, salienta-se que algumas participantes pontuam a influência de questões históricas e culturais socialmente consolidadas dentro da problemática das agressões a mulheres, o que pode ser apercebido quando a Participante 2 dispõe que: *“A violência de gênero acontece porque várias questões históricas e culturais, o homem entende que tem poder sobre a mulher e que pode mandar nela.”*

Neste contexto, outra participante coloca em evidência a busca dos homens por formas de controlar as mulheres, defendendo que uma das formas de exercer tal controle é por meio da violência física, conforme discorrido: *“A violência de gênero acontece justamente quando homem acredita ter direito de controlar a mulher, da forma que for usando até mesmo a força para isso.”* – entrevistada 3.

Diante de tais respostas percebe-se que há a retomada da violência contra mulher como uma questão de gênero, na qual compreende-se que ela é agredida em virtude de ser do gênero feminino e estar inserida em uma sociedade onde o homem recebeu a anuência para manter o controle e domínio sobre as figuras femininas.

A alusão das participantes a categoria gênero indica a compreensão de que as relações entre os sexos na sociedade são estabelecidas através do sexo social, que diz respeito a forma como homens e mulheres comportam-se dentro do âmbito social, diferenciando do sexo biológico, referido as diferenças anátomofisiológicas entre os sexos (Fonseca, 1997).

Essa relação é bem consolidada e apercebida na fala de algumas participantes, conforme atestam, a luz da Entrevistada 1, ao declarar que: *“É uma violência que acontece por conta da vítima ser mulher.”* Bem como na narrativa da Respondente 4: *“A violência de gênero acontece quando a vítima é uma mulher”*; não diferindo ao exposto pela Participante 7: *“É uma violência que acontece por conta da vítima ser mulher.”*

Não obstante, verifica-se que uma das participantes indica que, para além das mulheres, outras pessoas podem ser vitimadas por agressões baseadas em gênero, como a população LGBTQIAPN+, sigla que abrange indivíduos que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e outras identidades e orientações não mencionadas na sigla e gêneros fluidos.

Dessa forma, na ótica da Participante 6: *“Entendo que é quando a vítima é uma mulher ou em caso de homofobia.”* Entretanto, é mister confabular que ela restringe a população LGBTQIAPN+, e todas as agressões por eles vivenciadas, apenas a homofobia.

Salienta-se que uma das participantes retoma o conceito do machismo, ao considerar que a origem da violência contra mulher reside na existência do machismo, assim como corroborado pela Entrevistada 8: *“Eu sei que é quando a vítima é uma mulher, ela acontece por conta do machismo e tudo que vem dele, como a masculinidade tóxica e tudo mais.”*

O conceito de machismo foi abordado por Saffioti (2002) ao discorrer sobre o “poder do macho”, pontuando que dentro da ideologia machista as mulheres devem submeter-se ao controle do homem, posição em que ele se julga no direito de usar de força física com a mulher, reverberando em uma condição de dominação masculina.

Por fim, as respostas evidenciam que muitas participantes atribuem as agressões contra mulheres a relacionamentos abusivos. Para compreender o conceito de relacionamento abusivo, que será repetido por algumas entrevistadas ao longo da pesquisa, recorre-se a Barretto (2018), ao elucidar que a relação abusiva é aquela onde há a preponderância do excesso de poder de um parceiro sobre o outro, reverberando em um contexto no qual perfaz-se a necessidade de controlar o (a) parceiro(a) e monitorá-lo.

Marchando, conforme indicado anteriormente, as participantes ratificaram terem sido vítimas de violência dentro de um relacionamento afetivo, portanto, todas foram questionadas sobre o contexto de percepção dos abusos. Os dados obtidos nesta questão estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7: Percepção da violência no relacionamento afetivo

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Sentimentos das participantes	Estranheza.	<i>“(...) alguma coisa estranha (...)”</i>
Ausência de compreensão	Falta de entendimento.	<i>“(...) não entendi (...)”</i>
Evento principiante da compreensão	Divulgação de fotos íntimas; Abuso sexual; Estupro de vulnerável; Fim do relacionamento; Ao longo do relacionamento; Término; Dias depois.	<i>“(...)divulgando minhas fotos.”</i> <i>“Sofri um abuso sexual.”</i> <i>“O estupro aconteceu comigo inconsciente (...)”</i> <i>“(...) só percebi isso com o fim.”</i> <i>“Percebi ao longo do relacionamento (...)”</i> <i>“(...) ele queria continuar.”</i> <i>“(...) alguns dias depois (...)”</i>
Marcador de percepção	Perceber; Achar; Entender.	<i>“Eu percebi (...)”</i> <i>“(...) só percebi (...)”</i> <i>“Acho que (...)”</i> <i>“(...) não entendi que era a violência.”</i>
Formas de violência	Divulgação de fotos íntimas; Abuso sexual; Estupro de vulnerável; Agressão física	<i>“(...) ele estava divulgando minhas fotos.”</i> <i>“O estupro aconteceu comigo inconsciente (...)”</i> <i>“Sofri um abuso sexual.”</i> <i>“(...) depois da agressão física.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos relatos, percebe-se que algumas participantes experienciaram um sentimento de estranheza frente as agressões, porém não validaram que se tratava de violência até o desencadeamento de uma situação marcante que foi nomeada, na categoria da Análise de Conteúdo, de Evento principiante da compreensão.

Dentre os relatos, o Evento principiante da compreensão se altera, mas com a repetição da violência sexual, citada na forma de abuso sexual, estupro de vulnerável, uso forçado de remédios e divulgação de fotos íntimas.

Dessa forma, evidencia-se a fala da Participante 5, que foi vítima de violência sexual ao ponto em que teve suas fotos íntimas divulgadas sem autorização. Ela afirma que percebeu que se tratava de violência assim que soube que suas fotos estavam sendo divulgadas a terceiros sem seu consentimento, assim como relata: *“Percebi quando soube que ele estava divulgando minhas fotos.”*

Outro evento que principiou a compreensão dos abusos vivenciados foi a incidência da agressão física, perpetrada a vítima 3, conforme versa: *“Percebi ao longo do relacionamento, em especial depois da agressão física.”* Neste ponto, é mister conjecturar que, por tratar-se de uma forma de violência visual, que corriqueiramente deixa marcas na pele, além de acarretar dor física, muitas mulheres apercebem-se vítimas de violência após um abuso de ordem física.

No decurso dos relatos, convalida-se que a Entrevistada 7 notou que estava sendo vítima de violência quando, após colocar fim a uma relação casual, seu agressor não aceitou o término e empenhou uma perseguição a ela de forma impiedosa, causando-lhe grande angústia. Em suas palavras, absorve-se que: *“Percebi que ele não me deixava em paz.”*

Destaca-se que uma das participantes versa que demorou algum tempo para compreender que havia sido vítima de violência, segundo relata a Respondente 1: *“Na realidade, assim que aconteceu a agressão eu já sentia alguma coisa estranha, mas não entendi que era a violência. Só fui entender mesmo que tinha sido uma agressão alguns dias depois, processando o fato ocorrido.”*

Neste interim, outra vítima consolida a demora ao perceber a ocorrência de abuso ao avaliar que só se deu conta das agressões vivenciadas em seu namoro quando este relacionamento teve fim. Nas palavras da Participante 4, tem-se que: *“Acho que só percebi isso com o fim.”*

Neste encadeamento, outro momento de percepção do abuso foi a ocorrência da agressão sexual enquanto estava inconsciente e sem condições de consentir, caracterizando o estupro de vulnerável, apercebido quando ela, Entrevistada 8, discorre que: *“O estupro aconteceu comigo inconsciente, ele sabia que eu não sabia o que estava fazendo, mas resolveu continuar. Depois que aconteceu algumas pessoas ficaram sabendo, mas ele alegou que eu sabia sim, que eu queria, mas que havia me arrependido. Ele chegou a me procurar para se defender, alegando que eu tinha esquecido.”*

Findando a questão, uma das participantes (Entrevistada 6) corrobora a brevidade de seu relacionamento e a ocorrência da agressão em seu primeiro encontro, valendo-se da crença de que o agressor encontrou a oportunidade para empenhar o abuso e o fez. Seu relato enfatiza que: *“Foi um único ato, acho que ele viu a oportunidade e fez.”*

Monteiro e Souza (2007) pontuam que muitas mulheres apresentam uma compreensão superficial e mediana dos distintos sentidos da violência conjugal, justificada pela exposição constante as manifestações de violência sob a roupagem de menosprezo, humilhação, crueldade, submissão. Para os autores, a frequência dos abusos faz com que a violência conjugal torne-se indecifrável, de modo que as mulheres não percebem a intensidade das agressões que vivenciam. Aqui os relatos se configuram na violência relacional e não conjugal, porém as nuances são semelhantes, pois as mulheres também nesta situação não percebem o contexto que vivem de violência.

Dando prosseguimento, as entrevistadas foram indagadas quanto ao início da violência, possibilitando inquerir se elas recordam da primeira agressão que sofreram dentro de seu relacionamento afetivo. Os dados obtidos estão expostos no quadro 8.

Quadro 8: Início da violência no relacionamento

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Primeira agressão	Intenção; Negativa; Perseguição; Evento único; Importunação sexual; Abuso sexual.	<i>“Acredito que a intenção dele sempre foi praticar esse abuso.”</i> <i>“Não tenho um episódio inicial (...)”</i> <i>“Continuava me mandando mensagem (...).”</i> <i>“Começou com o abuso (...)”</i> <i>“(...)onde eu não consenti (...)”</i> <i>“Foi um único ato (...).”</i> <i>“(...) durante a relação sexual (...)”</i>
Perpetuação da violência	Sempre; Mentiras; Perseguição; Múltiplas formas violências.	<i>“Acho que ele sempre foi abusivo (...)”</i> <i>“continuou com as mentiras (...)”</i>

		<i>“(…) continuar vindo atrás de mim.”</i> <i>“(…) ela sempre existiu.”</i> <i>“(…) outras formas.”</i>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados obtidos com tal questionamento, constatou-se que muitas participantes não logram identificar um episódio inicial, um primeiro abuso, porém exprimem que a violência sempre esteve presente dentro da relação, de forma sutil, o que é evidenciado no relato da Participante 4: *“Acho que ele sempre foi abusivo eu que não percebia.”*

Em contraponto, três participantes asseguraram não observar um episódio inicial na ocorrência de suas agressões, por indicarem que a violência pela qual foram acometidas ocorreram em um único momento, fato que reincide em relacionamento de curta duração. Dessa forma, a Participante 1 conclui que: *“Teve início durante a relação sexual, não houve um episódio inicial, apenas aconteceu logo na primeira vez.”* O que é corroborado pela Entrevistada 6, que proclama: *“Foi um único ato, acho que ele viu a oportunidade e fez.”* Bem como pela respondente 5: *“Acredito que a intenção dele sempre foi praticar esse abuso.”*

Diferindo dentre os relatos, destaca-se que a Entrevistada 7 retornou um claro e vultuoso relato de como a violência principiou em seu relacionamento e seus seguimentos, ao denotar que: *“Então, quando eu comecei a sair com ele deixei muito claro que não queria nada sério, seria uma coisa aberta, não sou monogâmica e não queria um relacionamento sério. Fiquei com ele algumas vezes, era legal, mas eu não estava mais afim, ele não entendeu isso, mesmo eu falando a real ele não entendia. Continuava me mandando mensagem, ia a lugares que eu estava, começou a realmente me perseguir, falava com pessoas com quem eu estava saindo, me importunava mandando fotos íntimas sem eu querer. E tem mais, eu bloqueava nas redes sociais e no celular, mas ele arrumava outro jeito de continuar vindo atrás de mim.”*

Ressalta-se que algumas participantes declararam a perpetuação da violência, ou seja, ela não teve fim com a primeira agressão, mas prolongou-se durante grande parte ou todo relacionamento. À luz do relato da Participante 2: *“A violência teve início durante uma relação sexual onde eu não consenti e fui abusada. Depois disso ela continuou de outras formas.”* Neste relato semelhante ao da Entrevistada 8, que refere: *“Começou com um abuso e continuou com as mentiras dele e as tentativas de falar comigo.”*

No que tange a recorrência da violência, duas vítimas aguçam que não se recordam de um episódio que marque o início das agressões, e consideram que os abusos sempre estiveram presentes em seus relacionamentos, assegurando a recorrência disso, conforme exposto pelo relato da Partícipe 3: “*Não tenho um episódio inicial, acho que ela sempre existiu.*”

Considerando o exposto pelas vítimas, em alguns casos é possível observar a recorrência das agressões, o que pode indicar a presença do ciclo da violência, considerado como um fenômeno comum dentro de quadros de violência contra mulher, em que há a repetição de um padrão de agressão, dividido em 4 fases.

À luz da literatura, observa-se que durante a primeira fase do ciclo tem-se a tensão, onde há o aumento da irritabilidade do agressor, em virtude de suas preocupações cotidianas, fase em que ele tende a externalizar suas frustrações e tensões na parceira, julgando-a como responsável por todos os seus problemas. Nesse momento, o abusador ainda não recorre à violência física, mas seu estado reverbera em uma atmosfera hostil e com a ocorrência de ameaças, destruição de objetos e ofensas. Na segunda fase ocorre a agressão, de cunho físico ou psicológico, onde há o extravasamento de toda tensão acumulada ao longo da primeira etapa do ciclo. Já a terceira etapa se desenrola o pedido de desculpas, no qual o agressor tenta minimizar as agressões, justificar seu comportamento e, frequentemente, atribui a culpa de suas ações à vítima. O autor continua, que por fim, desenrola-se a lua de mel, ou a reconciliação, fase na qual o agressor mostra-se apaixonado, carinhoso e afetuoso, reforçando na vítima a esperança de mudança e de que as agressões tenham ficado no passado. Entretanto, como o próprio nome diz, é um ciclo, e com o fim da lua de mel voltará a ocorrer o aumento da tensão, culminando na continuidade do ciclo da violência. As vítimas ficam refém do agressor e presas neste ciclo (Walker, 1979)

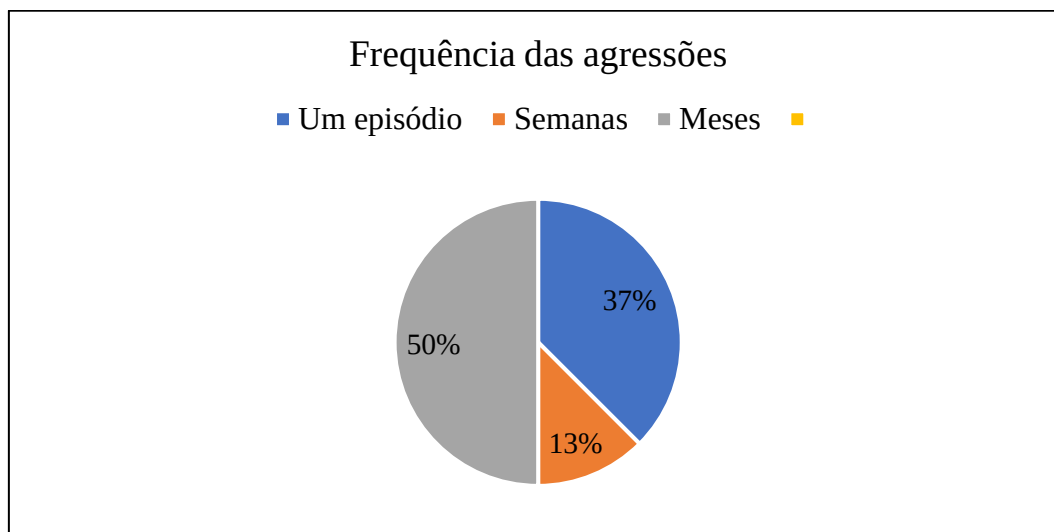
De forma similar, Hirigoyen (2006) confabula que muitos agressores empenham uma ‘lavagem cerebral’ em suas vítimas, apontada por ele como uma das formas mais perversas de manipulação. Para tanto, o agressor principia isolando a vítima do mundo exterior, dificultando seu acesso a amigos e familiares e, desse modo, ele a fragiliza psicologicamente, direcionando todos seus pensamentos para ele.

Em seguida, o abusador age de forma a convencê-la de que ele é o centro de seu universo, a coisa mais importante da vida dela, tornando-a uma pessoa desprovida de vontade própria e que pertence apenas ao companheiro, reforçando a noção de submissão. Neste contexto, a vítima se convence de a culpa pela violência é dela, já que foram suas ações, ou

omissões, que levaram seu companheiro a agredi-la, engendrando em uma rotina de medo e culpa, para tentar fazer seu parceiro feliz (Hirigoyen, 2006).

No que tange a frequência com que as agressões ocorriam, o Gráfico 1 apresenta estes dados.

Gráfico 1: Frequência das agressões



Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se observar no gráfico 1, 50% dos abusos, como as participantes informam, tiveram a duração de alguns meses, 37% de um episódio e 13% de algumas semanas. É importante salientar que, durante a entrevista, duas participantes manifestaram que sempre foram agredidas por seus namorados, e que esses relacionamentos duraram muitos meses, aproximando-se de um ano.

Encontra-se outro ponto de destaque no relato da participante 2, vítima de violência sexual, ao discorrer que a agressão sexual aconteceu em um único episódio, mas seu agressor praticou outras formas de violência posteriores ao ato, como violência psicológica, persegui-la, colocá-la como louca, mentirosa, usando-se de tais subterfúgios para tentar negar o estupro quando questionado por terceiros.

Avançando, outro ponto que chama a atenção em casos de violência contra mulher é a culpabilização, que pode ocorrer quando alguém atribui a culpa das agressões a vítima, o que pode ser realizado por terceiros, pelo agressor ou pela própria vítima.

O Quadro 9 apresenta os resultados encontrados quando as participantes foram questionadas se elas se culpavam de alguma forma pela violência e o motivo. Esta questão foi pensada, visto que é comum as vítimas desenvolver este sentimento.

Quadro 9: Sentimento de culpa das entrevistadas

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Sentimento de culpa	Culpa; Insuficiência; Baixa autoestima; Receio da solidão; Merecimento; Crença na mudança do agressor; Negativa; Arrependimento.	<i>“Senti culpa (...)”</i> <i>“(...) culpa é dela.”</i> <i>“Senti culpa por não ser suficiente (...).”</i> <i>“(...) sentia que eu era um peso (...).”</i> <i>“(...) eu não ia achar outra pessoa (...).”</i> <i>“(...) eu merecia.”</i> <i>“(...) era minha culpa (...).”</i> <i>“(...) tentar perdoar ele.”</i> <i>“(...) tive arrependimento.”</i> <i>“(...) me senti mal (...).”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode-se observar no quadro 9, as participantes apresentam sentimentos ligados a culpa, como a sensação de insuficiência, baixa autoestima, medo da solidão, arrependimento e crença no merecimento das agressões. Outrossim, a culpa é aliada a esperança de mudança do agressor; o que faz com que esta relação e o ciclo da violência se perpetue.

Em similaridade ao disposto na presente pesquisa, evidencia-se os dados de um estudo realizado com mulheres jovens (entre 18 e 19 anos), vítimas de violência sexual em seus relacionamentos afetivos. Nele os pesquisadores buscaram compreender os sentimentos manifestos pelas vítimas após o contexto das agressões. A pesquisa retorna que os principais sentimentos vivenciados por suas participantes foram: tristeza, vergonha, constrangimento, mal-estar, dano a autoimagem e ao psicológico, ademais, as mulheres que tiveram a perpetração

de violência psicológica concomitante ao abuso sexual apresentaram sequelas mais graves, como o desenvolvimento da síndrome do estresse pós-traumático (Gomes; Santiago; Nery, 2018).

Esta síndrome não é incomum as vítimas desenvolverem, pois, a violência consiste em um acontecimento de grande carga emocional, muito difícil de se elaborar. As mulheres participantes deste estudo precisam do suporte psicológico para conseguirem lidar com a violência do abuso, e a Universidade tem um importante papel de promover este auxílio.

Avaliando os relatos, nota-se que apenas a Participante 7 não apresenta a sensação de ser culpada pelo abuso. Avulta-se que, neste caso, ela já dispunha de uma concepção bem consolidada do que vem a ser a violência contra mulher e as roupagens como se apresenta, porquanto, isso reverbera em seu relato: *“Não, eu fui muito franca com ele desde sempre, então não posso carregar a culpa dele não ter entendido.”* Sua fala pontua que desde o começo da relação ela foi sincera com seu agressor quanto a sua disponibilidade e expectativas para a relação, dessa forma, concerne que não pode sustentar culpa por algo que foge ao seu domínio.

Entretanto, este é o único relato mimoseado na presente pesquisa que apresenta a negação do sentimento de culpa. As narrativas das outras participantes denotam o sentimento de profunda culpa e responsabilização por suas agressões. Nesta linha, destaca-se a explanação da Partícipe 1: *“(...) assim que aconteceu eu não entendi que havia sido violentada, fui compreender algum tempo depois e me senti mal, como se fosse minha culpa ter sido abusada.”*

Dessa mesma forma, as Participantes 2 e 3 exteriorizam essa culpa em seus namoros. Por serem relacionamentos de longa duração, percebemos que seus agressores imputaram-lhes a culpa pela perpetração das agressões, a longo prazo isso reverbera em um senso de merecimento, no qual as vítimas passam a compreender que, se estavam sendo agredidas, era em decorrência de uma ação praticada por elas ou pela falta delas. Dessa forma, apresenta-se a narrativa da Participante 3, para exemplificação de tal problemática: *“Durante o namoro eu achava que se aquilo estava acontecendo era porque eu merecia.”*

Em conformidade ao anteriormente relatado, tem-se a percepção da Entrevistada 2: *“Eu achava que era minha culpa por não ter sido esperta e percebido antes. Também me senti culpada por acreditar na mudança do agressor e tentar perdoar ele.”* Esse discurso indica uma nova categoria, a crença na mudança do agressor e a tentativa de perdoá-lo, comportamento costumeiro e sistematicamente incidente durante a fase três do ciclo da violência.

Outro sentimento presente no relato das vítimas foi o arrependimento por acreditarem que determinadas escolhas adotadas por elas reverberaram na incidência da violência. Desse

modo, a Participante 5 demonstra pesar o fato de ter enviado fotos íntimas e confiado em seu agressor, como discorre: *“Senti culpa por ter mandado as fotos para ele e me senti usada.”* Nesta mesma linha, a Entrevistada 8 confabula que: *“Tive arrependimento. Porque eu poderia ter feito algumas coisas diferentes e não ter vivido isso.”* Indicando ter a sensação de que poderia ter tomado atitudes opostas que evitariam a perpetração da violência.

Em luminescência da literatura científica, a OMS (2002) identifica que a violência psicológica abarca ofensas verbais de forma repetida e que esses abusos afetam a autoestima da vítima, além de afetar o sentimento de segurança e confiança em si mesma. Nesta mesma linha, o texto corrobora que as vítimas compreendem que o auge da agressão psicológica reside no medo intenso e na tortura mental por conviverem com medo e terror.

Neste contexto, verifica-se que o sentimento de auto culpa é constante nas vítimas de violência, já que consideram que levaram o agressor, de alguma forma, a praticar as agressões. Nota-se que o sentimento de culpa é uma das estratégias dos agressores para exercer maior controle nas vítimas. Miller (2002) avulta que as primeiras manifestações da violência se dão através do cerceamento da liberdade e de atitudes que causam constrangimento e humilhação. Porquanto, a autora comprova que antes de ter condições de ferir fisicamente a mulher, o agressor precisa baixar a autoestima da vítima ao ponto que ela tolere as agressões.

Quanto a atribuição da culpa da violência pelo próprio agressor, as vítimas foram indagadas se em algum momento seus algozes as culpavam de alguma forma por seus atos violentos. Os resultados obtidos encontram-se apresentados no quadro 10.

Quadro 10: Culpabilização das entrevistadas pelos agressores

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Atribuição da culpa à vítima.	Negação; Desconhecimento; Perseguição; Insuficiência.	<i>“Ele negou as agressões (...)”</i> <i>“(...) me colocou como louca.”</i> <i>“(...) eu tinha feito ele fazer aquilo.”</i> <i>“Ele dizia para as pessoas que não tinha sido estupro (...).”</i> <i>“Não sei (...).”</i> <i>“Não sei, mas acredito que sim.”</i> <i>“(...) eu estava errada.”</i>

		<i>“(...) não era suficiente.”</i>
Responsabilização da culpa.	Conhecimento do fato por terceiros.	<i>“(...) outras pessoas ficaram sabendo.”</i>
Culpabilização por terceiros.	Outras pessoas.	<i>“(...) outras pessoas colocaram a culpa em mim.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa retornou que na maior parte dos casos a culpa das agressões foi atribuída a vítima pelo abusador, o que pode ser constatado nas seguintes falas das participantes: *“Ele sempre dizia que eu tinha feito ele fazer aquilo;”* – entrevistada 3. *“Ele dizia para as pessoas que não tinha sido estupro, que eu quis e depois disse que não.”* Ou seja, tem-se uma transferência nítida da culpa à vítima, algo costumaz de agressão, conforme traz a literatura científica (Magalhães, 2014; Segato, 1999; Bandeira, 2006; Machado, 1999).

Ademais, evidencia-se um caso em que o agressor negou sua culpa frente a vítima, mas, diante da exposição do caso, assumiu sua culpa para terceiros, forjando arrependimento, conforme nos aclara: *“Ele só assumiu quando outras pessoas ficaram sabendo.”* – Entrevistada 2.

É mister alertar que a fala de uma participante chama atenção por corroborar a culpabilização da vítima por terceiros, já que, nas palavras da vítima 5: *“Ele não me culpou, mas sei que outras pessoas colocaram a culpa em mim”*, demonstrando o julgamento empenhado pela sociedade em casos de agressões, onde constantemente é designada a culpa à vítima.

Dentro desse contexto, Magalhães (2014) assegura que historicamente a culpa pelas agressões vem sendo atribuída as mulheres, posto que através dos anos foi destinado a figura feminina o papel de provocante e aliciadora de homens, enraizando na sociedade a visão de que são elas as responsáveis pelas agressões cometidas pelos homens. Em outras palavras, sofreram a violência devido seus atos, como se fossem merecedoras.

A percepção da violência pelas mulheres pode ser difícil, já que muitas tentam omitir a ocorrência das agressões e fingem que nada está acontecendo. Aliás, muitas interiorizam as opiniões dos companheiros, reforçando sua baixa autoestima, por conseguinte, muitas vítimas se anulam para absorver as vontades dos conjugues. Chega um momento que a vítima e seu agressor são um só, o que dificulta a percepção da violência e, corrobora, por sua vez, a culpabilização da vítima (Verardo et al., 2004).

Nesta linha, Bandeira (2006) endossa as discussões pontuando que constantemente os homens não são considerados culpados pelas agressões por eles perpetradas por justificarem que foram tomados por um instinto animal e irracional. Nesta ótica, os abusos sexuais são considerados fruto de um desejo natural e incontável, adquirindo um caráter patológico.

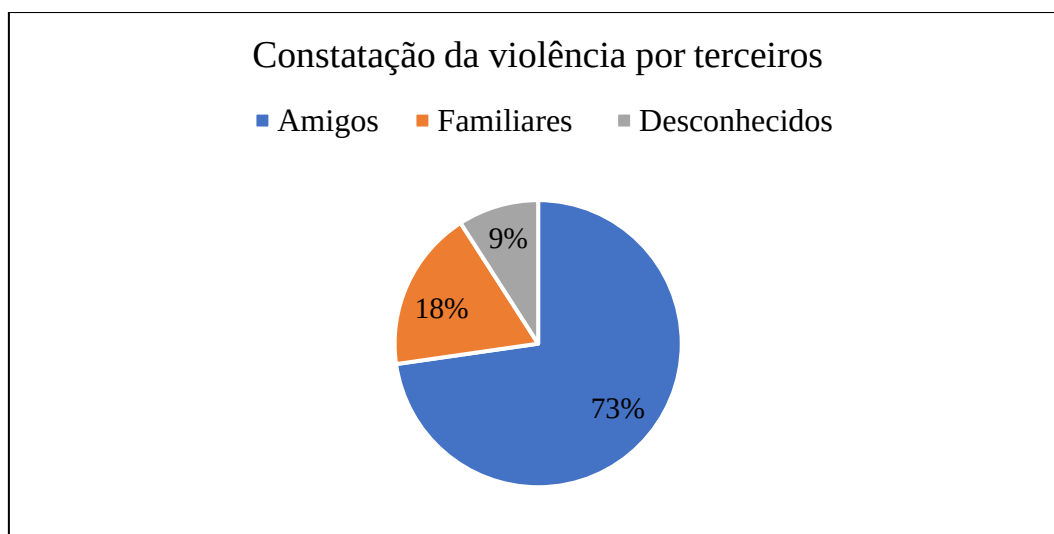
No que tange a culpabilização da vítima pelo agressor, Machado (1999) discursa que, dentro do contexto do estupro, o abusador tenta de diversas formas não deixar transparecer que forçou a relação sexual, pois, ao seu ver, isso poderia indicar incapacidade de se relacionar de maneira saudável ou de ser bem-quisto por uma mulher.

Dentro da lógica do machismo, não é aceitável receber uma negativa, em função disso, os abusadores recorrem ao discurso que o não da mulher na realidade tem significado de sim, valendo-se de subterfúgios para justificar suas agressões. Em virtude disso, ao ser confrontado com a prova da violência, o estuprador tenta justificar dizendo que a mulher o queria, taxando-a de louca, imputando-lhe a culpa pela situação (Machado, 1999).

Tal crença foi corroborada pelo imaginário de que mulheres com determinadas personalidade e vestindo roupas consideradas vulgares estão pedindo para ser estupradas, em conformidade com o constatado na fala de algumas participantes, que foram julgadas pelo seu grupo social e a elas foi atribuída a culpa pelas agressões sofridas.

Conforme elucidado em análise anterior, nota-se o envolvimento de terceiros frente ao quadro de violência. Portanto, a pesquisa buscou compreender por meio de quem e como se deu tal envolvimento. O Gráfico 2 indica quais sujeitos tinham conhecimento das agressões.

Gráfico 2: Constatação da violência por terceiros



Fonte: Elaborado pela autora.

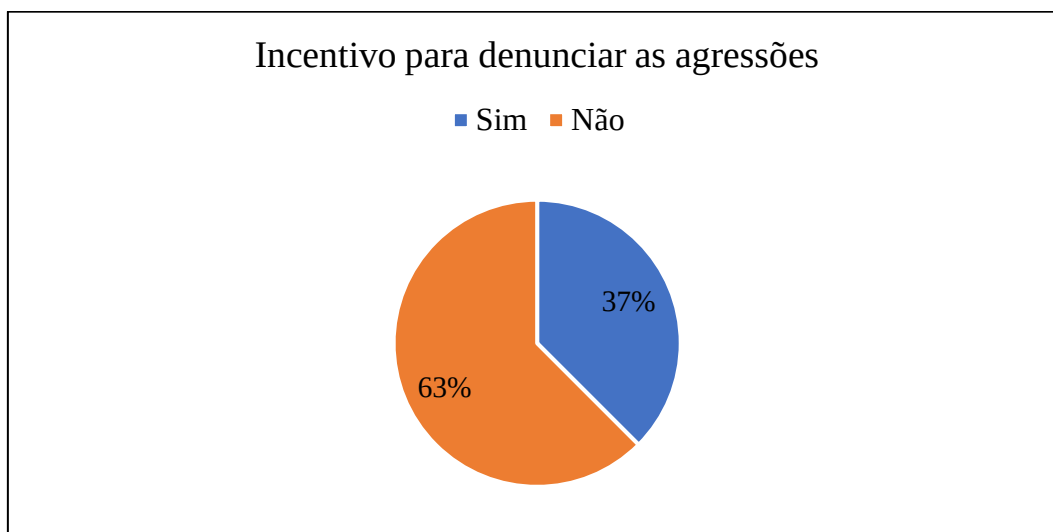
Como pode-se notar no gráfico 2, em 73% dos casos os amigos sabiam, em 18% os familiares e 9% pessoas desconhecidas. Depreende-se que pessoas próximas a vítima tinham ciência da violência.

Neste contexto, é mister informar que o envolvimento de terceiros dentro do contexto das agressões é apercebido com frequência e mostra-se de vital importância para vítima, posto que, costumeiramente, são essas pessoas que alertam sobre a existência das agressões e auxiliam a vítima no rompimento com o agressor, a descontinuidade do ciclo da violência e incentivam-nas a denunciar o violador.

Segundo Hirigoyen (2006), mulheres vítimas de violência por seus parceiros acabam por desenvolver um comprometimento psicológico que resulta na dificuldade de compreender a realidade das agressões e tentar modificá-la, uma vez que “(...) a pessoa sob julgo não é mais senhora de seus pensamentos, está literalmente invadida pelo psiquismo do companheiro e não tem mais um espaço mental próprio (p.182)”.

Em virtude desse quadro, a vítima precisa de auxílio de terceiros para despertar a consciência de sua situação e estabelecer formas de ruptura com as agressões. O autor defende que esse processo é longo e gradativo, pois envolve superar todas as ofensas e desqualificações que viveu durante a relação, mas estabelece que é a única forma efetiva de reunir coragem para romper com o ciclo dos abusos (Hirigoyen, 2006).

Isso traz outra questão pertinente de se investigar, que é quanto ao incentivo a denúncia dos agressores. O Gráfico 3 traz os resultados referente a isso.

Gráfico 3: Incentivo para denunciar as agressões

Fonte: Elaborado pela autora.

Como o Gráfico 3 expõe, 63% das vítimas não foram incentivadas a denunciar seus agressores, contra 37% que externaram terem sido encorajadas a efetivar a denúncia aos serviços de segurança.

Embora a maioria das pessoas ao entorno das participantes tivessem ciência da violência, somente 37% delas foram incentivadas a efetivar a denúncia, o que sinaliza que optam pelo silêncio e não envolvimento.

Diante desse dado, observa-se que as pessoas ao redor da vítima optaram por não se envolver no contexto das agressões, deixando as participantes nas mãos de seus algozes. Sem auxílio e acolhimento de uma rede de apoio, o rompimento com o agressor e a evasão do ciclo da violência torna-se difícil, já que, por estar extremamente fragilizada, a vítima necessita de cuidados e atenção. Portanto, os sujeitos que possuem conhecimento das agressões, mas escolhem não denunciar o abusador ou prestar auxílio as vítimas, coadunam com as agressões e se tornam coparticipantes do agressor (Mendes; Felipe, 2023).

Partindo da literatura científica, aclara-se que, segundo o Ministério Público do estado da Bahia (2018), em uma cartilha que versa acerca do acolhimento às vítimas de violência, o primeiro passo para a superação da violência de gênero é a necessidade de que as mulheres ao entorno da vítima desenvolvam o sentimento de sororidade, conceito definido como a prática do apoio mútuo e o reconhecimento de outra mulher como semelhante. Ademais, é necessária a supressão de julgamento direcionados às vítimas de violência.

Este mesmo material procura suprimir a confabulação de que a mulher em situação de violência gosta de apanhar, e discute que a falta de procura por auxílio ocorre porque

constantemente elas estão machucadas demais para reagir, tendo medo de realizar a denúncia, além de sentirem-se humilhadas e estigmatizadas aos olhos da sociedade, conforme já discutido (MP-BA, 2018).

Salientando o papel de terceiros no enfrentamento da violência, tem-se que a rede de apoio da vítima é de grande importância na medida em que pode auxiliar a agredida na percepção dos abusos e no rompimento da relação com o agressor, outrossim, caso tenha presenciado as agressões ou guarde relatos dos abusos, poderá ser requisitada como testemunha ou informante das violações (MP-BA, 2018).

Caso, mesmo contando com o apoio e a disponibilidade de terceiros, a vítima não queira romper o relacionamento com o agressor, é significativo que amigos e familiares procurem manter vigilância quanto ao estado da agredida e estabeleçam com ela um plano de ação, que deverá ser posto em prática, sobretudo em caso de risco, abrangendo formas de solicitar ajuda através de códigos que não sejam do conhecimento do abusador, de mesmo modo que mantenham consigo telefones de emergência e disponham de um plano de fuga, caso seja necessário se ausentar de sua residência (MP-BA, 2018).

Com efeito é importante que neste plano, a mulher tenha reserva financeira para poder se deslocar e acionar ajuda, frente a possibilidade de que precise de abrigo, caso optem por sair do lar. No caso das universitárias, que em geral residem em repúblicas, é muito pertinente que colegas auxiliem-nas nestas situações, sendo o amparo e auxílio necessário para acionar os órgãos de proteção.

Outra pergunta buscou averiguar se as participantes denunciaram as agressões, reverberando que 100% atestaram a ausência de denúncias formais das agressões, externando que nenhuma das participantes logrou realizar um Boletim de Ocorrência, o que é algo muito sério, porquanto denunciar é uma forma de obter ajuda, e buscar ter o subsídio para sair da situação de violência.

Os dados aqui apercebidos ligam-se aos expressos por Engel (2020), quando discorre que a taxa de denúncia das agressões entre mulheres brancas é de 22,25%, seguido das mulheres negra com 19,39%, ou seja, um número muito aquém do número de vítimas que indicam ser agredidas.

Dentro da pesquisa, a autora indica que 5,53% das mulheres brancas não alçaram realizar a denúncia por medo de vingança de seus agressores, bem como 6,20% das mulheres negras também não o fizeram por esse motivo. Ademais, 8,88% das vítimas brancas não

denunciaram as agressões para evitar possíveis confusões e constrangimentos, ao ponto que, entre as vítimas negras, 9,58% manifestaram a mesma motivação (Engel, 2020).

Diante ao questionamento sobre quais foram os motivos para essa negativa, as participantes expuseram diversas razões, aprofundadas no Quadro 11.

Quadro 11: Motivação para a ausência da denúncia

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Sentimentos das entrevistadas.	Medo; Sensação de fragilidade; Receio; Falta de compreensão; Necessidade de fuga; Confusão; Constrangimento.	<i>“(…) me senti muito abalada (…).”</i> <i>“Tive medo (…).”</i> <i>“(…)mais rápido possível.”</i> <i>“Eu não pensei nisso (…).”</i> <i>“(…) mesmo assim o agressor se vingou.”</i> <i>“(…) eu não tinha forças.”</i> <i>“(…) não entendi direito o que aconteceu.”</i> <i>“(…) se sentiram constrangidas na hora de denunciar (…).”</i>
Acesso à informação.	Falta de acesso a informações.	<i>“(…) porque eu nem sabia que podia e não sabia como fazer (…).”</i> <i>“Eu não sabia como fazer isso (…).”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Para as participantes da pesquisa, as razões apontadas para a não realização do Boletim de Ocorrência Policial (BO), que poderia ser realizado de forma virtual, foram o medo, a sensação de fragilidade, o receio, a falta de compreensão, a necessidade de fuga, a confusão, o constrangimento e o pouco acesso a informações.

No que tange a falta de acesso a informações acerca da realização do BO, a Participante 6 define que: *“Eu não sabia fazer isso, achava que precisava ter uma testemunha ou alguma prova para fazer a denúncia e eu não tinha nada. Acho que na época que não entendia direito o que aconteceu.”* O que demonstra a necessidade de as informações acerca do procedimento

para a realização do BO sejam dispostas de forma facilitada, para que a população em geral tenha acesso e conhecimento, porque é muito importante que as pessoas tenham ciência disso.

Em conformidade com os sentimentos expressos pela maioria das respondentes, destaca-se o relato de três delas que atestam os sentimentos implicados na dificuldade de denunciar, conforme o exposto pela Participante 7: *“Eu tive muito medo, porque assim, a gente escuta muito falar de casos de pessoas que denunciaram, conseguiram a medida protetiva, mesmo assim o agressor se aproximou e se vingou”*, já no discorrido pela Respondente 3, tem-se novamente a presença do medo, ao proferir que: *“Tive medo, eu queria sair daquela relação o mais rápido possível.”* Por fim, a Entrevistada 1 confabula que: *“Não denunciei porque tive muito receio e me senti muito abalada para ir atrás disso.”*

O discurso de algumas participantes coloca em xeque a confiabilidade na atuação dos serviços de segurança, ao defenderem que não procuraram denunciar por ter receio quanto ao tratamento que receberiam e a efetividade das ações que seriam empenhadas contra seus agressores. Tal fato pode ser apercebido na explanação da Participante 5: *“Recebi relatos de colegas que tinham passado pelo mesmo que eu e me disseram que se sentiram constrangidas na hora de denúncia e sentiram que ninguém considerou de fato o que aconteceu.”*

Avalia-se que os dados obtidos no Quadro 11 e nas transcrições das falas das participantes estão em consonância ao observado por Perez (2015), ao indagar uma série de fatores que impedem a efetivação da denúncia. Um dos apontados seria o sentimento de posse, que tem origens profundas e entranhadas na sociedade do ponto de vista histórico, já que a mulher passou muitos anos sendo dependente e subjugada ao seu marido. Seguindo essa linha de pensamento, o sentimento de posse na atualidade também pode ser sustentado pela cultura midiática, que acaba por reforçar que o homem que ama verdadeiramente demonstra isso através do controle, reverberando em uma romantização das agressões (Perez, 2015).

Conforme exposto por Jong, Sadala e Tanaka (2008) soma-se a equação que durante a fase da lua de mel, dentro do ciclo da violência, as vítimas acabam por acreditar na mudança de seus companheiros. Ademais, consideram, por meio da manipulação exercida por seus agressores, que a violência é fruto de suas próprias condutas, tomando para si o problema e invisibilizando-o.

Neste interim, as autoras indicam ainda outro ponto de apoio para a não realização do registro do boletim de ocorrência. Considerando que a lei Maria da Penha impede a retirada de um boletim de ocorrência já realizado, muitas vítimas optam por não denunciar seus abusadores

com receio de um possível arrependimento ou temor quanto a reação do agressor, já que muitas não confiam em tais instituições (Jong et al., 2008).

No que concerne a procura por serviços direcionados às mulheres, nota-se que nenhuma das participantes buscou auxílio no Centro de Referência da Mulher (CRM). Todavia, abre-se aqui um parêntese para sinalizar que a pesquisa foi aplicada em diversas cidades do Estado de São Paulo e, dentre elas, duas não tinham Centro de Referência da Mulher, o que impossibilitou o acesso dessas vítimas aos serviços que são ofertados pelo CRM.

Esse dado abre margem para discussão da falta de suporte encontrada por muitas mulheres no ato da denúncia. Idealmente, elas deveriam contar com auxílio em diferentes instancias. A primeira delas seria na área da saúde, onde todos os serviços deveriam estar aptos e direcionados a atender mulheres vítimas de violência e, caso necessário, gerar o encaminhamento para a rede especializada específica, tendo o acolhimento, a escuta, e o devido encaminhamento à rede protetiva, profilaxia no caso de violência sexual e atendimento psicossocial (Delziovo et al., 2022).

Outra instituição que deve prestar assistência à indivíduos em situação de agressão são os Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que, por obrigação, devem ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), além de encaminhamento para os demais serviços. Neste contexto, no âmbito da Segurança Pública, encontram-se os atendimentos nas Delegacias Especializadas no Atendimento as Mulheres (DEAM), que devem ofertar a possibilidade de realização do Boletim de Ocorrência Policial, vital para que se possa aplicar as medidas protetivas urgentes, essenciais para salvaguardar a vítima e familiares (Delziovo et al., 2022).

Por fim, tem-se o contexto da assistência jurídica, assegurado pela Lei 11.340/2006, ao concluir que as mulheres em situação de violência possuem direito legal a representação judicial gratuita, caso não possa pagar orientações sobre direitos que lhes são assegurados (integridade, guarda de filhos e pensão alimentícia), promovendo acesso a programas sociais. Ademais, cabe ao Ministério Público representar a sociedade e buscar responsabilizar civil e criminalmente o autor da violência (Delziovo et al., 2022).

Outrossim, Pasinato (2015) evidencia que a rede de assistência às mulheres em situação de violência é dividida em duas redes: a de enfrentamento, que é responsável pela articulação, formulação e implementação de ações, enquanto a rede de atendimento executa, implementa, aplica e encaminha as ações.

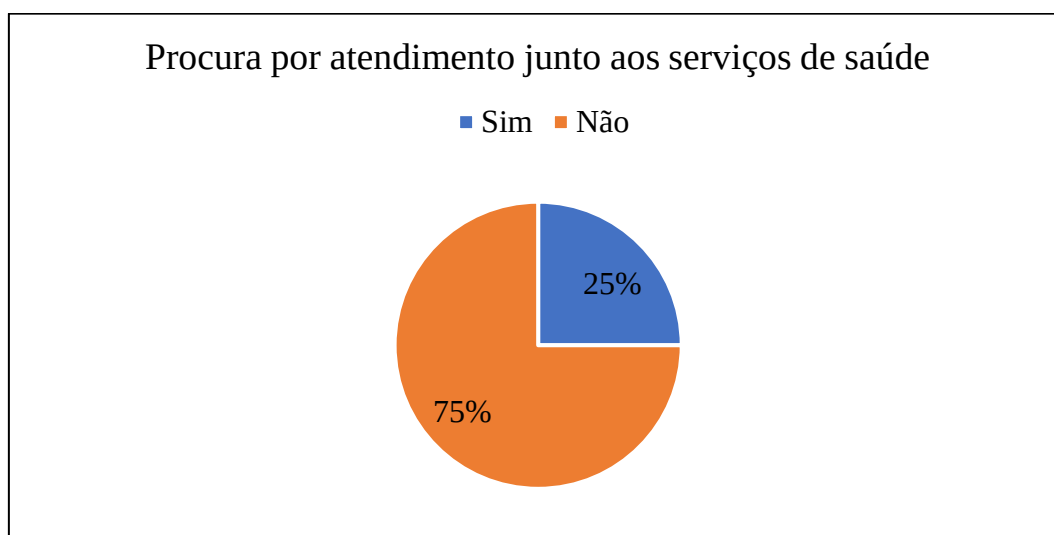
Entretanto, percebe-se que na prática há falhas dentre essas instancias, fazendo com que nem todas as localidades gozem de condições mínimas para o acolhimento de mulheres em situação de violência, dificultando que o encaminhamento se dê e que se tenha o devido registro da ocorrência, em especial em cidades no interior e municípios menores, que acabam por possuir poucos recursos para a execução de tais políticas públicas (Pasinato, 2015).

A dificuldade na execução das políticas públicas foi apercebida durante a realização deste estudo, já que muitas das universidades estão localizadas no interior do estado, em cidades relativamente pequenas, onde não há acesso ao Centro de Referência da Mulher (CRM), Casa Abrigo e outros projetos, dificultando o acesso das vítimas aos seus direitos instituídos por lei.

Pasinato (2015) destaca ainda a escassez de articulação entre os serviços da rede, onde tem-se que muitos setores que agem de forma autônoma, sem dialogar entre si. Dessa forma, segundo a autora, a falta de articulação inviabiliza o oferecimento de alguns serviços e impede que eles sejam acessados pelas mulheres, reverberando em situações danosas para as vítimas e na falta de registro formal das agressões por elas vivenciadas, encobrendo os casos de violência no país, endossando as estatísticas de subnotificação da agressões.

Prosseguindo, outro ponto de relevância identificado foi que todas as participantes externaram que sofreram violência sexual, conforme visualizado no Gráfico 4, mas apenas 2 delas procurou atendimento nos serviços de saúde.

Gráfico 4: Procura por atendimento junto aos serviços de saúde



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste ponto abre-se um parêntese para retomar a literatura para a compreensão do ocorrido, aclarando a definição de violência sexual adotada neste trabalho. Recorrendo a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como lei Maria da Penha, tem-se que, em seu artigo 7, alínea III, a violência sexual pode ser compreendida como qualquer conduta que constranja a vítima a presenciar, manter ou participar de relações sexuais não desejadas, em virtude de intimidação, ameaça, coação ou uso da força física (Brasil, 2010).

Neste contexto, apresenta-se também a indução a comercialização ou utilização de sua sexualidade. Outrossim, consta ainda o impedimento de utilizar método contraceptivo ou que se force ao matrimônio, a gravidez, ao aborto ou a prostituição, além de ser aclarada como qualquer conduta que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2010).

Outro assunto a discorrer é quanto ao estupro de vulnerável, considerando que algumas das participantes assinalaram terem sido vitimadas pelo referido crime ao serem abusadas enquanto estavam sob efeito de álcool e drogas. Segundo Capez (2017), a vulnerabilidade em caso de estupro não diz respeito a capacidade para consentir ou a maturidade sexual da vítima em questão, mas a condição de estar em situação de maior fraqueza moral, social, cultura, fisiológica e biológica em relação ao agressor.

Não obstante, a arguição retorna que apenas duas das mulheres procuraram auxílio nos serviços de saúde, explicitando como foram seus atendimentos, transcorreram que: Participante 8: *“Eu precisei depois de um tempo, eu contei o que aconteceu pedi para fazer exames, já que eu não sabia se ele havia usado camisinha ou não. O atendimento foi bem humano até. Fiz os exames e não tinha nada.”* Entrevistada 4: *“Ele me traiu diversas vezes e pegou uma doença e acabou me passando. Me senti bem tratada, não sei se acolhida, mas não tenho do que reclamar do atendimento.”*

Outra questão se ateve a verificar se as participantes procuraram pela Profilaxia Pós-Exposição (PEP), uma vez que todas indicaram terem sido vítimas de violência sexual. Todas foram unânimes ao afirmar que não procuraram ajuda para fazer uso da PEP. Outro ponto de atenção foi que no ato da entrevista, notou-se que muitas das entrevistadas não sabiam do que se tratava a PEP e demandaram maiores explicações para a compreensão do tema.

Induz-se novamente um parêntese para aclarar ao leitor, assim como feito as participantes, do que se trata a PEP. A Profilaxia Pós-Exposição (PEP) ao HIV, hepatites virais, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) equivale ao uso de medicamentos que objetivam reduzir o risco de contrair tais infecções. Sua oferta está disponibilizada no

Sistema Único de Saúde (SUS) desde 1999, passando por algumas modificações desde então, e na atualidade faz parte do conjunto de estratégias da Prevenção Combinada, cujo objetivo é aumentar o acesso a formas de intervenção para mitigar novas infecções pelo HIV (Brasil, 2021).

Frente a temática das Infecções Sexualmente Transmissíveis, Martins, Pesce, Silva e Fernandes (2018) evidenciam que a violência sexual configura-se como um fator de risco em relação às IST. Estudos recentes comprovam que 57,1% das mulheres que sofreram abuso sexual contraíram algum tipo de IST, demonstrando que, por estarem submetidas aos desmandos de seus agressores, as vítimas não possuem chance de proteção ou escolha de seus comportamentos sexuais. Os autores asseguram que uma situação comum às vítimas de violência sexual é a submissão ao sexo marital sem consentimento mútuo, encadeamento que pode se associar a falta de percepção da agressão.

Neste cenário, os pesquisadores defendem que para além dos riscos físicos da violência sexual, as mulheres estão expostas a gravidez não planejada, IST, acometimentos pelo HIV/Aids, depressão, síndrome do pânico, ansiedade e distúrbios psicossomáticos (Martins; Pesce; Silva; Fernandes, 2018).

Diante da amplitude dos casos de violência contra mulher dentro do contexto universitário, as participantes foram indagadas quanto ao conhecimento de outras mulheres, como amigas e colegas, que já foram vítimas de abusos, verificando-se que todas as participantes afirmaram ter conhecimento de amigas que vivenciaram a violência.

Em virtude das afirmações quanto ao reconhecimento de amigas que já foram agredidas, as entrevistadas foram questionadas quanto a forma como lidaram frente a esses relatos, dados estes que estão expostos no Quadro 12, com a divisão dos resultados em duas categorias: apoio as vítimas de violência e ausência de apoio às vítimas de violência.

Quadro 12: Motivação para a ausência da denúncia

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Apoio as vítimas de violência	Aconselhamento acerca dos tipos de violência; Orientações sobre a denúncia; Acolhimento.	<i>“Eu explico sobre os tipos de violência (...).”</i> <i>“(...) explico que tem como denunciar (...).”</i> <i>“Em festas eu procuro não deixar elas sozinhas (...).”</i> <i>“Acho difícil fazer isso (...)</i>

Ausência de apoio as vítimas de violência.	Eficácia da denúncia; Distanciamento da vítima; Controle do agressor; Sentimento de incapacidade; Falta de diálogo.	<i>“Eu acredito que nesses casos, aconselhar pode afastar a vítima (...).”</i> <i>“Não, pois eu mesma não fiz a denúncia.”</i> <i>“(...) ela pode se voltar contra a gente.”</i> <i>“(...) normalmente elas não ouvem.”</i> <i>“(...) não sei se posso aconselhar alguém.”</i> <i>“(...) acho que é uma conversa difícil.”</i>
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre o apoio a vítima, percebe-se a presença do aconselhamento das vítimas acerca dos tipos de violência, orientações sobre a denúncia e acolhimento. Diante disso, evidencia-se que uma das participantes buscou sobressair a importância da denúncia e de esclarecer para suas amigas as diferentes formas de violência que podem ser perpetradas, de forma a conscientizar seu círculo de amizade que as agressões podem ser de cunho físico, psicológico, sexual, moral e patrimonial, além de procurar utilizar suas vivências nesse processo. Conforme elucida a Participante 2: *“Eu explico sobre os tipos de violência, conto o que aconteceu comigo, explico que tem como denunciar e falo um pouco da importância de fazer isso.”*

Nesta mesma linha, outra participante esclareceu que sua maior preocupação com suas amigas é durante algumas festas, onde habitualmente mantem-se vigilante para observar ocorrências de assédio e importunação sexual, além de orientá-las quanto as providências que podem ser adotadas, em conformidade com o apurado com a Entrevistada 8: *“Em festas eu procuro não deixar elas sozinhas, se tem algum cara assediando eu falo para procurar a organização da festa ou o acolhimento. Agora em namoro já é mais complicado falar sobre, porque o cara faz as coisas de um jeito que normalmente elas não ouvem.”*

Avulta-se que dentro da negação de apoio observou-se o questionamento quanto à eficácia da denúncia, o distanciamento da vítima e o controle do agressor, o sentimento de incapacidade e a falta de diálogo como unidades de registro encontradas sobre como se sentiram em relação as amigas.

O afastamento da vítima em virtude do controle do agressor foi apontado como um fator determinante para o absentismo da oferta de auxílio, já que algumas entrevistadas compartilharam a influência que o abusador exerce na vítima faz com que ela não compreenda a violência e se negue a ouvir a opinião de terceiros, além de reverberar em um possível afastamento. Nesta linha, refere a Participante 5: *“Eu acredito que nesses casos aconselhar pode afastar a vítima, porque o controle do agressor é tão grande que ela pode se voltar contra a gente.”*

Nota-se que muitas participantes externaram o receio de dialogar com as vítimas em virtude do controle exercido pelo agressor. Em muitos casos tal controle reverbera no isolamento da vítima e afastamento do seu círculo de amizade, estratégia adotada propositalmente por alguns homens, para enfraquecer a mulher e evitar que ela consiga auxílio e rompa com o ciclo da violência.

Outro aspecto de destaque é a falta de abertura para dialogar sobre violência, já que as entrevistadas consideram um tema delicado e moroso, o que é apercebido na fala de algumas delas: Participante 3: *“Nós não falamos abertamente sobre isso, acho que é uma conversa difícil.”* Assim como corroborado pela Entrevistada 6: *“Não aconselhar, mas sondar para saber se está tudo bem e indiretamente aconselhar;”* bem como a Respondente 7: *“Acho difícil fazer isso, mas se eu vejo que está saindo do controle eu falo, dou um toque para ela saber que isso não é certo.”*

Outrossim, a dúvida na eficácia da denúncia e o sentimento de incapacidade também foram apresentados como um empecilho para o aconselhamento, posto que algumas manifestaram incertezas quanto aos desdobramentos que o registro da ocorrência traria, e outras se consideraram inaptas a realizar esse encaminhamento por conta de suas próprias agressões serem recentes e ainda estarem se recuperando. Conforme trazem: Participante 6: *“Eu sei que a denúncia é importante, mas não sei se resolve”*; Entrevistada 4: *“Ainda estou me recuperando, não sei se posso aconselhar alguém.”*

Avançando as discussões, considerando que a pesquisa se direcionou a compreender e caracterizar a violência contra mulher dentro do âmbito universitário, as próximas perguntas procuraram compreender a relação entre os casos de agressão e a universidade, o papel da universidade em casos de violência, e as possíveis ações de enfrentamento a violência que estas instâncias educacionais podem adotar.

Neste interim, o Quadro 13 apresenta os resultados logrados quando as participantes foram indagadas sobre a existência de uma ligação entre as agressões sofridas e a universidade.

Quadro 13: Relação entre as agressões e a universidade

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Relação entre os espaços.	Universidade; Festas; República.	<i>“Eu conheci o abusador em uma república (...).”</i> <i>“Estudávamos na mesma faculdade.”</i> <i>“(...) dentro de uma festa em uma república.”</i> <i>“Nós estudávamos na mesma faculdade (...).”</i> <i>“Foi em um lugar frequentado por alunos da faculdade.”</i> <i>“Eu conheci ele dentro da universidade (...).”</i> <i>“Estudávamos na mesma faculdade e as repúblicas se conviviam.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Assinala-se que as entrevistadas relataram que conheceram seus agressores dentro da própria universidade, já que em alguns casos a área do conhecimento dos cursos era compatível ou havia a convivência por conta de ser o mesmo campus, mas com curso distintos, o que é corroborado em alguns relatos: Participante 5: *“Nos conhecemos dentro da universidade, as fotos foram divulgadas entre alunos da faculdade”*; Participante 3: *“Estudávamos na mesma faculdade, mas em prédios diferentes e os abusos aconteceram na universidade, república e festas”*; Participante 1: *“Eu conheci ele dentro da universidade, por conta do curso, ele era meu veterano.”*

Outra relação regularmente enunciada foi que tanto a vítima quanto o agressor residiam em repúblicas estudantis e que tais entidades mantinham uma relação de amizade conforme atestado: Entrevistada 2: *“Eu conheci o abusador em uma república, a minha república e a dele eram amigas”*; Respondente 4: *“Estudávamos na mesma faculdade e as repúblicas se conviviam.”* Ademais, outra indicação de relação com repúblicas, foi de um abuso sexual que se sucedeu dentro desse espaço, conforme relatado pela vítima Participante 6: *“Meu abuso aconteceu dentro de uma festa em uma república.”*

Os relatos concedidos pelas participantes e o perfil dos discentes no contexto das agressões assinalam para a relação de poder entre ingressantes e veteranos. Segundo Bandeira (2017), com a incrementação no número mulheres nas universidades os comportamento e atitudes dos alunos homens mudaram, notando-se um frequente incomodo desses alunos frente a presença das mulheres, o que se evidencia na necessidade de afirmação de sua hegemonia, controle e poder, o que é exteriorizado em forma de violência, comumente direcionada as alunas ingressantes.

Findando a questão, a Participante 8 corrobora que sua agressão aconteceu dentro de um bar, espaço frequentado pelos estudantes de sua universidade e de outras faculdades da região. Em cômruo ao encontrado na presente pesquisa, Dias et al. (2020) corroboram quais espaços incidem a maior parte das agressões desferidas contra mulheres no contexto universitário. Os autores apontam a frequência relativa das agressões, desferindo que: 55,16% das agressões foram praticadas em repúblicas, 51,76% em sala de aula, 46,54% em áreas abertas do campus universitário, 39,85% em bares, 32,08% na residência de alunos, 23,69% no caminho ou voltando da universidades, 13,97% em festas universitárias, 12,64% na sala dos professores e 11,3% na moradia estudantil da faculdade.

A vista disso, é mister informar que as pesquisas coincidem no que tange ao espaço onde as agressões aconteceram, no que tange ao predomínio das agressões dentro repúblicas, festas e na residência dos alunos. Invariavelmente, todos os casos estão relacionados ao ambiente universitário, na medida que 100% das participantes indicaram espontaneamente constatar que os abusos vivenciados por elas estavam correlatados com a universidade. Por conseguinte, de formas distintas, todos os casos analisados vinculam-se de alguma maneira com o meio universitário, sendo que os espaços indicados foram as próprias faculdades, festas, locais frequentados por estudantes e repúblicas.

Prosseguindo, conforme já estabelecido na análise da questão anterior, todas as entrevistadas corroboraram que as agressões por elas vivenciadas concerniam-se com o contexto universitário de alguma forma. Refletindo acerca disso, procurou-se entender, em suas opiniões, qual papel o papel das universidades frente aos casos de violência. O resultado de tal arguição está exposto no Quadro 14.

Quadro 14: Papel das universidades frente aos casos de violência

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
------------	---------------------	----------------------

Concepções sobre o agir das universidades diante as agressões.	Discussão acerca do tema; Segurança; Punição; Programas de prevenção a violência; Ações que objetivem a diminuição dos casos; Auxílio psicológico; Divulgação de informações.	<i>“A universidade precisa falar(...)”</i> <i>“(...) a gente precisa se sentir segura (...)”</i> <i>“(...) punir os agressores (...)”</i> <i>“(...)ajuda psicológica (...).”</i> <i>“(...)aí tem que expulsar ou afastar (...)”</i> <i>“(...) programas de prevenção a violência, traria palestras (...)”</i> <i>“(...) alguma coisa precisar ser feita.”</i>
Isenção.	Isenção da responsabilidade.	<i>“Não sei.”</i>
Possibilidades de encaminhamentos na ocasião das agressões.	Denúncia.	<i>“Eu acho que se na época eu soubesse sobre como denunciar teria sido diferente.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Principiando a explanação, é mister referenciar que dentre as entrevistadas 7 delas compreendem que a universidade tem sim responsabilidade quanto as agressões, e cobram que elas adotem ações de enfrentamento. Apenas 1 das partícipes (Entrevistada 3) isenta tais instituições e evidencia que não vislumbra formas de enfrentamento que possam ser adotadas corriqueiramente pelos institutos, recorrendo ao seu caso para sustentar sua argumentação, ao expor que: *“Acho que a universidade não tem muito o que fazer, apenas se for um caso com muitas alunas agredidas, aí tem de expulsar ou afastar, mas em casos com o meu não vejo muito o que fazer.”* Neste contexto, observa-se a necessidade de combater a percepção de isenção de tais instituições de ensino frente aos casos de violência, uma vez que as universidades devem ser locais que assegurem o bem-estar físico e psíquico de seus discentes.

Dentre as respostas afirmativas, observa-se a indicativa de possíveis ações que poderiam ser adotadas pelas faculdades frente aos casos de violência, objetivando coibir os abusos,

orientar as vítimas e punir os agressores. Chama-se a atenção para a recorrência de respostas que acentuam a necessidade do diálogo sobre a violência e a existência de iniciativas voltadas ao acolhimento das vítimas, assim como explicitado pela entrevistada 7, ao discorrer que: *“Depende muito do caso, mas acho que a universidade precisa divulgar um pouco mais as informações, seria bom ter ajuda psicológica também, porque precisa demais.”*

Outra ação constantemente citada pelas entrevistadas é a necessidade de punição dos agressores, visto que compreende que deveria haver medidas punitivistas, como o afastamento e expulsão dos agressores, como forma de tentar garantir a segurança das alunas. Segundo a discente 4: *“Acho complexo, somos adultos, mas no ideal a universidade teria programas de prevenção a violência, traria palestras e encontraria formas de punir os agressores, como o afastamento e a expulsão, principalmente quando a mulher é exposta pelo homem.”*

Em conformidade ao exposto na fala anterior, evidencia-se que uma das respondentes traz à luz descrições sobre seu relacionamento para respaldar a necessidade de as universidades terem providências face as agressões, partindo da indissociável relação entre os abusos vivenciados e o contexto estudantil, desvelando um esquema de compartilhamento de fotos íntimas existente em sua universidade. Como enunciado por ela: *“No meu caso a universidade teria sim um papel. Eu enviei fotos para outro aluno, ele compartilhou com colegas sem minha autorização e, depois eu soube que havia um drive onde eles compartilhavam fotos íntimas de diversas garotas. Nesse caso, a universidade deveria sim tomar uma providência contra os alunos envolvidos nesse esquema.”* – participante 5.

Salienta-se ainda a fala de uma participante (2) ao declarar que: *“A universidade precisa falar sobre esses casos de violência e a gente precisa se sentir segura para procurar ajuda se precisar. Eu acho que se na época eu soubesse sobre como denunciar teria sido diferente.”* Esse recorte ilustra com precisão a necessidade do enfrentamento a violência contra mulher dentro do contexto universitário, considerando que expõe o sentimento de insegurança vivenciado pelas alunas, além dos possíveis desdobramentos caso informações sobre denúncia fossem disponibilizadas.

Encerra-se as discussões levantadas a partir do questionamento quanto ao papel das universidades frente a violência contra mulher com o questionamento de um discente. Nele, fica claro o sentimento de indignação da depoente e a dimensão que as agressões imputem nas vivências das universitárias, segundo sua afirmação: *“A universidade precisa dar um jeito de diminuir esses casos. O meu já faz tempo que aconteceu, mas vira e mexe eu fico sabendo de*

novos casos na graduação e até na pós. Então, alguma coisa precisa ser feita, não é mesmo?”

– entrevistada 6.

Frente aos relatos das participantes e a análise empenhada a partir deles, emerge uma questão: Como as universitárias podem cobrar de suas instituições ações de enfrentamento a violência de gênero se elas não compreendem a responsabilidade das faculdades frente aos casos de agressão?

Essa questão surge ao confrontarmos a narrativa onde a vítima entende que a universidade não tem responsabilidade diante as agressões por ela experienciada, contrapondo ao aqui apresentado, ao considerarmos a universidade como uma estância reprodutora das mazelas sociais. Diante deste quadro, é vital que o corpo de gestores das universidades brasileiras compreendam-nas como locais de perpetração da violência e assumam o compromisso no desenvolvimento efetivo de ações de enfrentamento a violência contra mulher.

Como disserta Almeida Filho (2012), o campus universitário é um campo de pesquisa, ou seja, a vida estudantil deve ser compreendida como um objeto de estudo, já que dentro dela os indivíduos realizam suas vivências. O autor salienta que as universidades apresentam um contexto social próprio, tendo em vista que estão inseridas dentro de sociedades e são parte ativa delas, incidindo na participação do processo de reprodução social. Porquanto, avulta-se a universidade como estância de perpetração da violência.

Neste contexto, Maito (2017) aponta que universidades europeias, norte-americanas e latino-americanas progrediram na última década na criação de ações de enfrentamento a violência de gênero, com a produção de normas e procedimentos a serem adotados. Entretanto, ao discutir o contexto brasileiro, a autora salienta que as universidades compreendem que não são legalmente obrigadas a enfrentar a violência contra as mulheres o que representa uma grande falácia em especial ao considerarmos que a Lei Maria da Penha e outros tratados dos direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, está abarcada a necessidade do enfrentamento de todas as formas de violência e em todos os âmbitos.

Neste contexto, é mister estabelecer uma relação entre os ODS e as universidades. Principiando as discussões, aclara-se que, em 2015, as Nações Unidas e seus membros signatários, dos quais o Brasil faz parte, acataram a Agenda 2030, circunspeta por estratégias que objetivam projetar o desenvolvimento das nações, considerando a sustentabilidade e o equilíbrio entre as extensões ambientais, econômicas e sociais. Foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme indicado na figura.

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2015.

Examinando o documento, nota-se que o objetivo 4 versa acerca do acesso à educação de qualidade, o que pode inserir o ensino superior como forma de promoção de oportunidades de aprendizagem. Já o objetivo 5 diz respeito a igualdade de gênero, aclarando a necessidade de alcançá-la e emponderar todas as mulheres e meninas. O inciso 5.2 desta ODS, tem por essencialidade mitigar os casos de violência contra mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas.

Adentrando ao debate, Serafim e Leite (2021) apuram que as universidades apresentam um papel importante junto os ODS, concebendo-as como instância cerne no papel de impulsionadora para lograr o alcance de todas as metas estabelecidas, em especial, ao considerar seu papel enquanto estância de formação humana, produção de conhecimento e promoção de inovações.

É inconcebível considerar que as universidades, lócus do desenvolvimento pleno de indivíduos, apontadas como esferas vitais para a implementação dos ODS, sejam coniventes com as agressões ocorridas em seu contexto, por vezes praticadas por seus alunos contra suas discentes. É ambíguo pensar em tal discrepância, principalmente ao considerar o disposto na alínea 5.c, que dispõe da necessidade de adotar e fortalecer políticas sólidas e leis aplicáveis no acesso a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, que assevera o carecimento de que ações de enfrentamento a violência de gênero sejam adotadas em todos os âmbitos.

Considerando que em grande maioria as participantes estimam que a universidade enquanto instituição tem um papel ativo na temática da violência de gênero dentro do meio

universitário, buscou-se compreender, na opinião delas, quais ações de combate e enfrentamento à violência pautada em gênero tais institutos poderiam adotar, debate este que foi expresso no Quadro 15, durante o processo de análise.

Quadro 15: Ações de enfrentamento a serem adotadas pelas universidades

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Ações direcionadas aos ingressantes.	Explicações; Formações específicas.	“(…) explicar para as bixetes (…).” “(…)saibam perceber isso.”
Divulgação de informações.	Facilidade; Website.	“(…)jeito mais acessível (…).” “Elas poderiam estar no site da faculdade (…).” “Acho que precisa divulgar que a violência acontece dentro das faculdades (…).” “(…) divulgar informações (…).”
Debates acerca da temática.	Formação sobre os tipos de violência; Múltiplas formações.	“(…) falar sobre os tipos de violência, (…).” “(…) o tema da violência poderia ser mais (…).”
Grupos de apoio.	Apoio às vítimas.	“Acho que ter mais grupos para apoiar as vítimas(…).” “(…) ter um lugar com mulheres para aconselhar as alunas.”
Canal de denúncia.	Ouvidoria.	“Deveria ter uma forma de denúncia também (…).”

Fonte: Elaborado pela autora.

Principiando pelas ações direcionadas às ingressantes, algumas das entrevistadas exteriorizaram que compreendem que os institutos deveriam estabelecer atividades orientadas para os alunos que estão ingressando nas universidades, conforme sinalizado no relato da entrevistada 2: “Seria interessante explicar para as meninas que são bixetes sobre o que pode acontecer de violência, também acho legal ter um jeito mais acessível de achar as informações

sobre os nossos direitos. Elas poderiam estar no site da faculdade ou ter alguma coisa indicando aonde ir, com quem falar, etc.”

A fala da participante 2 atrai a atenção por ela apresentar uma genuína preocupação com as alunas ingressantes, em especial por considerar que como estão chegando nas universidades são mais propensas a serem vítimas de agressões, entretanto acaba por atribuir a responsabilidade de evitar o abuso a vítima, uma vez que considera necessário que sejam ofertadas informações as ingressantes sobre como lidar com as agressões, antecipando a existência dela. Dessa forma, nota-se que a vítima não considera a possibilidade de evitar a violência através de informações, mas apenas de remediá-la.

No relato anterior pode-se verificar a indicação da segunda categoria de análise: a divulgação de informações, ação que foi exaustivamente apontada pelas alunas em suas respostas, já que muitas consideram que o acesso a informações precisas é dificultoso e que as universidades poderiam dispor de uma forma de facilitar esse processo. Como discorre a participante 8: *“Depende da situação, mas acho que divulgar informações sobre a delegacia da mulher e onde ter atendimento médico seria interessante.”*

Já na terceira categoria, tem-se a demanda por discussões acerca da temática, em que algumas mulheres indicaram a necessidade de a temática estar mais presente nos projetos de extensão, durante as aulas e palestras. Como relatado pela participante 5: *“Acho que precisa ter mais divulgação de informação, o tema da violência poderia ser mais abordado nas aulas, poderia ter palestras, projetos de extensão e algumas delas poderiam valer créditos e certificados, para estimular o pessoal a participar.”*

No que tange a quarta categoria, algumas participantes aclararam que gostariam que a universidade ofertasse apoio e acolhimento as vítimas de violência, em forma de grupos de apoio, com a presença de outras vítimas, em um espaço seguro e com a presença de profissionais, assim como estabelecido por uma delas, *“Acho que ter mais grupos para apoiar a vítima, um acompanhamento psicológico para quem precisar, tudo de uma forma que a gente se sentisse segura e a vontade para desabafar.”* – respondente 4.

Em conclusão, a última categoria diz respeito a denúncia dos casos de agressão. Ela reflete a fala da entrevistada 1 ao afirmar que: *“Acho que precisa divulgar que a violência acontece dentro das faculdades, mesmo que isso assuste as meninas, mas precisa. Deveria ter uma forma de denúncia também, isso seria bem importante.”*

Nesse ponto é válido informar que algumas das universidades onde a pesquisa foi aplicada possuem um canal de ouvidoria, que está apto a receber relatos sobre agressões

vinculadas a universidade. Entretanto, ao longo da investigação ficou claro que nenhuma das participantes procurou por tais serviços, seja por desconhecer essa opção ou por medo, vergonha e insegurança.

Outra razão para o receio de realizar a denúncia junto a ouvidoria seria o medo da exposição e do estigma advindo com ela. Assim como Oliveira (2007) confabula, recorrendo que a sociedade, família e amigos impõe o estigma em mulheres vítimas de violência perpetrada por seus parceiros íntimos, e, por isso, muitas mulheres evitam denunciar seus agressores e ou compartilhar com seu ciclo familiar e de amigos por receio de vivenciarem preconceitos e julgamentos.

Encaminhando para o final, a última questão do roteiro procurou compreender qual era a compreensão das participantes sobre a violência em seus relacionamentos afetivos. Essa pergunta retornou diversas respostas, já que nesse ponto algumas relataram as mudanças percebidas em suas vidas após as agressões, outras refletiram sobre o impacto da violência, em um caso a participante orquestrou um relato sobre seu namoro e explicou suas percepções sobre os distintos tipos de abusos, e, por fim, algumas estabeleceram uma relação entre suas vivências e relacionamentos posteriores. O Quadro 16 apresenta o resultado das discussões.

Quadro 16: Compreensão das participantes acerca da violência em seus relacionamentos

Categorias	Unidade de registro	Unidades de contexto
Relacionamentos após as agressões relatadas.	Evasão de relacionamentos.	<i>“Fiquei um tempo evitando me relacionar (...).”</i> <i>“(...) não vivi nenhuma outra agressão.”</i>
Relacionamentos anteriores as agressões relatadas.	Violência nos relacionamentos.	<i>“(...) me fez perceber que eu já tinha vivido isso em outros relacionamentos (...).”</i> <i>“Esse não foi o único episódio de violência que eu vivi.”</i> <i>“Percebo que vários relacionamentos que eu tive tinham a presença da violência (...).”</i>
Ações adotadas após as agressões.	Busca por terapia; Término definitivo do relacionamento.	<i>“(...) comecei a terapia e entendi que aquilo foi abuso sexual (...).”</i>

		<i>“Eu percebi que não dava mais para continuar (...).”</i>
Percepção da violência após o fim do relacionamento.	Constatação das agressões; Possibilidade caso a agressão não tivesse acontecido; Desilusão.	<i>“Percebo que a violência esteve presente de uma forma muito forte no meu namoro.”</i> <i>“(...) talvez eu teria feito coisas diferentes durante a faculdade, me sentiria mais livre.”</i> <i>“(...) me mostrou que a gente nunca conhece mesmo uma pessoa (...).”</i>
Compreensão da violência em relacionamentos afetivos.	Percepção do dano da violência; Amplitude da violência.	<i>“Acho que de alguma forma todo relacionamento pode ser um pouco tóxico (...).”</i> <i>“(...) mas com certeza foi o que mais me marcou (...).”</i> <i>“Acho que toda mulher passou por uma situação de violência (...).”</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Na primeira categoria que será discorrida verifica-se a evasão de relacionamentos após as agressões que foram relatadas. Nela a participante afirma que após ter sido vítima de violência tem evitado se relacionar amorosamente e comenta que não teve nenhum relacionamento de longa duração, como um namoro. Nas palavras da participante: *“Fiquei um tempo evitando me relacionar depois da agressão, não tive nenhum relacionamento sério depois do ocorrido. Nas poucas relações que tive desde então, não vivi nenhuma outra agressão.”*

Dando continuidade, percebe-se que algumas participantes comprovaram que já haviam sido vítimas de violência em outros relacionamentos, assegurando que a compreensão dos abusos no relacionamento relatado na pesquisa fez com que elas compreendessem que tinham vivenciado o mesmo em relacionamentos anteriores, como a participante 5 informa: *“Percebo que vários relacionamentos que eu tive tinham a presença da violência, normalmente psicológica e sexual, mas nunca foi explícito como nesse.”*

Algumas participantes expressaram que adotaram algumas ações após os episódios de violência vivenciados. Verifica-se que a compreensão dos abusos foi vital para que duas delas adotassem práticas para romper com o ciclo de violência e colocar um fim definitivo nas

relações. Nas palavras da entrevistada 2: *“Depois que eu fui vítima do abuso comecei a terapia e entendi que aquilo foi abuso sexual, mas acabou trazendo outras formas de violência.”*

No que tange a percepção da violência após o fim do relacionamento, chama a atenção para a participante 3 que traz um relato completo das agressões por ela vivenciada durante um namoro, conforme narra: *“Percebo que a violência esteve presente de uma forma muito forte no meu namoro, ela começou com controle, chantagem e gritos, até que quando eu percebi já era sexual, comigo fazendo sexo só para agradar ele, tomando remédio porque ele não queria usar preservativo, até que o auge foi a agressão física. Depois dela eu percebi que não dava mais para continuar, porque eu já tinha terminado outras vezes e a gente sempre voltava e ele nunca mudava. Aí eu saí.”*

Observando este relato, a participante relata que a violência sempre esteve presente em seu namoro, e que o agressor principiou com a violência psicológica e verbal e, de forma imperceptível, foi intensificando os abusos, até chegar à violência física, momento em que a vítima percebeu o que estava acontecendo e colocou um fim ao relacionamento.

Nesta mesma categoria, destaca-se a resposta de outra participante que estabelece uma reflexão sobre o peso e os sentimentos que esse relacionamento e a agressão tiveram em sua vida, conjecturando como seria seu período na faculdade caso não tivesse passado por esse episódio, como alude: *“Esse não foi o único episódio de violência que eu vivi, mas, com certeza, foi o que mais me marcou, tanto que eu ainda falo dele, porque foi uma coisa física, dolorida e justamente quando eu tinha acabado de chegar na faculdade. Era nova demais e às vezes penso que se ele não tivesse acontecido talvez eu teria feito coisas diferentes durante a graduação, me sentiria mais livre.”* – Respondente 6.

Prosseguindo, algumas entrevistadas estipularam algumas ponderações de suas interpretações sobre a violência em relacionamentos afetivos. Destaca-se que uma delas teoriza sobre a dificuldade de se constituir um relacionamento, considerando que são duas pessoas diferentes tentando manter uma convivência, e sinaliza que acredita que a violência perpassa todos os relacionamentos, em diferentes graus, mas que em alguns casos os abusos extrapolam, como afirma a participante 4: *“Acho que de alguma forma todo relacionamento pode ser um pouco tóxico, porque são duas pessoas diferentes tentando conviver, o que não é fácil, mas em alguns casos isso sai do comum e aí é preciso resolver ou, se não tiver como, acabar com o relacionamento, tentar continuar com que não muda só machuca mais.”*

Por fim, uma participante apresenta uma reflexão que possivelmente externaliza o sentimento que foi apercebido na maioria das entrevistadas: a necessidade de seguir em frente

após a violência. Nesse caso, percebe-se que a maioria das participantes não teve apoio e acolhimento efetivo, mas que precisaram seguir com suas vidas, lidando com os episódios traumáticos que vivenciaram da forma como conseguiram, em consonância com o exposto pela participante 8: *“Acho que toda mulher passou por uma situação de violência, não só mulheres. Acho que todo mundo já teve um relacionamento muito tóxico, mas acredito que precisamos seguir em frente depois de passar por isso, de uma forma ou de outra.”*

Tomando por exemplo, a pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2015), entre setembro e outubro de 2015, com 1.823 universitários (homens e mulheres), dos cursos de graduação e pós-graduação de universidades públicas e privadas de todo país, estabelece-se aqui um paralelo entre os dados encontrados em nossa pesquisa e os levantados por tal pesquisa.

Em cômruo com o levantado no presente estudo, a pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2015) retornou que 42% das estudantes sentem medo de sofrer violência dentro do contexto universitário, e que 36% já deixaram de realizar alguma atividade por conta de tal receio. Ademais, frente a uma lista de violações, 67% das participantes atestaram terem sido vítimas de alguma forma de violência.

No que tange as agressões de cunho moral e psicológico, 24% delas já foram colocadas em rankings sem autorização, 14% tiveram fotos e vídeos repassados, assim como relatado por uma participante de nosso estudo, e 71% conhecem outra mulher que foi vítima de tais crimes. Já no que diz respeito a violência física, 22% dos participantes conhecem casos e 10% das mulheres já sofreram abusos físicos dentro do âmbito universitário, contudo, somente 4% dos homens admitiram terem praticado tais agressões (Instituto Avon, 2015).

No contexto das agressões de cunho sexual, violência mais incidente relatada pelas participantes de nossa pesquisa, percebe-se que 28% das respondentes da pesquisa realizada pelo Instituto Avon afirmaram terem sofrido abusos sexuais, sendo que 11% sofreram tentativa de estupro sob efeito de álcool. Nessa mesma linha, 56% das alunas indicaram terem sido vítimas de assédio sexual e que 73% dos estudantes conhecem casos de assédio (Instituto Avon, 2015).

Em consonância ao apresentado aqui é possível notar que a maior parte das entrevistadas não reagiu aos abusos e não procurou realizar a denúncia. No tocante ao papel das universidades frente aos casos de violência, tem-se que 64% dos homens e 78% das mulheres concordam que a violência contra mulher deveria ser um tema incluído nas aulas, já 88% dos homens e 95% das mulheres relatam que as universidades deveriam criar meios de punir os agressores (Instituto Avon, 2015).

Dessa forma, findando as discussões, foi possível atestar que a problemática da violência contra mulher dentro das universidades é ampla e que muitas alunas são vitimadas por agressões intimamente relacionadas aos meio universitário. A pesquisa está em concórdia com diversas pesquisas na área da violência contra mulher nas universidades e com a literatura científica, o que demonstra a relevância da temática, bem como a urgência de debates e ações de modo a se otimizar o enfrentamento a tais agressões.

APONTAMENTOS FINAIS

A presente pesquisa se propôs a compreender a violência contra mulher dentro do contexto universitário no estado de São Paulo. Para tanto, realizou entrevistas com 8 alunas de graduação de diferentes campus universitários, que trouxeram relatos de suas vivências com a violência de gênero neste contexto. Então, ao caracterizar este fenômeno à luz das narrativas de discentes, contribuiu-se para a compreensão da incidência deste fenômeno pela ótica das vítimas.

Antes mesmo de iniciada a coleta de dados, ainda na fase de divulgação do estudo, foi possível observar que discorrer acerca da violência de gênero no âmbito universitário não é uma tarefa fácil. A maioria das alunas que relataram terem sido vítimas de agressões demonstraram resistência em discutir abertamente a temática.

Há muita desconfiança quanto a condução e a seriedade da pesquisa, o que ficou evidência quando muitas mulheres que demonstraram interesse em participar do estudo trouxeram dúvidas quanto ao instrumento de coleta de dados, o armazenamento das transcrições e a divulgação dos resultados. Aclara-se que tais questionamentos foram motivados por receio da exposição de informações pessoais e medo das possíveis atitudes dos agressores, caso as agressões viessem a público.

Frente a análise dos resultados, destaca-se a pouca idade das vítimas na ocasião das agressões, visto que possuíam entre 18 e 21 anos; e cursavam entre o primeiro e o quarto semestre de seus cursos. No que tange ao perfil dos agressores, todos tinham por volta de 25 anos e cursavam entre o segundo e o oitavo semestre. Dessa forma evidencia-se a clara relação entre ingressantes e veteranos, posto que todos os agressores eram veteranos em relação a suas vítimas.

No que tange a tipificação da violência, observa-se a alta prevalência das agressões de cunho psicológico, empenhada através da coerção, perseguição, desqualificação intelectual; e da violência sexual, observada na forma de estupro de vulnerável, recusa em usar método contraceptivo, divulgação de fotos íntimas a terceiros sem autorização e importunação sexual. Outrossim, nota-se que algumas das participantes referem terem sofrido agressões físicas, morais e patrimoniais.

Ao indagar acerca das definições de violência e de violência de gênero, salienta-se que, quase em sua totalidade, as vítimas expressam um domínio quase técnico da temática, referindo a termos próprios da área do estudo de gênero, o que pode ser atribuído ao grau de escolaridade,

já que todas são alunas de ensino superior. Ademais, em algumas destas universidades tem-se disciplinas que abrangem temáticas afins a sexualidade e ao gênero.

Um dos pontos de destaque da pesquisa foi a omissão de terceiros, apercebida na medida que todas as participantes afirmaram que pessoas de seu ciclo de amigos ou familiares tinham conhecimento das agressões, mas nem todas foram orientadas a buscar por seus direitos no âmbito criminal. Dessa forma, evidencia-se que nenhuma das participantes logrou a realização do Boletim de Ocorrência, registro policial de grande valia para a culpabilização do agressor.

Ao serem indagadas quanto ao conhecimento de outras mulheres que foram vitimadas pela violência, todas as participantes afirmaram terem ciência de amigas e colegas que foram agredidas dentro do contexto universitário. No tocante ao aconselhamento e tentativa de auxílio, muitas entrevistadas demonstraram que não procuram ajudar a vítima, apenas em casos específicos, por considerarem o assunto muito delicado, terem receio do afastamento e de possíveis atitudes do agressor.

Ao buscar compreender as relações existentes entre os abusos e a universidades, nota-se a unanimidade das participantes ao proferir que, de alguma forma, as agressões vivenciadas ligavam-se ao contexto universitário. Alguns exemplos são: através de festas, habitação em repúblicas estudantis ou por conviverem com seus agressores nas dependências da universidade. Sendo assim, o espaço universitário considerado neste estudo não se restringe ao local físico, como os prédios e muros das universidades, mas a qualquer espaço que exprima as relações interpessoais entre os alunos.

Em relação ao papel da universidade frente aos casos de violência, observa-se que muitas das participantes verificam a responsabilidade de tais instituições, confirmando que elas não são apercebidas enquanto instâncias protetivas, que deveriam assegurar o bem-estar físico, em sua totalidade, assim como psicológico e moral de seus discentes.

Ao considerar que não há a compreensão da responsabilidade das universidades frente aos casos de violência, nota-se que as alunas não cobram que tais instituições estabeleçam ações de enfrentamento à violência de gênero, que objetivem mitigar os casos de agressões e reverberem em um espaço seguro para o crescimento e desenvolvimento pleno das mulheres. Frente a esse quadro, a universidade que deveria ser uma instância protetiva para seus estudantes, configura-se como um armário, ao ocultar a presença de casos de assédio, agressões físicas e psicológicas, estupros e importunações sexuais; além de eximir-se da responsabilidade frente a incidência da violência.

Outrossim, a pesquisa também desvela a necessidade de que as instituições de ensino superior atuem frente a divulgação de informações sobre as violências as quais as mulheres estão sujeitas e as formas de encaminhamento a rede protetiva da cidade e aos serviços de segurança. Ao longo das narrativas, múltiplas participantes indicaram que teria sido de grande valia dispor destas informações na ocasião em que foram agredidas.

Prosseguindo, indica-se que algumas das alunas ouvidas acreditam que a universidade deveria dispor de mecanismos de denúncia frente aos casos de agressão. Entretanto, é mister confabular que em algumas das instituições onde a pesquisa desenrolou-se existia o dispositivo da ouvidoria, apta para receber queixas e relatos. Porém, o corpo estudantil desconhece tais mecanismos ou deixam de usá-los por receio do vazamento de informações, fora o medo do estigma.

Sendo assim, é imprescindível que as universidades atentem-se para o fenômeno da violência de gênero perpetrada em seu âmbito, de forma que afinquem ações de enfrentamento as agressões, configurando-se como um espaço seguro, acolhedor e que compreende sua responsabilidade frente a segurança de seus discentes, corpo docente e funcionários.

Diante deste quadro, conclui-se que a pesquisa logrou seus objetivos ao trazer a caracterização e contextualização do fenômeno da violência contra mulher nos relatos de algumas discentes. Porquanto, pode-se depreender como são valiosas as narrativas aqui dispostas enquanto fonte de pesquisa, ainda que a temática seja custosa, delicada e desafiante.

Haja vista, cabe salientar que a discussão acerca de tal problemática é ampla e que não seria possível esgotá-la em uma dissertação. Defendemos aqui a necessidade de mais estudos que abarquem a violência de gênero, de modo que discorrer acerca de assuntos como violência, direitos e sexualidade feminina tornem-se algo comum na sociedade, ambiente acadêmico e meios de comunicação, despontando como uma esperança de mudar a situação de milhões de mulheres vítimas da violência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. **Assédio em espaços urbanos**. Brasil, 2016. Disponível em: https://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos . Acesso em 14/03/2023.
- ALMEIDA FILHO, N. O campus universitário como campo (de pesquisa). In: **Observatório da vida estudantil: estudos sobre a vida e culturas universitárias**. Georgina dos Santos; Sonia Maria Rocha Sampaio (Org.). Salvador: Edufba, p. 235-252, 2012.
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: Fonaprace, 2019.
- AZEVEDO, Maria; GUERRA, Viviane. **Os novos pequenos mártires: infância e violência doméstica**. São Paulo: Lacri/IPUSP, 2000.
- BANDEIRA, Lourdes. Patriarcado e Violência masculina: crimes de morte como construção pública. 2006. Disponível em: [ps://pt.scribd.com/document/358919155/BANDEIRA-Lourdes-Patriarcado-e-Violencia-masculina-pdf](https://pt.scribd.com/document/358919155/BANDEIRA-Lourdes-Patriarcado-e-Violencia-masculina-pdf). Acesso em 14/09/2023.
- BANDEIRA, Lourdes. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Revista gênero**, Niterói, v. 17, n. 2, p. 49-79, 2017.
- BÁRCENA, Alicia. **¿Qué estado para qué igualdad?** Brasília: Secretaria Ejecutiva de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARREDAL, Victoria. Género y travestismo em el debate. In: OPIELA, C. V. **Derecho a la identidad de género: Ley 26.743**. Buenos Aires: La Ley, 2012.
- BARRETTO, Raquel. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. **Revista Gênero**. Niterói, v. 18, n. 2, p. 142-154, 2018.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1967.
- BENATTI, Igor; BOCCHI, Josiane; LEÃO, Andreza. Angústia, Sensualidade e Enfrentamento do Feminino em Gabriela Cravo e Canela. **Revista TEL**, Irati, v. 13, n. 2, p. 217-229, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. **Lei Nº12.845/2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoa em situação de violência sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 13.718/2018 de 24 de setembro de 2018.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.827 de 13 de maio de 2019.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

BRASIL. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais.** Brasília: 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, parte especial:** dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública. 10 ed. v. 3 São Paulo. Editora Saraiva. 2012.

CEDAW. **Conferência sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.** 1979. Disponível em: Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em 14/03/2023

CIDH – Comissão Internacional de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra A Mulher, “**Convenção de Belém do Pará**”, 1994.

CONCEIÇÃO, Ana; LEÃO, Andreza. A violência em relacionamentos afetivos: a realidade de uma universidade pública paulista. In: Eromi Izabel Hummel; Ricardo Desidério da Silva. (Org.). **Educação, sexualidade e diversidade:** diálogo, compromisso e educação pública em tempos de resistência. 1ed.Londrina: Unespar, 2020, v. 1, p. 460-478.

DELZIOVO, Carmen. Rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica. Florianópolis: UFSC, 2022. Disponível em: https://unasus.ufsc.br/saudedamulher/files/2022/02/CARTILHA_ViolenciaMulheres_V2-1.pdf. Acesso em: 12/10/2023.

DIAS, Teresa; FABBRO, Marcia; FUSARI, Lívia; MONTRONE, Aida; MOREIRA, Diogo. Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista gênero.** Niterói: v. 21, n. 1, p. 6-23, 2 sem. 2020.

ENGEL, Cíntia. A violência contra a mulher. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. **Beijing +20:** avanços e desafios no Brasil contemporâneo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1975.

FERNANDES, Emília. Cada mulher brasileira, uma cidadã. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – **O Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas.** Brasília, 2003.

FLECHA, Ainhoa.; MELGAR, Patricia ; OLIVER, Esther; PULIDO, Cristina. Socialización preventiva en las Comunidades de Aprendizaje. **Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado**, 67 v. 24, n. 1, p. 89-100. 2010.

FLICK, Uwe. Coleta de dados: abordagens quantitativas e qualitativa. In: **Introdução à metodologia científica: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FONSECA, Rosa. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 5, n. 1, p. 5-13, 1997.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**, edição 4, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em 18/08/2023.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOETZ, Anne. Justicia de género, ciudadanía y derechos: conceptos fundamentales, debates centrales y nuevas directrices para la investigación. In: MUKHOPADHYAY, Maitrayee; SINGH, Navsharan (Orgs). **Justicia de género, ciudadanía y desarrollo**. Nueva Dheli: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, p. 13-42, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Stephany; SANTIAGO, Roberta; NERY, Inez. Sentimentos e estratégias de enfrentamento em mulheres vítimas de violência sexual. **Revista Interdisciplinar**, v. 11, n. 3, p. 1-13, 2018.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HIRIGOYEN, Marie. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

INSTITUTO AVON/DATAPOPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Brasil: Instituto Avon, 2016.

JONG, Lin; SADALA, Maria Lucia Andrade; TANAKA, Akiko Cristina Dias. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 744-751, 2008.

KRUG, E. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: World Health Organization, 2002.

LEÃO, Andreza. Prefácio: As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In: HUMMEL, E.; DESIDÉRIO, R.; OLIVEIRA, I. (Org.) **Educação, sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?** Londrina: Syntagma, p. 18-22, 2017.

MACHADO, Lia. “Sexo, estupro e purificação” In: SUÁREZ, MIREYA E BANDEIRA, LOURDES (Org.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília DF: Paralelo 15: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MAITO, Deíse. **Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAGALHÃES, Livia. A culpabilização da mulher, vítima de estupro, pela conduta do agressor. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3934, 9 abr. 2014.

MARCUSCHI, Luiz. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MARINHEIRO, André. **Violência Doméstica: prevalência entre mulheres usuárias de um serviço de saúde de Ribeirão Preto-SP**, 2003, 136 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MARTINS, Debora; PESCE, Giovanna; SILVA, Giordana; FERNANDES, Carlos. Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres de apenados. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, p. 1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/d65BWVgmTjJPQHPHz8fkwnN/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 17/10/2023

MILLER, Layli. **Protegendo as mulheres da violência doméstica** Seminário de treinamento para juízes, procuradores, promotores e advogados no Brasil. Trad. Osmar Mendes. 2.ed. Brasília: Tahirid Justice Center, 2002.

MINAYO, Maria. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, Maria; SOUZA, Edinilsa. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MINAYO, Maria. **Violência contra os idosos: relevância para um velho problema**. Cadernos de Saúde Pública, 2003.

MINAYO, Maria. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Mulher, vire a página**. Projeto GEDEM, 2018.

MONTEIRO, Claudete; SOUZA, Ivis. Vivência da violência conjugal: Fatos cotidianos. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 545-552, 2007.

OLIVEIRA, Eliany. **Pancada de amor dói e adocece**: violência física contra mulheres. Sobral, CE: Edições da Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2007.

ONU. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br> Acesso em 10/09/2023.

ONU. **Convencion sobre todas las formas de discriminación contra las mujeres**. Naciones Unidas: 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PASINATO, Wânia. Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. *Rev. Estud. Fem.* 2015, vol.23, n.2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kYRfBhW3593JLyc3MLGGGWs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24/09/2023.

PEREZ, Livia. **Quem matou Eloá**. Produtora Doctela, 2015. Documentário, 24 min.

PORTELLA, Ana. Violência contra as mulheres: desafios para as políticas públicas. In **Diálogos sobre violência e segurança pública**: razões e urgências. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2009.

RTI INTERNATIONAL. **Literature review on school-related gender-based violence**: how it is defined and studied. Washington, DC: U.S. Agency for International Development, 2016.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. São Paulo: Livraria José Olympio, 1968.

SAFFIOTI, Heleieth.; ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPTAS, Márcia (Org) **Violência em Debate**. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 12 imp. São Paulo: Moderna, 2002.

SALTZMAN, Linda E.; GREEN, Yvonne T.; MARKS, James S.; THACKER, Stephen B. Violence against women as a public health issue: comments from the CDC. **American Journal of Preventive Medicine**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 325–329, nov. 2000.

SÃO PAULO (Município). **Mulheres em situação de violência doméstica e sexual:** orientações gerais. São Paulo: SMS, 2007.

SERAFIM, Milena; LEITE, Juliana. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do “pós”-pandemia. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 02, p. 343-346, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ZknV7BndhN5MMmmYbHvQRtt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25/09/2023.

SCHRAIBER, Lilia; D’OLIVEIRA, Ana; FALCÃO, Maricia. **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SEGATO, Rita. A estrutura de gênero e a injunção do estupro In: Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (Orgs). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília DF: Paralelo 15: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. 1ª ed. b. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

UNESCO. **School violence and bullying: global status report**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017.

VALLS et.al. ¿Violencia de género también em las universidades? Investigaciones al respecto. **Revista de Investigación Educativa**, v. 25, n. 1, p. 219-231, 2007.

VALLS, Rosa. **Violencia de Género en las Universidades Españolas**. Plan Nacional Madrid: Instituto de la Mujer. Ministerio de Igualdad. 2008.

VERARDO, Maria Teresa; DINIZ, Nair Maria de Fátima; LOPES, Rosana Lúcia Monteiro; GESTEIRA, Silvia Maria Alves; ALVES, Sônia Lúcia Batista Alves; GOMES, Patrícia Gonçalves. **Estudio sobre salud de las mujeres y violencia doméstica**. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: http://www.mulheres.org.br/violencia/documentos/violencia_no_relacionamento_amoroso.pdf >. Acesso em: 24/08/2023

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

ZIKMUND, William. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação

Iniciais do nome:

Idade:

Curso:

Profissão:

Caracterização do contexto

Você se considera vítima de violência?

Que tipo de violência?

O que te fez reconhecer que você estava sendo vítima de violência?

Idade na época das agressões:

Profissão na época das agressões: _

Se estudante, indicar o semestre:

Relacionamento com o agressor durante as agressões: () amiga

() ficante

() namorada

() noiva

() em uma união estável

() outro: _____

Tempo de duração do relacionamento mantido com o agressor:

Idade do agressor:

O agressor era estudante universitário?

Se sim, indicar o semestre e a área de estudo.

Questões abertas

1. Para você, o que é a violência?
2. O que você compreende por violência baseada em gênero?
3. Você considera que seu relacionamento afetivo foi marcado pela violência?
- 3.1 Se sim, em que contexto percebeu isso?

4. Como teve início a violência neste relacionamento? Há um episódio inicial que você se recorde?
 - 4.1 Com qual frequência ocorreram?
5. Em algum momento você se sentiu culpada pelas agressões?
 - 5.1 Se sim, por quê?
6. O agressor imputava a culpa das agressões à você?
 - 6.1 De que maneira isso ocorreu?
7. Algum familiar ou amigo sabia acerca destas agressões?
 - 7.1 Se sim, quem?
 - 7.2 Você foi incentivada a denunciar seu agressor?
8. Você denunciou seu agressor?
 - 8.1 Se sim, você procurou os serviços de segurança? Detalhe como foi seu atendimento. Você se sentiu acolhida na ocasião?
 - 8.2 Não houve a denúncia? Por quê?
9. Você procurou o Centro de Referência da Mulher?
 - 9.1 Se sim, você se sentiu acolhida e respeitada?
10. Em caso de violência, seja física ou sexual, você procurou auxílio nos serviços de saúde?
 - 10.1 Se sim, como foi o atendimento? Você se sentiu acolhida?
 - 10.2 Em caso de violência sexual, a profilaxia pós exposição (PEP) foi oferecida?
11. Você tem conhecimento de amiga(s) que sofreram violência em seus relacionamentos afetivos?
 - 11.1 Se sim, ela(s) percebeu(ram) esta situação enquanto violência?
 - 11.2 Você tentou aconselhá-la(s)?
 - 11.3 Se sim, de que maneira? Se não, por quê?
 - 11.4 Você a incentivou a denunciar? Se não, por quê?
12. Você acredita que existia alguma relação entre o ambiente universitário e o relacionamento afetivo onde você foi vítima de violência?
 - 12.1 Se sim, qual foi esta relação?
13. As agressões se desenrolaram em algum espaço ligado a universidade, tais como moradias estudantis, repúblicas, campus da universidade ou festas?
14. Caso exista a relação entre o ambiente universitário e as agressões, você denunciou para os coletivos, centros acadêmicos, docentes ou algum canal de denúncia de sua universidade?

- 14.1 Se não, por quê?
15. Em sua opinião, qual o papel da universidade diante de situações de violência?
16. Em sua opinião quais ações de enfrentamento de combate à violência pautada em gênero a universidade pode adotar?
17. Qual sua compreensão acerca da violência nos seus relacionamentos afetivos?

Espaço para algum relato ou comentário, à critério da participante.

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A violência contra a mulher no contexto universitário: narrativas de alunas de universidades paulistas”;
2.
 - a. Você foi selecionado para participar da pesquisa por ter demonstrado espontaneamente interesse no estudo e pertencer ao público-alvo da pesquisa, sua participação não é obrigatória.
 - b. Os objetivos deste estudo são analisar as características e como se constitui a violência de gênero contra as alunas de cursos oferecidos em universidades no estado de São Paulo e demonstrar a relevância deste assunto para que ele obtenha melhor visibilidade dentro da universidade.
 - c. A pesquisa justifica-se pelo impacto social e científico do tema, demonstrado pela literatura científica nacional e internacional, e pelos dados angariados em pesquisas anteriores e nas narrativas das alunas vítimas de agressões no contexto universitário.
 - d. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder perguntas de uma entrevista semiestruturada, com questões que buscam compreender e analisar os episódios de violência relatados e seus impactos.
3.
 - a. Garantimos esclarecimentos no que tange aos procedimentos empregados no estudo, antes e durante o curso da pesquisa.
 - b. O benefício da sua participação na pesquisa será contribuir para a caracterização de como se constitui a violência de gênero contra as alunas, de como os episódios são percebidos, suas consequências, sugestões de possíveis ações de enfrentamento a violência e fornecer dados que poderão ser utilizados em futuros estudos.
 - c. No que tange aos riscos, as questões da pesquisa podem oferecer riscos e desconfortos, como o sentimento de constrangimento, seja ele de cunho emocional/moral. Ademais, ao longo das entrevistas as participantes responderão questões de cunho pessoal, que versam sobre temas sensíveis e invasivos, como os episódios de violência vividos e suas consequências. Dessa forma, as participantes poderão vivenciar episódios de estresse, ansiedade, angústia, alteração de comportamento, além de despertar alguns “gatilhos” para situações já vivenciadas. Outrossim, ainda que todos os cuidados éticos e de privacidade sejam adotados rigorosamente pela pesquisadora, a participante pode sentir-se ameaçada quanto à exposição direta ou indireta de sua privacidade.
 - d. Considerando os riscos decorrentes da pesquisa, o presente termo de consentimento explicita as possibilidades de auxílio e acolhimento psicológico que são ofertados aos participantes, bem como o comprometimento em assegurar o sigilo e a proteção dos dados dos sujeitos.
4. Garantimos indenização diante de eventuais danos causados a você pela participação nesta pesquisa.
5. A qualquer momento desse estudo o participante poderá informar a pesquisadora sobre problemas decorrentes da entrevista e será orientada sobre o procedimento para conseguir auxílio. Dessa forma, caso seja necessário, o Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência “Dante Moreira Leite”, CENPE, unidade auxiliar da Unesp em Araraquara, se disponibilizou a realizar o acolhimento dos participantes que necessitarem, além de possíveis indicações de outros serviços de atendimento psicológicos existentes na Rede Municipal e particulares.

6. Nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes. Tais informações serão prontamente ofertadas ao solicitá-las ao pesquisador.
7.
 - a. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
 - b. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.
8.
 - a. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
 - b. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, dessa forma, não nomearemos os participantes e não divulgaremos trechos da entrevista que disponham de informações que possam facilitar a identificação deles. Ademais, a pesquisa seguirá todas as normativas para que seja garantido o sigilo dos dados e identificação do participante.
9. A participação no estudo não acarretará custos para você, bem como nada será pago por sua participação.
10. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço de e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento no futuro.

Profa. Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão

andreza.leao@unesp.br

(16) 33346340

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da localizada à Rodovia Araraquara Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334- 6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Local e data: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa